

Relatório e Contas 2024

VICTORIA - Seguros, S.A.

Índice

Estrutura de Governo da Sociedade	03
Relatório do Conselho de Administração	05
Informação Financeira	
Demonstração da posição financeira	36
Demonstração de resultados	38
Demonstração do Rendimento Integral	39
Demonstração de Fluxos de Caixa	40
Demonstração das alterações nos capitais próprios	41
Notas às Demonstrações Financeiras	42
Relatórios de Fiscalização	
Certificação Legal de Contas	146
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	151

Estrutura de Governo da Sociedade

Mesa da Assembleia Geral

José António de Melo Pinto Ribeiro
Presidente

Marcos Manuel Guimarães de
Sousa Guedes
Secretário

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Célia Custódio
Vogal

Eduardo Rêgo
Vogal

Patricia Caldinha
Suplente

Conselho de Administração

Jacques Chanut
Presidente

Vogais

Francisco Campilho

Carlos Suárez

Hervé Leblanc

Pierre Esparbes

Philippe Desurmont

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, SROC S.A. (SROC nº 43)
(representada por Paulo Alexandre Rosa
Pereira Antunes (ROC nº 1610))
Efetivo

Comissão Executiva

Francisco Campilho
Presidente

Carlos Suárez
Vogal

Estrutura de Governo da Sociedade

Diretores de Departamento *

Euclides Carvalho

Dep. Canal Agentes

João Ferreira da Fonseca

Dep. Canal Corretores

Frederico Pereira

Dep. Canal Pessoais

Júlio Gonçalves

Dep. Financeiro

João Borbinha

Dep. de Informática

Susana Pascoal

Dep. de Marketing

Carla Martins

Dep. de Novos Canais

Tiago Monteiro

Dep. de Operações

Alberto Bento

Dep. de Recursos Humanos e Serviços

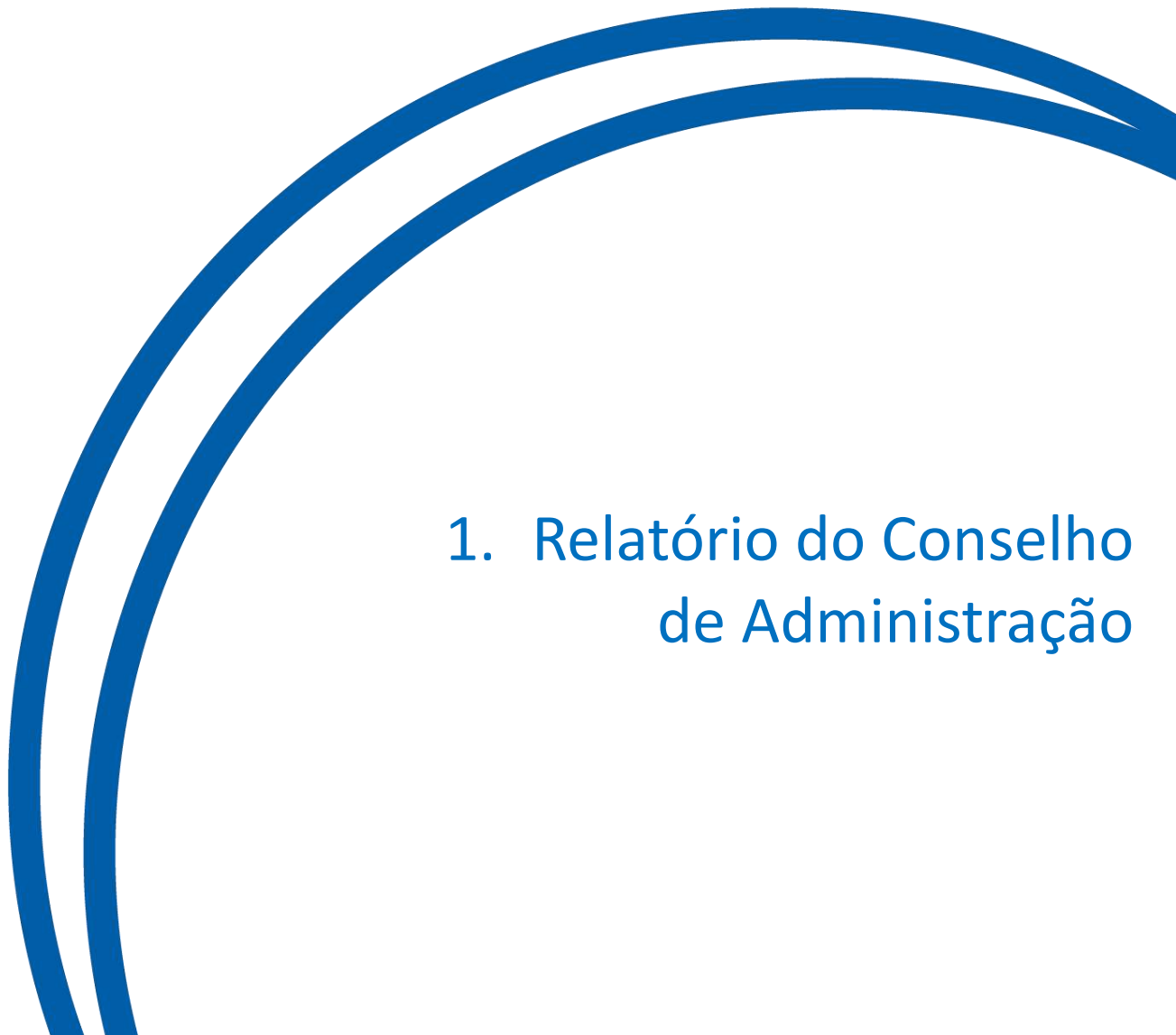
Miguel Roque

Dep. Técnico

Paulo Sales Gomes

Dep. Transformação e Sustentabilidade

*** Estrutura em vigor em junho 2025.**

Two thick, parallel blue curved lines that sweep from the bottom left towards the top right, framing the section header.

1. Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as

Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2024.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

Para além da escalada dos conflitos militares na Ucrânia e no Médio Oriente, o ano de 2024 ficará marcado pela vitória de Donald Trump nas eleições para a presidência dos Estados Unidos da América e pelo regresso da instabilidade política na Europa, em particular em França e na Alemanha. O aumento generalizado dos riscos políticos, geopolíticos e climáticos tem inúmeros impactos nas economias, contribuindo para a fragmentação da economia global e um aumento acentuado no nível de incerteza. Contudo, a economia global demonstrou uma resiliência notável, apresentando uma situação macroeconómica relativamente "normal": um crescimento económico global moderado e uma redução acentuada na inflação. Esta conjuntura permitiu que os principais bancos centrais iniciassem o processo de flexibilização monetária após dois anos de políticas monetárias restritivas.

No ano de 2024, o contexto económico evidenciou características notavelmente positivas, ao associar um crescimento económico moderado a uma inflação próxima do valor de referência de 2%. De

facto, o Produto Interno Bruto (PIB) da economia global registou um aumento de 3,2%, face aos 3,3% observados em 2023, embora este desempenho dissimule disparidades regionais.

Tal como no ano anterior, o dinamismo da economia dos EUA surpreendeu pela positiva, com a previsão de um crescimento económico próximo dos 2,8%, muito acima do seu potencial, estimado em 2%, e em conformidade com o crescimento de 2,9% registado em 2023.

Tal como em 2023, a economia europeia manifestou-se, mais uma vez, bastante débil, embora tenha regressado a taxas de crescimento positivas (0,8% em 2024) após um crescimento praticamente nulo de 0,4% em 2023. Esta fragilidade não se verificou de forma generalizada em todo o espaço europeu, uma vez que alguns países beneficiaram do dinamismo do setor do turismo (por exemplo, Espanha com cerca de 3%), enquanto alguns países industriais registaram crescimentos negativos (Alemanha: -0,2%). A procura interna continuou inerte, com o consumo restrito devido a um elevado nível de poupança e uma regressão no investimento imobiliário

e na atividade produtiva. Em Portugal, o crescimento económico abrandou de 2,5% para 1,7% em 2024, ainda assim superando a média do crescimento europeu.

A economia chinesa evidenciou um crescimento do PIB ligeiramente inferior a 5% (4,8% em 2024 face a 5,2% em 2023), demonstrando sinais significativos de fragilidade. Persiste uma dicotomia entre uma procura interna débil e um setor exportador dinâmico, o que motivou as autoridades chinesas a implementarem um plano de estímulo económico. O ajustamento do setor imobiliário continuou, com a construção de novas habitações a registar uma queda superior a 20%, e as famílias chinesas mantiveram-se prudentes, com uma elevada taxa de poupança. Em contrapartida, as exportações registaram um crescimento substancial, refletindo a competitividade acentuada dos preços dos bens chineses. Esta situação motivou a introdução de novos direitos aduaneiros por parte de alguns países, com o intuito de reforçar as suas políticas protecionistas.

A tendência desinflationista que se iniciou em 2023 manteve-se em 2024, com as taxas de inflação a regressarem a valores próximos dos objetivos definidos pelos bancos centrais (2%). Nos EUA, a inflação encerrou o ano nos 2,9%, enquanto na área euro recuou para 2,3%, face aos 4,1% e 5,4% registados em 2023 respetivamente. É de assinalar que, apesar de as taxas de inflação terem regressado a níveis considerados

controlados, continuam a existir focos de pressão importantes nos Estados Unidos da América, onde a procura interna é mais dinâmica. Um fator positivo para a redução do nível de preços foi a moderação nos preços das matérias-primas. A evolução do preço do crude é notável, tendo descido em 2024 para 74,1 dólares por barril Brent (variação de -4,5%). Globalmente, a inflação diminuiu de 4,4% para 3,1%, sendo que em Portugal a descida foi de 5,3% para 2,6%.

Em conformidade com a diminuição da inflação, a maioria dos principais bancos centrais — Reserva Federal dos EUA, Banco Central Europeu (BCE), Banco Nacional Suíço, Banco de Inglaterra, entre outros, iniciaram o processo de flexibilização monetária: a Reserva Federal e o BCE reduziram as suas taxas diretas em 100 p.b. e 135 p.b., respetivamente, para 4,5% e 3,15%. Neste contexto de flexibilização monetária quase universal, o Banco do Japão foi a exceção, ao abandonar a política de taxas de juro negativas (implementada há mais de 10 anos) e ao elevar a taxa de referência para 0,3%.

Em geral, os governos adotaram políticas orçamentais relativamente flexíveis em 2024, visando fomentar o dinamismo económico. No entanto, em algumas economias, a sustentabilidade das finanças públicas emerge como uma preocupação premente, nomeadamente em França e nos EUA, onde os défices atingiram os 6,1% e 6,4%, respetivamente. Em Portugal, o bom

desempenho económico permitiu que as contas públicas apresentassem mais um

ano de superavit (0,6% vs 1,2% no ano anterior).

MERCADOS FINANCEIROS

Em 2024, o desempenho dos ativos financeiros foi, de um modo geral, positivo. Não obstante, durante o período estival, os mercados registaram um período de grande volatilidade, decorrente da decisão inesperada do Banco do Japão em normalizar a sua política monetária. Apesar deste episódio traduzir um certo grau de nervosismo nos investidores, foi seguido de uma forte recuperação nas semanas seguintes. A vitória de Trump e as expectativas dos investidores relativamente às medidas anunciadas de desregulação e redução de impostos geraram uma onda de otimismo, contribuindo para a subida dos índices bolsistas e ativos digitais, como a Bitcoin. O índice global de ações MSCI World teve uma performance de 17% em dólares. O S&P 500 destacou-se de forma positiva, superando o seu homólogo europeu com um ganho de 23,3% em 2024, face aos 6,6% de valorização registados pelo Eurostoxx. O mercado nacional encerrou o ano com um desempenho dececionante de -0,3%. O índice MSCI Mercados Emergentes registou um crescimento de 7,5%, beneficiando do desempenho favorável do mercado chinês, com uma subida de 14,7% no índice CSI300. Em 2024, as taxas de juro demonstraram um comportamento de normalização,

caracterizado por uma subida moderada para os prazos mais longos e uma descida para os prazos mais curtos. O rendimento a 10 anos da Dívida Alemã aumentou 34 p.b. para 2,36%, enquanto o rendimento da Dívida Nacional subiu 22 p.b. para 2,84%. Ao analisar as variações para maturidades inferiores, é importante salientar que, para a Dívida Alemã e para a maturidade de um ano, as taxas diminuíram 93 p.b. para 2,22%, o que indica uma subida de 127 p.b. na inclinação da curva de rendimentos (diferença entre a maturidade de 10 anos e a maturidade de um ano). O índice Bloomberg de Obrigações Soberana Euro registou um aumento de 2,0%, enquanto o índice iBoxx de Obrigações de Empresas Euro apresentou um crescimento de 4,6%. O preço do ouro encerrou o ano em 2.624 USD, representando uma valorização de 27,0% em comparação com o ano de 2023. O desempenho favorável da economia norte-americana também exerceu pressão sobre a cotação do euro, que registou uma desvalorização de 6,5% face ao dólar, encerrando a cotar nos 1,0349 dólares/euro.

MERCADO SEGURADOR

De acordo com os dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em 2024, o mercado segurador registou um volume de negócios de 14,3 mil milhões (11,8 mil milhões de euros em 2023), demonstrando um crescimento de 21,2% refletindo uma quebra na tendência de declínio dos dois últimos anos (-2,0% e -9,7%). O Ramo Vida recuperou o nível da sua quota para 48,6% (43,7%), mantendo os Ramos Não Vida o comportamento positivo e consistente dos últimos anos.

Com um volume de prémios de 6,9 mil milhões de euros, o Ramo Vida registou um crescimento de 34,9% em relação a 2023, mantendo, contudo, uma queda de 9,9% face aos valores de 2021. Por outro lado, é pertinente analisar a composição deste ramo de atividade. Os seguros não ligados, com um valor de 5,0 mil milhões de euros, registaram um crescimento de 34,1% em relação a 2023, passando a representar 71,9% (39% em 2021). No final do ano passado os seguros ligados registaram um crescimento de 37,1%, recuperando assim da quebra de 53,9% de 2023. A recuperação do nível de competitividade destes produtos esteve na origem deste movimento que acompanha o aumento da taxa de poupança das famílias.

Os Ramos Não Vida registaram um volume global de prémios de 7,4 mil milhões de

euros, o que representa uma taxa de crescimento de 10,5%. A trajetória destes ramos tem sido positiva e consistente ao longo dos últimos anos, somando um impressionante total de 30,9% desde 2021. Tal como em 2023, os Ramos que apresentaram um desempenho negativo foram o de Mercadorias Transportadas (-5,0%) e o Marítimo e Transportes (-0,6%). Os Ramos que apresentaram um crescimento notável foram: Saúde (17,5%), Acidentes de Trabalho (9,7%) e Incêndio e Outros Danos (7,9%). O ramo automóvel registou um crescimento de 9,9%, mantendo a sua posição de liderança e representando 32,1% do total dos Ramos Não Vida. Por outro lado, o setor da saúde reforçou a sua posição como o segundo maior ramo não vida, ultrapassando os 1,5 mil milhões de euros em prémios, enquanto o ramo de incêndios e outros danos consolidou a sua terceira posição e o ramo dos acidentes de trabalho manteve a quarta posição no ranking.

Neste primeiro balanço no início de 2025, verificamos uma retomada da vitalidade do setor em todos os seus ramos. Mantêm-se as tendências observadas nos últimos anos nos Ramos Não Vida, nomeadamente a consolidação do Ramo Saúde, bem como a relevância dos Ramos Patrimoniais e de Acidentes. Outro ponto de interesse é o facto de, apesar do aumento da

concentração no mercado, o número de empresas de seguros a operar no nosso país ter aumentado em 2024, passando de 63 para 66 operadores, com mais duas sociedades anónimas e uma sucursal Não Vida.

Confirmam-se algumas tendências de curto prazo, mais conjunturais, e outras de médio prazo, que se têm vindo a delinear ao longo dos últimos anos, como o crescimento do ramo saúde, e que, de certa forma, estão a moldar o futuro da atividade seguradora.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar da atividade seguradora, o ano de 2024 ficou marcado pela publicação e entrada em vigor de uma série de mudanças regulatórias significativas em diversas áreas, incluindo a proteção do consumidor, a governação das empresas de seguros, a segurança digital e a sustentabilidade, além da adaptação às normas internacionais, como o IFRS 17 e os regulamentos da União Europeia.

Uma das principais alterações foi a publicação da Norma Regulamentar n.º 12/2024-R, que vem reforçar o direito ao esquecimento e proibiu práticas discriminatórias, especialmente no acesso ao crédito e contratos de seguros. A norma, a implementar em etapas ao longo do ano, exige que as seguradoras ajustem os seus processos e sistemas para garantir que a história clínica não seja usada de forma discriminatória no acesso a seguros.

Por outro lado, o Regulamento (UE) 2022/2554, conhecido como "DORA", que entra em vigor em janeiro de 2025, trouxe novas exigências para garantir a resiliência operacional digital do setor financeiro. Este regulamento obriga as empresas de seguros a implementarem sistemas robustos de segurança cibernética bem como planos de continuidade de negócio para proteger os dados dos clientes e garantir a continuidade das operações em caso de incidentes.

Outro regulamento importante foi o Regulamento (UE) 2024/1689, que estabeleceu a criação de regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial (IA), conhecido como o IA Act. Embora o regulamento só entre em vigor em 2026, as empresas de seguros terão de adaptar os requisitos relacionados com a utilização da IA para análise de riscos, gestão de sinistros e personalização de ofertas, garantindo que os algoritmos utilizados sejam transparentes, justos e isentos de arbitrariedade, cumprindo as exigências regulatórias que visam garantir a segurança e a ética no uso da IA.

O combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo manteve-se na agenda da atividade seguradora em 2024, com novas regulamentações, como a Norma Regulamentar n.º 10/2024-R, que entrou em vigor no final do ano e pede às empresas que reforcem os processos para garantir que a conformidade com as exigências legais.

No campo da sustentabilidade, a Circular n.º 6/2023 e o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 exigiram que as seguradoras integrassem fatores ambientais, sociais e de governação (ESG) nas suas políticas de investimento e no seu reporte.

Outra regulamentação relevante para a atividade foi a Circular n.º 3/2023, alterada pela Circular n.º 1/2024, que apresenta recomendações sobre a informação que as seguradoras devem prestar aos tomadores de seguros relativamente às alterações dos prémios de seguro. Com um período de transição até 31 de dezembro de 2024, foi necessário rever os processos de comunicação, especialmente no que se refere à transparência e clareza na justificação das alterações.

Durante o ano de 2024, a questão dos Protection Gaps (PG) da economia portuguesa, nomeadamente em termos de risco sísmico, e a falta de proteção de seguros para catástrofes naturais, foram temas que ganharam uma nova visibilidade. Em 2021, a Estratégia Nacional para a Proteção Civil Preventiva 2030 estabeleceu a criação de um Sistema de Proteção de Riscos Catastróficos baseado em soluções de seguros para a cobertura destes riscos como um dos seus objetivos estratégicos. Em junho de 2023, uma resolução da

Assembleia da República recomendou ao Governo a criação de um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos, sendo a cobertura do risco sísmico o primeiro pilar de um sistema que poderá vir a abranger outras catástrofes naturais. Já neste ano, a ASF publicou um relatório que analisou a cobertura de seguros no país em relação ao risco sísmico, revelando que, embora 55% das habitações em Portugal tenham algum tipo de seguro de incêndio ou multirriscos, apenas 19% estão cobertas contra fenómenos sísmicos. Este dado expõe uma taxa de cobertura de 81% para o risco sísmico, salientando a urgência de uma intervenção eficaz. A proposta da ASF foi entregue ao Governo no final do ano, estando-se a aguardar desenvolvimentos já em 2025.

Finalmente, o impacto do IFRS 17, que entrou em vigor em 2023, manteve-se em 2024, com as empresas de seguros a necessitar adaptar os processos de reporte financeiro. O ano de 2024 foi um ano de grandes desafios e adaptações para o setor segurador, com a implementação de diversas normas que exigiram mudanças tanto na forma como as empresas de seguros operam internamente quanto na relação com os seus clientes, parceiros, investidores e reguladores.

ATIVIDADE DA EMPRESA

A VICTORIA-Seguros, S.A. explora em Portugal os ramos de seguro não vida, designadamente, Acidentes Trabalho,

Acidentes Pessoais, Saúde, Incêndio, Automóvel, Transportes, Responsabilidade. No ano 2024, a VICTORIA - Seguros, S.A.

reforçou a sua condição de seguradora generalista focada em nichos de especialidade, iterou o seu posicionamento estratégico de longo prazo e conservou o seu desígnio na procura e manutenção de negócio rentável, resistindo as atuações mais combativas do mercado, nomeadamente nos ramos obrigatórios, mesmo à custa de perder clientes. Mantendo-se firme nessa orientação, a VICTORIA - Seguros, S.A. conseguiu ultrapassar os seus melhores valores históricos de produção, merecendo um especial destaque as linhas de saúde e patrimoniais, responsáveis por dois terços dos prémios brutos emitidos.

No tocante à distribuição do negócio, o canal dos agentes continuou a sua adaptação ao modelo de acompanhamento comercial e representou quase metade dos valores totais da VICTORIA - Seguros, S.A., ao passo que o canal dos corretores, inscrito num modelo comercial clássico, apresentou algo mais dum terço da produção. Pela sua vez, os novos canais, pese embora a perda da parceria de distribuição com o banco EuroBic, conseguiram apresentar crescimento e o canal exclusivo de pessoais manteve o foco no desenvolvimento de consultores especialistas na mitigação dos riscos derivados da perda de rendimentos. Ainda em relação ao negócio, foi possível implementar ferramentas de venda cruzada, recrutamento e acompanhamento da ação comercial.

Em termos de recursos humanos, a VICTORIA - Seguros, S.A. manteve o modelo de trabalho híbrido, implementou com sucesso a nova política de estágios e prosseguiu com a iniciativa de gestão do potencial individual. Relativamente à formação, executou um conjunto alargado de ações, visando mantê-la como eixo de desenvolvimento estratégico, quer em matérias obrigatórias, como a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo ou a gestão de dados pessoais, quer em matérias técnicas ou comerciais. Ainda no campo de ação das pessoas, durante o ano de 2024, a Empresa dedicou uma particular atenção ao projeto “Casa Nova!”, pois a mudança dos serviços centrais para a futura localização num edifício próprio na zona do Marquês de Pombal, o Camilo Castelo Branco-CCB 46, apresenta-se como uma oportunidade única para rever o modelo de organização de trabalho.

Transversalmente, a VICTORIA prosseguiu com os investimentos em prol de uma maior eficácia operacional e agilidade coletiva, servindo como exemplos disso a melhoria na gestão dos sinistros automóvel e multirriscos habitação, a maior facilidade na emissão de contratos, o tratamento departamental de dados centrais ou a robotização das operações de apoio ao negócio.

Numa vertente institucional, a Empresa densificou a sua proposta de plano

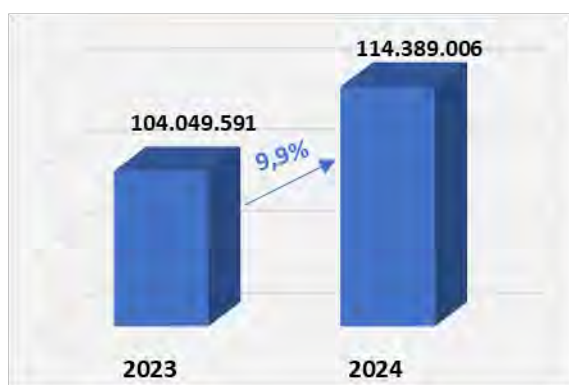
Relatório do Conselho de Administração

estratégico para o triénio 2025-2027, alicerçando-o na experiência do cliente e o distribuidor, a dinamização comercial e o crescimento do negócio, o desenvolvimento e valorização do capital humano, a sustentabilidade como parte integrante da proposta de valor, a aceleração do caminho para a transição digital e a promoção da mudança e agilidade na organização. Também no âmbito institucional, a VICTORIA - Seguros, S.A., prestou uma particular atenção à segurança das estruturas e sistemas de informação e ao

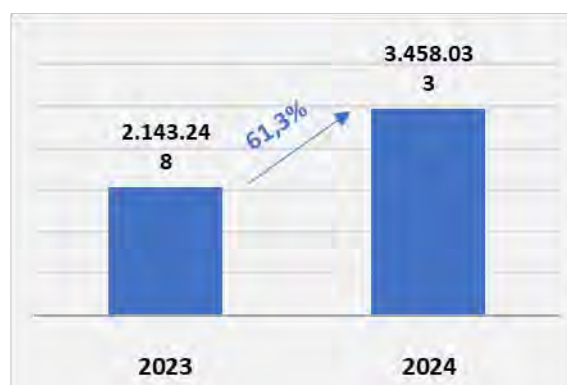
desenvolvimento de soluções inerentes às exigências legais e regulamentares. Finalmente, o ano de 2024 permitiu a entrada institucional no ecossistema de saúde e a manutenção das iniciativas nos restantes ecossistemas de especialidade, reforçando a colaboração com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários, a Nova Medical School, distintas publicações da fileira C&I, Câmaras de Comércio e Embaixadas.

INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO

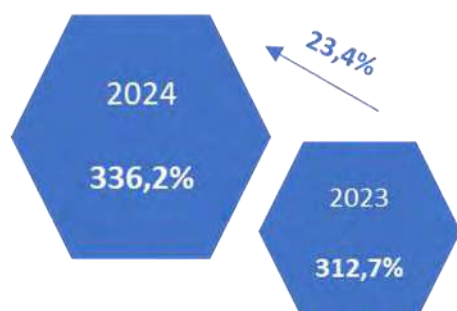
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS



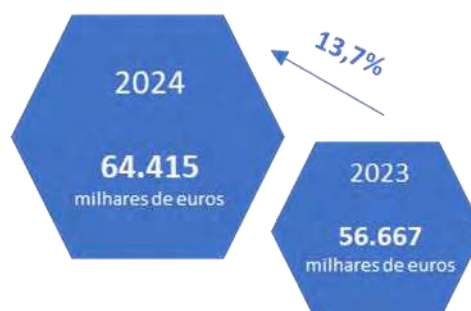
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

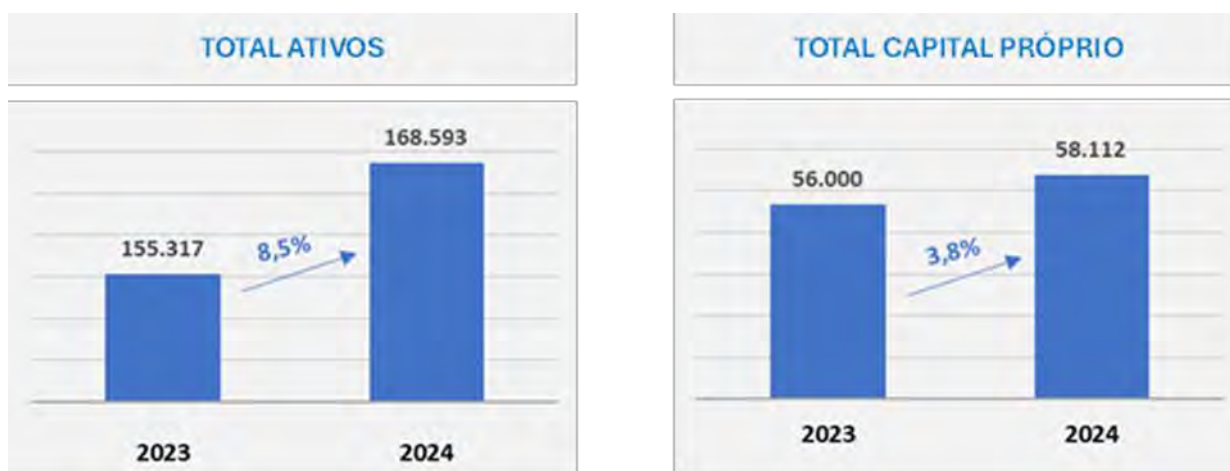


RÁCIO DE SOLVÊNCIA II



FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (RCS)





PRÉMIOS

O volume de prémios brutos emitidos de contratos de seguro (PBE), registou um crescimento de 9,9% face ao ano anterior, atingindo EUR 114.389.006 (2023: EUR 104.049.591). Em 2024 a VICTORIA Seguros

consolidou a sua presença no mercado, alcançando 1,6% de quota de mercado.

Analisando mais detalhadamente a evolução por ramo:

Prémios	2024	%	2023	%	Var. 24/23
NÃO VIDA	114 389 006	100,0%	104 049 591	100,0%	9,9%
Acidentes de trabalho	7 726 942	6,8%	8 069 812	7,8%	-4,2%
Acidentes pessoais	3 074 181	2,7%	2 651 519	2,5%	15,9%
Saúde	54 937 740	48,0%	46 112 038	44,3%	19,1%
Incêndio	20 603 407	18,0%	20 013 646	19,2%	2,9%
Automóvel	14 351 195	12,5%	13 623 052	13,1%	5,3%
Transportes	9 684 534	8,5%	9 836 698	9,5%	-1,5%
Responsabilidade Civil	3 961 435	3,5%	3 693 267	3,5%	7,3%
Diversos	49 573	0,0%	49 559	0,0%	0,0%

Saúde continua a ser a linha de negócio com maior peso na carteira dos ramos Não Vida, com a produção a crescer 19,1% (2023: 11,4%) para um total de EUR 54.937.740 (2023: EUR 46.112.038).

Em Incêndio e Outros Danos, verificou-se mais uma vez a continuação da tendência dos últimos anos, com um aumento da produção de 2,9% (2023: 2,1%), valor

influenciado pelo peso crescente do ramo estratégico de Construção que regista um crescimento de 9,5% (2024: EUR 3.146.989 vs. 2023: EUR 2.873.931).

No ramo Automóvel observou-se um aumento de produção de 5,3% (2023: 0,7%), como resultado de um trabalho contínuo de manutenção da política de subscrição, suportada pelo ajuste tarifário

rigoroso e pela seleção de zonas geográficas e segmentos de mercado mais competitivos.

No ramo Transportes, a VICTORIA manteve o seu posicionamento no mercado como empresa de referência, apesar do ligeiro decréscimo nos PBE de -1,5% (2023: 4,7%), ao qual corresponde um volume de prémios de EUR 9.684.534. Este ramo registou em 2024 uma quota de mercado correspondente a 17,3%.

Os Acidentes de Trabalho continuam a ser um ramo no qual a subscrição de riscos exige particular rigor e prudência. Em 2024, nesta linha de negócio, a VICTORIA registou uma diminuição na produção de 4,2%,

correspondendo a uma variação absoluta de EUR 342.870 (2024: EUR 7.726.942 vs. 2023: EUR 8.069.812).

No ramo de Acidentes Pessoais manteve-se a tendência iniciada no ano anterior, registando-se uma evolução positiva em 2024 com um volume de prémios de EUR 3.074.181, correspondendo a uma variação de 15,9% face a 2023.

Em Responsabilidade Civil Geral, confirmando a tendência do ano anterior, a VICTORIA registou um aumento de produção de 7,3% (2023: de 7,6%), ao qual correspondeu um nível de produção de EUR 3.961.435 (2023: EUR 3.693.267).

CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Em 2024 verificou-se um aumento no valor total dos Custos por Natureza a imputar de 5,2% (2024: EUR 33.476.806 vs. 2023: EUR 31.813.281).

Para esta variação contribuíram de forma significativa os Custos com Pessoal (Δ 8,4%), neste caso, impulsionados pelo aumento do número de colaboradores nos quadros da VICTORIA e pela atualização da política de remunerações. As Remunerações de mediação também registaram um aumento de 5,6%, em linha com o crescimento de produção verificada em 2024. As Amortizações do exercício e os Impostos e

Taxas seguiram a mesma tendência, com aumentos de 2,7% e 6,2%, respetivamente. O montante de despesas em Fornecimentos e Serviços Externos diminuiu face a 2023 (Δ -1,4%). A implementação em 2023 da norma contabilística IFRS17/9, não teve impacto no ano em apreciação, assim se justifica a variação registada nesta rubrica. Adicionalmente, 2024 ficou igualmente marcado, por uma alteração nos quadros da empresa, resultante da contratação de colaboradores em substituição dos serviços de outsourcing.

Custos por natureza a imputar	2024	2023	Var. 24/23
Total	33 476 806	31 813 281	5,2%
Custos com pessoal	11 482 129	10 594 839	8,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 981 069	5 053 668	-1,4%
Impostos e Taxas	434 430	409 116	6,2%
Amortizações	2 016 691	1 963 720	2,7%
Juros e Comissões	130 896	129 857	0,8%
Remunerações de mediação	14 431 590	13 662 081	5,6%

De acordo com a informação apresentada, os Custos por Natureza a imputar representam um peso nos PBE de 29,3%, menos 1,3 pontos percentuais face ao rácio de 2023.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

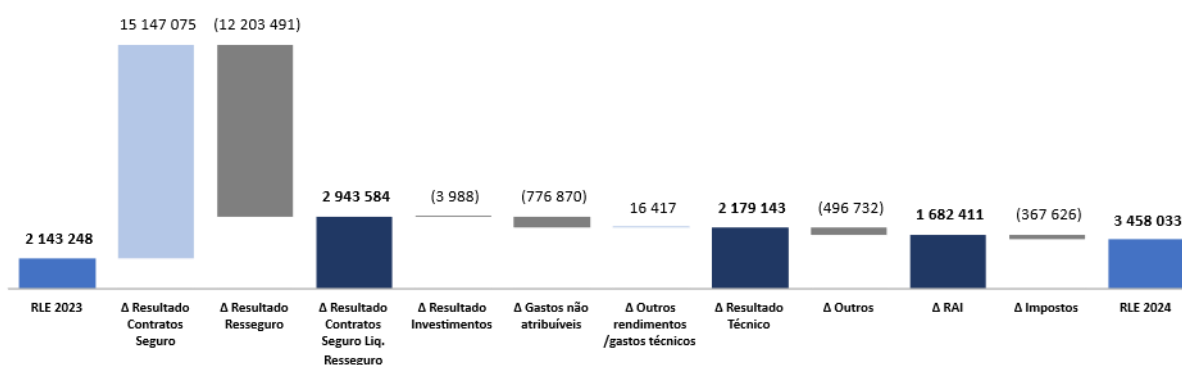
O resultado líquido do exercício em 2024 foi de EUR 3.458.033, representando uma melhoria significativa em relação ao exercício anterior (2023: EUR 2.143.248).

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS	Exercício 2024	Exercício 2023	Δ
Resultado contratos seguro	16 191 056	1 043 981	15 147 075
Resultado resseguro	(6 529 474)	5 674 017	(12 203 491)
Resultado investimentos ⁽¹⁾	1 753 879	1 757 867	(3 988)
Gastos não atribuíveis	(6 220 249)	(5 443 379)	(776 870)
Outros rendimentos / gastos técnicos	20 230	3 813	16 417
Outros ⁽²⁾	(286 053)	210 679	(496 732)
Impostos	(1 471 356)	(1 103 730)	(367 626)
TOTAL RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3 458 033	2 143 248	1 314 785

(1) Inclui resultado da componente financeira dos contratos de seguro, rendimentos e gastos financeiros, ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros e perdas de imparidade.

(2) Inclui outras provisões (variação) e outros rendimentos/gastos.

Demonstração das variações das componentes dos G&P



O referido aumento do resultado líquido fica a dever-se fundamentalmente à melhoria do resultado de contratos de seguro líquido de resseguro correspondente a EUR 2.943.584 (2024: EUR 9.66.582 vs 2023: EUR 6.717.998). Esta evolução, permitiu compensar o aumento EUR 776.870 registado na rubrica gastos não atribuíveis. No mesmo sentido

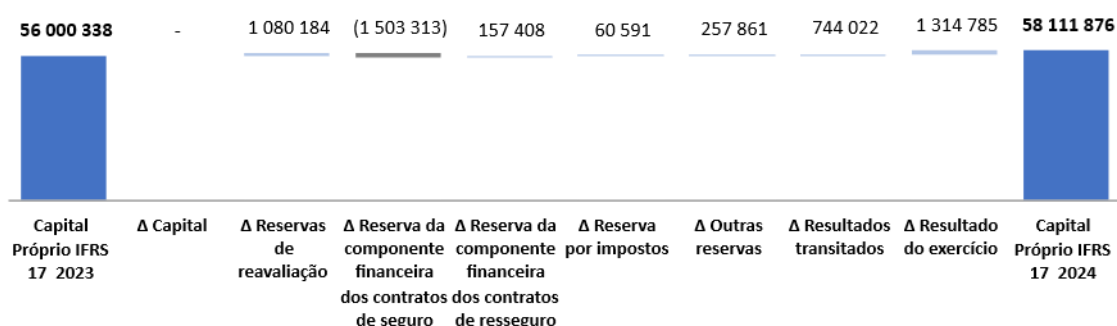
evoluíram as rubricas; Impostos (Aumento de EUR 367.626) e Outros onde em 2024 se contabiliza um custo correspondente a EUR 286.053 que compara com o proveito registado no ano anterior que ascendeu a EUR 210.679. O resultado de investimentos manteve-se praticamente inalterado (2024: EUR 1.753.879 vs 2023: EUR 1.757.867).

CAPITAL PRÓPRIO

Em 2024, o capital próprio ascendeu a EUR 58.111.876, representando uma variação

positiva face a 2023 no valor de EUR 2.111.538.

Evolução Capitais Próprios 2023 - 2024



Nota: Informação em detalhe (em valores absolutos) no quadro do próximo ponto.

As variáveis com maior impacto positivo foram os resultados do exercício (Δ EUR 1.314.785) e transitados (Δ EUR 744.022), bem como as reservas de reavaliação (Δ EUR 1.080.184). No caso específico desta última, a justificação encontra-se na evolução descendente das taxas de juro registado no ano em apreço.

Negativamente, a variável que contribuiu para a diminuição dos capitais em 2024 foi a reserva da componente financeira dos contratos de seguro (Δ EUR 1.503.313) evolução também explicada pela evolução do nível das taxas de juro.

BALANÇO

Em 2024, o ativo apresentou uma variação bastante positiva face ao exercício de 2023 registando um aumento de EUR 13.276.106. Esta evolução encontra-se justificada essencialmente pelo aumento registado na rubrica de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Δ EUR 11.993.074). Esta variação é decorrente do aumento de capital efetuado na sociedade SELICOMI Portugal, Lda. que passou a ser detida maioritariamente pela Victoria Seguros, S.A. As rubricas dos Ativos

financeiros e dos Ativos de contratos de resseguro cedido também tiveram um impacto notório no ativo (Δ EUR 3.701.994 e Δ EUR 1.060.571, respetivamente).

Em sentido contrário, verificou-se uma evolução negativa nos Outros devedores por operações de seguro e outras operações (Δ EUR 2.430.696), mais precisamente por operações de resseguro, e também em Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem (Δ EUR 1.101.704).

ATIVO	Exercício 2024	Exercício 2023	Δ
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 704 483	2 806 188	(1 101 704)
Investimentos em filiais, associadas e empr. conjuntos	11 993 304	230	11 993 074
Ativos financeiros ⁽¹⁾	106 176 834	102 474 840	3 701 994
Terrenos e edifícios e outros ativos tangíveis	1 312 418	1 102 845	209 572
Outros ativos intangíveis ⁽²⁾	6 920 346	6 836 717	83 630
Ativos de contratos de resseguro cedido	26 252 123	25 191 552	1 060 571
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	11 726 602	14 157 297	(2 430 696)
Ativos por impostos e taxas	1 254 273	1 538 018	(283 745)
Outros ⁽³⁾	1 252 759	1 209 348	43 411
Total	168 593 141	155 317 035	13 276 106

(1) Inclui ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

(2) Inclui Inventários, Ativos sob direito de uso e Outros ativos intangíveis.

(3) Inclui Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo e Acréscimos e diferimentos.

O passivo registou igualmente um acréscimo face ao exercício de 2023 neste caso de EUR 11.164.568, motivado pela variação positiva em todas as rubricas, com exceção das Outras provisões.

As rubricas que mais contribuíram para esta evolução positiva foram os Passivos de contratos de seguro (Δ EUR 5.338.036),

seguidos dos Outros passivos financeiros (Δ EUR 3.869.085), mais concretamente os Depósitos recebidos de resseguradores, e os Outros credores por operações de seguros e outras operações (Δ EUR 1.595.681).

PASSIVO	Exercício 2024	Exercício 2023	Δ
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida	85 601 818	80 263 781	5 338 036
Outros passivos financeiros ⁽¹⁾	6 281 128	2 412 043	3 869 085
Passivos por benefícios pós-emprego e outros de longo prazo	311 791	291 867	19 924
Outros credores por operações de seguros e outras operações	8 129 524	6 533 843	1 595 681
Passivos por impostos e taxas	5 398 912	5 158 922	239 990
Acréscimos e diferimentos	4 752 490	4 596 469	156 021
Outras provisões	5 602	59 771	(54 169)
TOTAL PASSIVO	110 481 265	99 316 697	11 164 568

(1) Depósitos recebidos de resseguradores e Passivos de locações

CAPITAL PRÓPRIO	Exercício 2024	Exercício 2023	Δ
Capital	34 850 000	34 850 000	-
Reservas de reavaliação	(502 979)	(1 583 164)	1 080 184
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	3 312 656	4 815 968	(1 503 313)
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	45 199	(112 209)	157 408
Reserva por impostos	(643 489)	(704 079)	60 591
Outras reservas	10 965 261	10 707 400	257 861
Resultados transitados	6 627 194	5 883 173	744 022
Resultado do exercício	3 458 033	2 143 248	1 314 785
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	58 111 876	56 000 338	2 111 538

RÁCIOS

Com base nas informações anteriormente apresentadas, torna-se relevante apurar alguns indicadores que demonstrem a

estrutura de capital e rentabilidade da empresa.

Rácios	2023	2024
ROE: Resultado Líquido/Capital Próprio	3,8%	6,0%
ROA: Resultado Líquido/Ativo	1,4%	2,1%
Capital Próprio/Ativo	36,1%	34,5%

Relativamente à rentabilidade do capital próprio e à rentabilidade do ativo, verificaram-se variações positivas face a 2023 (2,2 p.p e 0,7 p.p, respetivamente), impulsionadas pelo crescimento do resultado líquido do exercício em 2024 (Δ EUR 1.314.785).

O *equity ratio* apresentou uma redução de 1,6 p.p na estrutura de capital da empresa, influenciada pelo crescimento mais expressivo do ativo face ao capital próprio.

RECURSOS HUMANOS

No final de 2024 a VICTORIA tinha um total de 312 empregados (79 Vida e 233 Seguros) (2023: 297). A média etária era de 47,67 (2023: 47,34) anos, a antiguidade média no Grupo era de 15,32 (2023: 15,71) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 60,90% (2023: 59,26%).

Alinhado com este último indicador está também a percentagem de Colaboradores do sexo feminino em lugares de chefia, que mantém a representação do ano anterior, de 45,1% no total das hierarquias (2023: 45,1%).

Em 2024, quanto à estrutura dos níveis de habilitações literárias, 59,29% (2023: 60,82%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário, com o detalhe de que 5,77% (2023: 7,56%) dos colaboradores possuem qualificações ao nível de Mestrado.

Todos estes indicadores de 2024 e a sua comparação com o ano anterior são em larga medida o reflexo da decisão estratégica da VICTORIA de internalizar toda a sua vertente operacional de Gestão de Contactos e Gestão Documental. Esta componente da operação estava há largos

Relatório do Conselho de Administração

anos em regime de outsourcing e a sua internalização vem dar corpo a uma política de maior desenvolvimento da área, possibilitando uma identidade cultural e um engagement com a empresa mais robustos, valorizando assim a nossa relação com o mercado, em particular com Cliente final e distribuidores.

Tem sido esta a política transversal que orienta os diferentes pilares da nossa Gestão de Pessoas: potenciar uma valorização permanente do seu conhecimento, da sua atividade e do seu bem-estar, na certeza de que todas estas componentes se cruzam com os nossos objetivos de desenvolvimento sustentável e com os valores chave da empresa. Estamos seguros que é neste cruzamento de iniciativas que todos os nossos recursos acrescentarão valor para eles próprios e para a empresa.

FORMAÇÃO

A evolução constante do mercado, impulsionada pela digitalização e novas tecnologias, exige uma atualização constante de conhecimentos e competências. Neste cenário, a formação assume um papel fundamental no desenvolvimento dos profissionais e das organizações, permitindo-lhes responder com eficiência a todas estas mudanças.

Do ponto de vista do enquadramento legal e da relação laboral com os Colaboradores, a VICTORIA estabeleceu em 2024 um entendimento com os 3 sindicatos do sector para atualização de algumas cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a VICTORIA e os sindicatos STAS, SISEP e SINAPSA publicado em 08/03/2023, sendo esse esforço de negociação e sucesso da mesma, um exemplo do objetivo claro de valorização dos seus Colaboradores.

Realçar que de acordo com as cláusulas respetivas desse ACT e do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões VICTORIA, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2024 contribuições no total de EUR 180.369,79 (2023: EUR 171.686,94), para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores.

Não é só um lugar-comum assumir que a formação deve ser vista como um meio estratégico para a evolução contínua: é uma realidade indelével que a velocidade da geração de conhecimento do presente apenas acelera de forma incontornável. É essa a forma como entendemos a Formação: o instrumento perfeito e único para permitir a aprendizagem individual dos Colaboradores e simultaneamente garantir

diferenciação e crescimento sustentável da Organização.

A VICTORIA, através do seu Campus de Formação, mantém por isso o compromisso

de desenvolver os seus Colaboradores, impulsionando de forma decisiva o desempenho individual e coletivo. Os principais indicadores de formação são:

2024 Indicadores Globais de Formação	TOTAL
Ações de formação realizadas	59
Horas de formação realizadas	7398.3
Nº de participações de colaboradores em formação	899

CAMPUS VICTORIA	Distribuição	Nº Participações
Academias de Formação	(horas de formação)	
Academia de Conteúdos Técnicos	98%	836
Academia de Comportamentos	2%	63

Em 2024, verificou-se um aumento da oferta formativa realizada, em comparação com o ano anterior, o que reflete essa aposta contínua da VICTORIA na geração e atualização de conhecimento dos seus Colaboradores, através do desenvolvimento de competências essenciais para os desafios atuais e futuros. Esse objetivo concretizou-se através de 59 ações de formação durante 2024, das quais 44 foram ministradas por entidades formadoras externas e 15 asseguradas pela equipa de formadores da VICTORIA através de live training ou da construção de conteúdos formativos em formato de e-learning.

A formação interna realizada incidiu fundamentalmente em matérias regulatórias, dando cumprimento a um plano de formação transversal, no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, da Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, do Plano de Continuidade de Negócio e sobre o Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD). O seu objetivo foi consciencializar para a importância destas matérias na regulação do negócio, enquanto garante do cumprimento das normas, exigências legais, responsabilidades e boas práticas do setor segurador, por parte dos colaboradores.

Dando ainda cumprimento ao Regime de Distribuição de Seguros e de Resseguros, continua a ser uma aposta e prioridade da VICTORIA, assegurar a formação de PDEADS (Pessoas Diretamente Envolvidas Atividade

Distribuição Seguros) para os novos colaboradores, com funções ligadas à distribuição de Seguros bem como, garantir a atualização contínua exigida para os titulares de todas essas funções.

ACADEMIA VICTORIA | MEDIAÇÃO

Mantendo o foco no desenvolvimento de competências técnicas e comerciais que promovam uma venda de qualidade e o acompanhamento adequado ao Cliente final, a VICTORIA, enquanto entidade qualificada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), disponibilizou ao longo do ano, através da sua Academia de Mediação, um conjunto de ações de formação certificadas, que concorrem para a manutenção do cumprimento das 15 horas de formação certificada anuais mínimas exigidas para o desempenho da atividade de mediação, no âmbito da Formação Profissional de Aperfeiçoamento Contínuo.

2024 foi o ano de consolidação da Academia de Mediação, reforçando a relação de parceria Agente/Corretor e VICTORIA, criando uma maior fidelização e uma melhor preparação técnico-comercial dos nossos Parceiros para assegurar uma venda adequada ao cliente.

Pelo terceiro ano consecutivo, evidenciámos uma elevada participação nos diversos programas de formação da Academia, traduzindo um aumento

crescente na valorização da oferta formativa que a VICTORIA disponibiliza para a sua rede de distribuição.

Foi feito um incremento na diversidade da oferta formativa disponibilizada quadrimestralmente, dentro dos diversos eixos de formação definidos, nomeadamente no desenvolvimento de competências a nível comportamental e técnicas de vendas. A formação técnica assumiu, uma vez mais uma relevância estratégica para a gestão do negócio por parte dos parceiros que têm demonstrado um interesse crescente na oferta de produtos da VICTORIA em todas as suas valências técnicas associadas.

Foram desenvolvidos e ministrados novos conteúdos inseridos no eixo de formação das matérias regulatórias no âmbito da atividade de mediação, dando continuidade aos ciclos anuais de formação na Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Estas ações de formação foram desenvolvidas em formato de e-learning, através da plataforma de aprendizagem VICTORIA.

Foram também construídos e ministrados novos percursos formativos para parceiros estratégicos, no âmbito da formação

contínua, com impacto nos resultados e no reforço da relação de parceira com a VICTORIA.

COMUNICAÇÃO INTERNA

A Comunicação Interna desempenha um papel fundamental na construção de uma cultura organizacional sólida, garantindo que todos os Colaboradores estejam informados, alinhados e envolvidos com a estratégia da VICTORIA. Ao longo do último ano, mantivemos o nosso compromisso com transparência e proximidade, reforçando os nossos canais de comunicação e promovendo iniciativas que fortalecem a ligação entre equipas e a partilha de informação relevante.

O Portal do Colaborador continuou a ser o principal ponto de acesso à informação e ferramentas de trabalho, consolidando-se como um espaço central para todos os Colaboradores. Através desta plataforma, reconhecendo a importância do trabalho colaborativo e da eficiência na partilha de informação entre equipas, disponibilizamos comunicações, novidades e atualizações sobre diversos conteúdos relacionados com a organização de uma forma transversal, mas também promovendo o uso dos Canais

de Equipa, potenciando uma comunicação mais ágil em cada departamento.

Além das iniciativas já implementadas, preparámos um plano de comunicação estruturado para apoiar a transição para o nosso novo escritório, prevista para 2025. Este plano garantirá que os Colaboradores acompanhem todas as fases da mudança, desde a evolução das obras até respostas a dúvidas e expectativas, assegurando uma integração fluida e bem informada.

Acreditamos que uma Comunicação Interna eficaz é essencial para fortalecer o envolvimento dos Colaboradores e promover um ambiente organizacional mais coeso, transparente e participativo. Continuaremos a investir na melhoria dos nossos canais e formatos de comunicação, garantindo que a informação chegue a todos, de forma clara e acessível, contribuindo assim para uma cultura de partilha e colaboração.

SUSTENTABILIDADE

Relativamente ao tema Sustentabilidade o ano de 2024 foi o de consolidação dos primeiros passos dados em 2023.

De forma planeada e depois da definição da nossa estratégia “VICTORIA Sustentável” ter sido divulgada a toda a empresa no ano

anterior, 2024 foi o ano de iniciarmos um conjunto de exercícios e darmos continuidade a alguns temas de governação e de intervenção concreta na nossa cadeia de valor.

Do ponto de vista do exercício, realizamos pela primeira vez o cálculo da nossa pegada carbónica. Foi uma atividade que proporcionou mais uma vez o envolvimento de toda a organização através da partilha dos hábitos individuais de deslocação para o local de trabalho. A recolha de informação necessariamente efetuada a todos os Colaboradores permitiu também adicionalmente enquadrar este tema mais uma vez numa lógica de sensibilização de todos para a necessidade de assumirmos comportamentos mais responsáveis para com o meio ambiente.

Também foi este ano que à luz dos critérios GRI, fizemos o nosso primeiro exercício relativamente à elaboração de um Relatório de Sustentabilidade. A sua construção, ainda numa abordagem piloto, foi essencialmente exploratória de potenciais desafios que encontraríamos na reunião de informação. Ao dia hoje podemos dizer que foi uma tarefa cumprida com sucesso.

RESPONSABILIDADE SOCIAL VICTORIA

Ao longo do último ano, reforçámos o nosso compromisso com a Responsabilidade Social, promovendo iniciativas que

Paralelamente concluímos uma peça de governação que ainda estava por fechar. A construção da matriz de dupla materialidade permitiu enunciar quais os nossos impactos na envolvente (impactos materiais) e quais os impactos que a envolvente tem na organização (impactos económicos). A definição dos temas materiais para a Companhia também foi efetuada através da auscultação do nosso stakeholder prioritário: os Colaboradores.

Do ponto de vista da intervenção concreta com a nossa cadeia de valor foi definido um plano de ação que cruza a responsabilidade efetiva de cada departamento na implementação de uma ação, com os nossos ODS e com os nossos temas materiais.

Por fim dar relevo à comunicação interna regular com os nossos Colaboradores através do nosso portal interno. Sempre numa lógica de dar a conhecer algumas das atividades que estão a ser efetuadas neste âmbito e na perspetiva de sensibilizar a nossa população de forma clara e dinâmica para todos os temas ESG.

valorizam o bem-estar dos Colaboradores e o impacto positivo na Comunidade.

No âmbito dos benefícios, continuámos a assinalar o aniversário de cada Colaborador

e a proporcionar uma dispensa no seu dia de aniversário (ou dia útil seguinte). Esta medida está alinhada com a nossa preocupação com o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. É a VICTORIA a estar presente nos momentos de celebração dos seus Colaboradores e a contribuir para o seu bem-estar.

Reforçámos as nossas parcerias com diversas empresas, aumentando as vantagens e descontos disponíveis para os nossos Colaboradores. Melhorámos o Kit Bebê que já era oferecido aos Colaboradores que se tornam mães e pais, garantindo que está ainda mais adaptado às suas necessidades, reforçando o nosso apoio à natalidade.

O nosso compromisso com a Solidariedade esteve igualmente presente em várias ações ao longo do ano. Entre elas, destacamos a contribuição para o Programa Abem da Associação Dignidade, garantindo concretamente o acesso a medicamentos essenciais para 25 beneficiários durante um ano e reforçando paralelamente o nosso apoio à Associação.

Realizámos o desejo de uma criança através da Make-A-Wish, proporcionando-lhe uma visita à Disneyland. E cada sonho que transformamos em realidade enche o nosso programa de sorrisos.

Estivemos presentes na doação de bens essenciais aos Bombeiros Portugueses num

período crítico de incêndios, tendo sido evidente o empenho de todos os Colaboradores nesta ação e a sua demonstração com esse gesto que habitamos mesmo numa VICTORIA Socialmente responsável.

Apoiámos a Associação Crescer Bem, através da aquisição de cabazes com bens alimentares essenciais, entregues a 60 famílias, levando conforto e esperança na época de Natal.

A sensibilização e partilha de informação também foram prioridades. Ao longo do ano, divulgámos conteúdos relevantes sobre bem-estar, sugestões de atividades de lazer e dicas para a saúde mental. No período natalício, reforçámos o simbolismo solidário da nossa árvore de Natal, decorando-a com mais de quarenta enfeites sustentáveis em madeira, cada um representando as entidades que apoiamos ao longo dos últimos doze anos.

Mantemos, assim, o compromisso de continuar a evoluir e investir na Responsabilidade Social na VICTORIA, garantindo que as nossas ações tenham um impacto positivo tanto na vida dos nossos Colaboradores, como na comunidade onde estamos inseridos, deixando a nossa pegada solidária.

INVESTIMENTOS

A VICTORIA Seguros S.A., faz parte do grupo VICTORIA em Portugal e a nível internacional do grupo SMA. A gestão de investimentos é efetuada através de mandato celebrado com a empresa SMA Vie.

No corrente ano manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do

risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos apresentou em 2024 um crescimento de 15,1% para o valor global de 118.914.169 EUR (2023: 103.299.777). A principal rubrica de investimento mantém-se os “Títulos e Participações Financeiras” com um peso relativo de 95,1% (2023: 91,3%). A rubrica de “Outros Ativos Financeiros” registou uma quebra de 38% na sequência da amortização do empréstimo à participada Selicomi Portugal, Lda. A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

Carteira de Investimentos	2024	%	2023	%	Var. 24/23
Total	118.914.169	100,0%	103.299.777	100,0%	15,1%
Titulos e Participações Financeiras	113.098.209	95,1%	94.277.897	91,3%	20,0%
Imóveis	738.700	0,6%	815.800	0,8%	-9,5%
Outros Ativos Financeiros	5.077.260	4,3%	8.206.079	7,9%	-38,1%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 113.098.209 (2023: EUR 94.277.897) e a 31

de dezembro de 2024 apresentava a seguinte distribuição:

Carteira de Títulos	2024	%	2023	%	Var. 24/23
Total	113.098.209	100,0%	94.277.897	100,0%	20,0%
Divida Publica	31.625.311	28,0%	26.376.355	28,0%	19,9%
Obrigações Diversas	63.521.771	56,1%	62.272.667	66,1%	2,0%
Acções e Participações	11.993.304	10,6%	230	0,0%	∞%
Fundos de Investimento	5.957.823	5,3%	5.628.645	6,0%	5,8%

Em 2024, a principal variação foi registada na classe de ativos “Ações e Participações” na sequência do aumento de capital da Selicomi Portugal Lda e que representou um esforço financeiro de quase aproximadamente 12 milhões de euros. A exposição a Dívida Pública apresentou um crescimento de 5,2 milhões de euros, o que contribuiu para que o peso relativo na composição da carteira se mantivesse nos 28,0%. Relativamente à dívida privada, o aumento foi de 1,2 milhões de euros, o que se traduziu numa descida de 10% no peso

relativo desta classe de ativos (56,1% em 2024 face a 66,1% no ano anterior). Finalmente as aplicações em fundos de investimento registaram um aumento ligeiro de 300 mil euros para um valor global de EUR 5.957.823 (2023: 5.628.645).

No que se refere à qualidade de crédito da carteira de títulos é de registar que 81,1% (2023: 89,7%) detém notação de crédito de investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

Rating	2024	2023	Var. 24/23
Total	100,0%	100,0%	0,0%
AAA	0,0%	0,0%	0,0%
AA	34,1%	34,6%	-0,5%
A	34,4%	36,3%	-1,9%
BBB	12,6%	18,8%	-6,2%
BB	0,2%	1,4%	-1,2%
B	0,8%	0,0%	0,8%
NR	17,9%	8,9%	9,0%

O resultado de investimentos foi em 2024 de 2.838.066 EUR (2023: 2.837.886), ou seja, manteve-se de forma global estável. Analisando as rubricas em maior detalhe destaca-se a evolução positiva da rubrica de “Rendimentos” que apresentou um

crescimento de 10,2% para 2.407.567 EUR (2023: 2.184.076). Em termos líquidos as rubricas de Ganhos e Perdas por Alienação registaram um contributo de 422 mil euros para o resultado total, face a 665 mil euros em 2023.

Proveitos de Investimentos	2024	2023	Var. 24/23
Total	2.838.066	2.837.886	0,0%
Rendimentos	2.407.567	2.184.076	10,2%
Ganhos Realizados	484.994	677.076	-28,4%
Perdas Provenientes de Alienação	- 62.709	- 12.118	417,5%
Perdas por Imparidade	8.214	- 11.148	-173,7%

MEIO AMBIENTE

Na vertente especificamente ambiental, tentámos manter todo o nosso esforço de redução de uma pegada de carbono que se pretende o mais pequena possível.

Assim, pelo terceiro ano consecutivo, o nosso consumo de papel sofreu uma diminuição, atingindo 1,1 (2023: 1,3) milhões de folhas. Maior relevo tem esta redução quando pensamos que quer o volume de negócios como o nº de Clientes tiveram crescimentos expressivos.

Esta continuidade só foi possível graças a uma maior consciencialização de todos, a uma organização de trabalho diferente e a um conjunto de medidas tecnológicas que visam uma maior eficiência na comunicação com Clientes e distribuidores.

Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 0,3 (2023: 0,2) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Lisboa, maioritariamente materiais e resíduos como papel e outros materiais publicitários obsoletos ou deteriorados.

Adicionalmente, alinhado com os nossos objetivos de desenvolvimento sustentável, garantimos a identificação de lixos, materiais, mobiliário e equipamentos diversos obsoletos ou deteriorados, os quais geraram os seguintes volumes e tipologias de materiais enviados para reciclagem:

2023 Balanço Ambiental	
Resíduos	Peso (kg)
Papel	5.510
Discos	208
Monstros	240
Suportes Informática-Tapes, CD's ou outros suportes	36
TOTAL	5.994

Em 2024 os serviços Centrais da VICTORIA e respetiva operação, continuaram a desenvolver-se em 2 espaços no Edifício VICTORIA em Lisboa. Esta realidade manter-se-á enquanto decorre a remodelação do Edifício situado na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 46 em Lisboa, que alojará, as futuras instalações da VICTORIA. Neste contexto, os valores que apresentamos relativamente aos consumos de energia e

água ainda são apenas os relacionados com as Delegações e Escritórios, dado que os consumos registados no Edifício VICTORIA, não nos permitem de forma objetiva identificar os que correspondem aos espaços atualmente ocupados pela empresa e os respeitantes às frações arrendados a empresas inquilinas.

Nas Delegações e Escritórios, excluindo o situado no Edifício VICTORIA, o consumo em

2024 foi de 60.307 (2023: 60.922) KW/H de energia elétrica e de 328,03 (2023: 418,00) m3 de água.

Se olharmos para os últimos 5 anos e compararmos estes dados com 2019, o nosso consumo de energia elétrica baixou cerca de 31% ano. Esses 27487kw representam uma poupança equivalente ao consumo anual de 150 televisões led 40 cm ou de 5500 smartphones.

O mesmo tipo de análise evidencia um impacto percentual ainda maior no consumo de água. A redução de 43% no consumo relativamente a 2019 pode ser

comparada a uma poupança de um consumo anual de uma família de 4 pessoas ou ao consumo de 5000 duches.

Uma nova organização de trabalho com a introdução dum modelo híbrido (presencial e teletrabalho) em algumas funções e a instalação de materiais e equipamentos com maior eficiência energética explicam o percurso que progressivamente e de forma sustentada tem sido feito pela organização, no sentido de garantirmos uma operação cada vez mais eficiente e sustentável.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO

Em 2024, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do Grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, tem como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à

gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e

tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Manutenção do reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos e no qual foram pela primeira vez integradas dimensões ESG;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de

Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2024 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trianual definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na base de dados;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos através das fichas de risco;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;

Relatório do Conselho de Administração

As ações estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos para o ano de 2025, são as seguintes:

- Assegurar a atualização do software Duck Creek Compliance (Assuretat), utilizado para a construção dos mapas de reporte quantitativos (QRT's) de modo a dar resposta à taxonomia em vigor;
- Continuação do desenvolvimento de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permitam efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas de negócio) e análises agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;
- Suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita

uma gestão e tomada de decisão conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;

- Consolidação da nova metodologia de gestão de risco operacional, e consequente atualização das respetivas matrizes para os vários processos e a avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;
- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

O rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR de 2024 (em processo de certificação à data do presente relatório) e de 2023 é o seguinte:

	2024	2023
SCR	19 162 362	18 121 063
Rácio de Cobertura SCR	336,2%	312,7%
MCR	5 745 901	5 708 965
Rácio de Cobertura MCR	1121,1%	992,6%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	64 415 061	56 666 725
Fundos Próprios Elegíveis MCR	64 415 061	56 666 725

OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação

da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

LIGAÇÕES DE GRUPO, RECURSOS COMUNS

A VICTORIA – Seguros, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em

todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no sector de seguros para a

Relatório do Conselho de Administração

indústria da construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DA SUA APLICAÇÃO

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR 5.046.888 (2023: EUR 2.882.754). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR 3.458.033 (2023: 2.143.248). Propomos que após a dotação

de EUR 345.803 à reserva legal, o montante de EUR 1.556.115 seja distribuído como dividendo ao acionista e o remanescente de EUR 1.556.115 seja levado a resultados transitados.

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA, França são também

elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

PREVISÕES PARA 2025

O volume total de prémios de contratos de seguro em janeiro de 2025 atingiu EUR 24.329.447 (2024: 20.808.406), evidenciando uma evolução de 16,9%.

Em 2025, a atividade seguradora em Portugal deverá manter a tendência de crescimento da produção nos Ramos Vida e Não Vida, apoiada pelas perspetivas positivas de evolução da nossa economia, que deverá manter um crescimento estável, impulsionado por setores como o turismo, mas também pelo investimento e pelo

consumo interno. No entanto, os riscos relacionados com a volatilidade dos mercados financeiros, as eventuais oscilações no setor imobiliário e a instabilidade geopolítica poderão gerar incertezas e afetar o desempenho da nossa atividade. O setor terá de equilibrar a inovação e a adaptação às novas necessidades de proteção e gestão de riscos, de modo a garantir um crescimento sustentável e a manter a confiança dos clientes. A crescente digitalização e a

Relatório do Conselho de Administração

adoção de tecnologias avançadas, como a inteligência artificial, permitirão otimizar processos, personalizar serviços e melhorar a experiência do cliente.

Neste contexto, a VICTORIA está a preparar um novo Plano Estratégico para o período de 2025 a 2027, em conformidade com o Grupo SMABTP, mantendo o seu posicionamento de seguradora generalista com foco em nichos de especialidade, a sua

ambição de crescimento rentável e sustentável a longo prazo, apoiada em parcerias e na dinamização de uma rede de distribuição profissional, e a sua vontade de reforçar a sua presença nos mercados e âmbitos institucionais onde a sua oferta e proposta de valor diferenciadas são mais reconhecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA, e a todos os Parceiros, a dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

26 de março de 2025

O Conselho de Administração

2. Informação Financeira

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2024 e 2023

Notas	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/amort ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.704.483		1.704.483	2.806.188
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11.993.304	-	11.993.304	230
	Mensurados ao custo	11.993.304		11.993.304	230
4	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	5.957.823	-	5.957.823	5.628.645
	Instrumentos de capital e unidades de participação	5.957.823		5.957.823	5.628.645
5	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	91.763.888	-	91.763.888	85.276.505
	Títulos de dívida	91.763.888		91.763.888	85.276.505
6	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	8.460.454	5.331	8.455.123	11.569.690
	Títulos de dívida	3.383.194	257	3.382.937	3.372.253
	Empréstimos e contas a receber	5.077.260	5.074	5.072.186	8.197.437
2	Terrenos e edifícios	738.700	-	738.700	815.800
	Terrenos e edifícios de uso próprio	493.700	-	493.700	561.000
	Terrenos e edifícios de rendimento	245.000		245.000	254.800
8	Outros ativos tangíveis	3.784.574	3.210.856	573.718	287.045
8	Inventários	22.995		22.995	11.921
9	Ativos sob direito de uso	168.766	103.355	65.411	207.299
	Goodwill			-	
10	Outros ativos intangíveis	34.499.269	27.667.330	6.831.939	6.617.496
14	Ativos de contratos de resseguro cedido dos ramos Não Vida	26.252.123	-	26.252.123	25.191.552
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	18.515.923	-	18.515.923	13.793.169
	De serviços futuros	3.160.782		3.160.782	2.501.292
	De serviços passados	15.355.141	-	15.355.141	11.291.877
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	15.318.489		15.318.489	11.279.622
	Ajustamento de risco	36.652		36.652	12.255
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	7.736.200	-	7.736.200	11.398.383
	De serviços futuros	2.871.344	-	2.871.344	5.722.183
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	(5.237.034)		(5.237.034)	1.420.019
	Ajustamento de risco	894.920		894.920	143.081
	Margem de serviços contratuais / componente de perda	7.213.458		7.213.458	4.159.083
	De serviços passados	4.864.856	-	4.864.856	5.676.200
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	4.853.573		4.853.573	5.658.896
	Ajustamento de risco	11.283		11.283	17.304
12	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.112.167		1.112.167	1.045.518
11	Outros devedores por operações de seguro e outras operações	16.474.760	4.748.158	11.726.602	14.157.297
	Contas a receber por operações de seguro direto	8.298.760	4.669.647	3.629.113	3.039.289
	Contas a receber por operações de resseguro	3.014.576	15.504	2.999.072	6.667.112
	Contas a receber por outras operações	5.161.424	63.007	5.098.417	4.450.896
13	Ativos por impostos e taxas	1.254.273	-	1.254.273	1.538.018
	Ativos por impostos e taxas correntes	151.516		151.516	166.389
	Ativos por impostos diferidos	1.102.757		1.102.757	1.371.629
17	Acréscimos e diferimentos	140.591		140.591	163.830
	TOTAL ATIVO	204.328.170	35.735.030	168.593.140	155.317.034

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2024 e 2023

Notas	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
14	Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida	85.601.818	80.263.781
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	78.155.680	75.642.051
	De serviços futuros	19.561.939	17.929.349
	De serviços passados	58.593.741	57.712.702
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	57.107.808	56.112.519
	Ajustamento de risco	1.485.933	1.600.183
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	7.446.138	4.621.730
	De serviços futuros	3.474.560	3.178.308
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	1.647.209	1.192.043
	Ajustamento de risco	409.744	450.316
	Margem de serviços contratuais	1.417.607	1.535.949
	De serviços passados	3.971.578	1.443.422
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	3.915.840	1.356.095
	Ajustamento de risco	55.738	87.327
16	Outros passivos financeiros	6.281.128	2.412.043
	Depósitos recebidos de resseguradores	6.216.031	2.227.378
	Passivos de locações	65.097	184.665
12	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	311.791	291.867
15	Outros credores por operações de seguros e outras operações	8.129.524	6.533.843
	Contas a pagar por operações de seguro direto	5.157.048	4.799.803
	Contas a pagar por operações de resseguro	1.525.469	384.570
	Contas a pagar por outras operações	1.447.007	1.349.470
13	Passivos por impostos e taxas	5.398.912	5.158.923
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	3.227.217	2.563.509
	Passivos por impostos diferidos	2.171.695	2.595.414
17	Acréscimos e diferimentos	4.752.490	4.596.469
29	Outras provisões	5.602	59.771
	TOTAL PASSIVO	110.481.265	99.316.697
	CAPITAL PRÓPRIO		
18	Capital	34.850.000	34.850.000
18	Reservas de reavaliação	(502.979)	(1.583.164)
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	(720.721)	(1.863.437)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	159.808	214.133
	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	57.934	66.140
25	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	3.312.656	4.815.968
25	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	45.199	(112.209)
	Reserva por impostos	(643.489)	(704.079)
	Impostos diferidos	(643.489)	(704.079)
19	Outras reservas	10.965.261	10.707.400
	Reserva legal	2.450.876	2.236.551
	Reserva estatutária		
	Prêmios de emissão	8.400.463	8.400.463
	Outras reservas	113.922	70.386
	Resultados transitados	6.627.194	5.883.173
	Resultado do exercício	3.458.033	2.143.248
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	58.111.875	56.000.337
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	168.593.140	155.317.034

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

Notas	DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS	Exercício			Exercício anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
22	Réditos de contratos de seguro	111.647.008		111.647.008	102.015.976
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	108.996.286		108.996.286	100.007.353
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	2.650.722		2.650.722	2.008.623
	Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis	611.894		611.894	506.786
	Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	410.695		410.695	349.704
	Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	1.109.610		1.109.610	856.749
	Alocação dos gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro	518.523		518.523	295.384
23	Gastos de contratos de seguro	(95.455.952)		(95.455.952)	(100.971.995)
	Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis	(77.428.591)		(77.428.591)	(82.161.575)
	Sinistros ocorridos	(68.196.760)		(68.196.760)	(72.727.773)
	Outros gastos atribuíveis	(9.231.831)		(9.231.831)	(9.433.802)
	Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(16.893.208)		(16.893.208)	(15.585.596)
	Alterações relativas a serviços passados	(1.552.240)		(1.552.240)	(2.580.672)
	Alterações relativas a serviços futuros	418.087		418.087	(644.152)
24	Réditos de contratos de resseguro cedido	61.903.744		61.903.744	62.132.727
	Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis - Parte dos resseguradores	58.788.911		58.788.911	61.681.529
	Alterações relativas a serviços passados - Parte dos resseguradores	3.114.833		3.114.833	451.198
24	Gastos de contratos de resseguro cedido	(68.433.218)		(68.433.218)	(56.458.710)
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Parte dos resseguradores	(52.818.736)		(52.818.736)	(46.931.294)
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Parte dos resseguradores	(15.614.482)		(15.614.482)	(9.527.416)
	Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis - Parte dos resseguradores	(10.172.296)		(10.172.296)	(6.462.067)
	Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado - Parte dos resseguradores	(361.473)		(361.473)	62.384
	Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos - Parte dos resseguradores	(5.080.713)		(5.080.713)	(3.127.738)
	Resultado de contratos de seguro	9.661.582		9.661.582	6.717.998
	Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	(517.256)		(517.256)	(145.042)
	Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	182.218		182.218	-
	Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	-		-	(63.334)
25	Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	(335.038)		(335.038)	(208.376)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento				
26	Rendimentos	2.207.019	200.548	2.407.567	2.184.076
	De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas	2.062.229		2.062.229	2.083.510
	De juros de passivos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	144.790	200.548	345.338	100.566
31	Gastos financeiros	(720.277)	(32.440)	(752.717)	(871.644)
	Outros	(720.277)	(32.440)	(752.717)	(871.644)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	(22.028)	-	(22.028)	30.151
27	De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	(5.128)		(5.128)	(18.281)
	De outros	(16.900)		(16.900)	48.432
27	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	444.313		444.313	634.807
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	11.336	446	11.782	(11.147)
	De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	8.207		8.207	(6.213)
	De ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3.129	446	3.575	(4.934)
	De outros				
31	Gastos não atribuíveis	(6.220.249)		(6.220.249)	(5.443.379)
	Gastos não atribuíveis diretamente a contratos de seguro	(6.220.249)		(6.220.249)	(5.443.379)
28	Outros rendimentos/gastos técnicos	20.230		20.230	3.813
	Resultado técnico	5.046.888	168.554	5.215.442	3.036.299
	Outros gastos não associados a contratos comercializados				
29	Outras provisões (variação)		54.169	54.169	-
30	Outros rendimentos/gastos		(340.222)	(340.222)	210.679
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	5.046.888	(117.499)	4.929.389	3.246.978
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(1.565.612)	(923.506)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			94.256	(180.224)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			3.458.033	2.143.248

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

Demonstração do Rendimento Integral	Exercício	Exercício anterior
Resultado líquido do exercício	3.458.033	2.143.248
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	1.142.716	2.441.618
Por via de alienações	167.161	116.063
Prov perdas de credito instrumentos divida	(8.206)	11.131
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	(54.325)	188.283
Ajustamentos da componente financeira contratos de seguro	(1.345.904)	(1.265.722)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	60.590	(335.560)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	43.536	17.306
Total do rendimento integral	3.463.601	3.316.367

Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Demonstração de Fluxos de Caixa - Método directo			
1 ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		2024	2023
Recebimentos:		199.827.584	168.819.138
Clientes (prémios recebidos)	+	117.707.737	107.818.770
venda/amortização de activos financeiros (Inv)	+	78.474.406	59.580.959
Juros e dividendos (Inv)	+	1.754.333	1.419.410
Recebimentos de taxas e impostos	+	416.027	-
Resseguradores	+	1.475.081	-
Regularização c/c Seguradoras	+	-	-
Pagamentos:		189.507.679	165.230.488
Clientes (sinistros & estornos)	-	57.404.441	63.484.933
Comissões	-	14.395.956	13.232.583
Resseguradores	-	-	5.583.766
Outros prestadores	-	2.833.253	1.157.722
Fornecedores diversos	-	8.399.770	6.268.655
Pagamentos a colabores	-	5.958.540	5.064.382
Compra de activos financeiros (Inv)	-	81.737.008	53.342.265
Pagamento de taxas e impostos	-	16.982.485	15.990.467
Despesas de Viagem	-	10	61
Fundo Fixo Caixa	-	265	239
Regularização c/c Seguradoras	-	1.795.951	1.105.414
Fluxo das actividades operacionais		10.319.906	3.588.650
2 ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos:		2.959.610	
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	+	2.959.610	-
Imobilizações corpóreas (alienação)	+		
Imobilizações incorpóreas (alienação)	+	-	-
Juros de Emp. Conc.	+		
Dividendos de participações	+	-	
Pagamentos:		14.381.221	2.750.786
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)	-	11.993.074	-
Imobilizações corpóreas (aquisição)	-	469.795	117.958
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	-	1.918.352	2.632.828
Fluxo das actividades de Investimentos		(11.421.611)	(2.750.786)
3 ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos:		-	-
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	+		
Aumentos de Capital	+	-	-
Doações	+		
Pagamentos:		-	26.851
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)	-		
Amort. De contratos de locação financeira	-	-	26.851
Dividendos	-		
Fluxo das actividades de financiamento			(26.851)
4 = 1 + 2 + 3 + 4 Total do Fluxo de Caixa		(1.101.705)	811.013
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.806.188	1.995.175
Caixa e seus equivalentes no final do período		1.704.483	2.806.188

Demonstração das alterações nos Capitais Próprios em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Provisão para perdas creditas em instrumentos mensurados ao justo valor	Reserva Componente financeira CS	Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio				Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Balanco a 31 de Dezembro 2022	34.850.000	(4.418.488)	25.850		5.969.481	(354.789)	2.017.861	33.012.365	53.080	(24.053.626)	5.604.856	52.706.590
Correcções de erros (IAS 8)												
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		(2.630)		59.927		(13.730)				(61.269)		(17.702)
Balanco de abertura alterado	34.850.000	(4.421.118)	25.850	59.927	5.969.481	(368.519)	2.017.861	33.012.365	53.080	(24.114.895)	5.604.856	52.688.888
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas		2.557.681										2.557.681
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			188.283									188.283
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas				6.213								6.213
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro					(1.265.722)							(1.265.722)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos						(335.560)						(335.560)
Aumento de reservas por aplicação de resultados												-
Distribuição de reservas								(24.611.902)		24.611.902		-
Distribuição de lucros/prejuízos							218.690			5.386.166	(5.604.856)	-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio									17.306			17.306
Total das variações do capital próprio	-	2.557.681	188.283	6.213	(1.265.722)	(335.560)	218.690	(24.611.902)	17.306	29.998.067	(5.604.856)	1.168.200
Resultado líquido do período											2.143.248	2.143.248
Balanco a 31 de Dezembro 2023	34.850.000	(1.863.437)	214.133	66.140	4.703.759	(704.079)	2.236.551	8.400.463	70.386	5.883.173	2.143.248	56.000.337
Balanco de abertura alterado	34.850.000	(1.863.437)	214.133	66.140	4.703.759	(704.079)	2.236.551	8.400.463	70.386	5.883.173	2.143.248	56.000.337
Aumentos/reduções de capital												-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas		1.142.716										1.142.716
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			(54.325)									(54.325)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas				(8.206)								(8.206)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro					(1.345.904)							(1.345.904)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio												-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos						60.590						60.590
Aumento de reservas por aplicação de resultados												-
Distribuição de reservas												-
Distribuição de lucros/prejuízos							214.325			744.021	(2.143.248)	(1.184.900)
Alterações de estimativas contabilísticas												-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio									43.536			43.536
Total das variações do capital próprio	-	1.142.716	(54.325)	(8.206)	(1.345.904)	60.590	214.325	-	43.536	744.021	(2.143.248)	(1.346.494)
Resultado líquido do período											3.458.033	3.458.033
Distribuição antecipada de lucros												-
Balanco a 31 de Dezembro 2024	34.850.000	(720.721)	159.808	57.934	3.357.855	(643.489)	2.450.876	8.400.463	113.922	6.627.194	3.458.033	58.111.875

Notas às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

ÍNDICE

- I) Introdução**
- II) Informação por Segmentos**
- III) Políticas Contabilísticas**
- IV) Gestão de Riscos**
- V) Notas ao Balanço**
 - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 - NOTA 4 – Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas
 - NOTA 5 – Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas
 - NOTA 6 – Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
 - NOTA 7 – Afetação dos Investimentos
 - NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários
 - NOTA 9 – Ativos sob o Direito de Uso
 - NOTA 10 – Outros ativos intangíveis
 - NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos
 - NOTA 14 – Ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro
 - NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 16 – Outros passivos financeiros
 - NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos
 - NOTA 18 – Capital Próprio
 - NOTA 19 – Reserva Legal e outras reservas
 - NOTA 20 – Transações entre partes relacionadas
 - NOTA 21 – Elementos extrapatrimoniais
- VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas**
 - NOTA 22 – Réditos de contratos de seguro
 - NOTA 23 – Custos com Sinistros

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- NOTA 24 – Resultado de contratos de resseguro
- NOTA 25 – Componente financeira de contratos de seguro e resseguro
- NOTA 26 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos
- NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 29 – Outras Provisões (Variação)
- NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 31 – Gastos por natureza e função
- NOTA 32 – Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de ativos e passivos financeiros

IX) Alterações das Políticas Contabilísticas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

I - INTRODUÇÃO

A VICTORIA - Seguros, S.A. foi constituída por escritura pública de 29 de outubro de 2002 pela transferência dos ativos e passivos da atividade de seguros dos ramos não vida da anterior empresa com a mesma denominação e objeto social. Esta empresa alterou na mesma data a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e o seu objeto social para o de uma sociedade de gestão de participações sociais.

A 30 de maio de 2003 foi outorgada a escritura de trespasse da carteira de seguros dos ramos não vida da sucursal em Portugal da CGU - International Insurance Plc (Commercial Union), incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os respetivos colaboradores. A 27 de novembro de 2012 foi celebrada a escritura de transferência da carteira da sucursal em Portugal da Asefa-Seguros e Reaseguros S.A. incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os colaboradores.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada

no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o redimensionamento da estrutura, adequando-a assim à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 34.850.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro dos Ramos Não Vida.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024

e 2023, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

2024	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Premios brutos emitidos	114.389.006	54.937.740	20.603.407	14.351.195	10.801.122	13.695.542
Premios resseguro cedido	(65.656.223)	(37.020.976)	(14.584.420)	(1.712.769)	(2.581.515)	(9.756.543)
Réditos contratos seguro	111.647.008	53.127.006	17.681.859	13.983.501	10.618.423	16.236.219
Gastos de resseguro cedido	(68.433.218)	(37.037.139)	(16.988.481)	(1.668.963)	(2.624.025)	(10.114.610)
Sinistros pagos e outros gastos brutos	(77.428.591)	(43.839.834)	(10.882.137)	(10.873.868)	(6.036.746)	(5.796.006)
Gastos de aquisição atribuíveis	(16.893.208)	(7.268.820)	(3.467.023)	(1.573.048)	(1.707.972)	(2.876.345)
Resultado de contratos de seguro	16.191.056	500.473	4.628.162	2.662.346	4.345.903	4.054.172
Resultado de contratos de resseguro	(6.529.474)	1.276.683	(4.064.702)	(1.609.620)	(1.093.583)	(1.038.252)
Resultado investimentos	1.920.363	475.054	343.803	277.228	627.688	196.590
Resultado técnico	5.046.888	(289.257)	(369.036)	488.585	2.975.810	2.240.786
Ativos financeiros afectos à representação	103.500.210	22.588.629	21.217.803	13.905.425	34.551.307	11.237.046
Ativos e Passivos de Contratos	85.601.819	18.970.986	17.819.702	11.678.426	27.695.309	9.437.396

2023	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Premios brutos emitidos	104.049.591	46.112.038	20.013.646	13.623.052	10.721.331	13.579.524
Premios resseguro cedido	(59.762.412)	(32.218.929)	(13.913.406)	(1.655.331)	(2.237.126)	(9.737.619)
Réditos contratos seguro	102.015.976	44.802.862	19.435.355	13.724.331	10.638.112	13.415.316
Gastos de resseguro cedido	(56.458.710)	(32.219.027)	(10.935.977)	(1.653.465)	(2.158.680)	(9.491.561)
Sinistros pagos e outros gastos brutos	(82.161.575)	(35.243.791)	(19.564.068)	(11.543.999)	(6.671.429)	(9.138.288)
Gastos de aquisição atribuíveis	(15.585.596)	(6.155.842)	(3.236.076)	(1.542.107)	(1.733.197)	(2.918.374)
Resultado de contratos de seguro	1.043.981	239.962	(6.408.143)	1.333.196	2.417.962	3.461.004
Resultado de contratos de resseguro	5.674.017	1.537.564	8.818.644	(3.000.448)	(859.983)	(821.760)
Resultado investimentos	1.812.698	359.271	330.444	270.513	604.224	248.245
Resultado técnico	2.885.958	164.751	1.392.430	(2.040.191)	1.382.858	1.982.906
Ativos financeiros afectos à representação	100.972.058	20.041.726	19.823.022	15.402.387	35.311.468	10.393.455
Ativos e Passivos de Contratos	80.263.781	16.129.482	15.953.470	12.395.765	27.420.463	8.364.601

O Resultado de contratos de seguro registou uma melhoria correspondente a EUR 15.147.075, e que se deve essencialmente ao facto do exercício de 2023 estar influenciado pela ocorrência de um sinistro de ponta na

ordem de EUR 13.000.000. Este evento esteve igualmente na origem da evolução verificada no Resultado de contratos de resseguro (2024 EUR (6.529.474); 2023 EUR 5.674.017).

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em

normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

nomeadamente com a publicação do PCES e disposições relativas a provisões e a ativos afetos à representação das provisões técnicas. As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação.

A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos, pelo que para efeitos de reconhecimento e mensuração são aplicáveis as regras e princípios estabelecidos no PCES.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2024 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de

2024. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A companhia integra o perímetro de consolidação da casa mãe em França, assim como as suas subsidiárias, pelo que não apresenta contas consolidadas localmente.

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respetivas notas às contas, respeitam as exigências de informação

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Setor Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 9/2022-R de 25 de novembro.

A preparação das demonstrações financeiras é efetuada tendo por base o princípio da continuidade das operações, o que requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Companhia operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Companhia dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 26 de março de 2025.

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de

janeiro de 2024 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela União Europeia (UE).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Contratos de Seguros

A VICTORIA-Seguros, S.A. adotou a IFRS 17 – Contratos de Seguro a partir de 1 de janeiro de 2023. Esta resulta em mudanças significativas a nível da contabilização de contratos de seguro e de resseguro, que estão detalhadas abaixo.

Classificação dos contratos

Contratos de seguro

Atualmente a VICTORIA-Seguros, S.A. emite contratos que incluem risco de seguro.

A VICTORIA-Seguros, S.A. reconhece como contratos de seguro, os contratos em que a VICTORIA-Seguros, S.A. aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento coberto pelo seguro) afetar adversamente o tomador de seguro.

Os ativos financeiros detidos pela VICTORIA-Seguros, S.A. para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros da VICTORIA-Seguros, S.A.

Contratos de resseguro cedido

A VICTORIA-Seguros, S.A. celebra acordos com o intuito de transferir o risco de seguro, juntamente com os respetivos prémios, para uma ou mais entidades resseguradoras. Se, a entidade resseguradora não tiver a capacidade de cumprir com as suas obrigações, a VICTORIA-Seguros, S.A. continua responsável perante os seus tomadores de seguro pela parcela ressegurada.

Nível de agregação

A VICTORIA-Seguros, S.A. determina o nível de agregação para os contratos de seguro emitidos dividindo-os por portfólios. Cada portfólio deve incluir contratos de seguro sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto.

A VICTORIA-Seguros, S.A. agrupou os seus portfólios da seguinte forma:

- Acidentes de trabalho;
- Saúde grupo e saúde individual;
- Acidentes pessoais;
- Automóvel frotas e automóvel individual;
- Avaria de máquinas;
- Caução;
- Decenal;
- Incêndio e outros danos;
- Marítimo;
- Mercadorias transportadas;
- Obras;
- Perdas pecuniárias;
- Responsabilidade civil.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

No reconhecimento inicial, os contratos de seguro inseridos em cada portfólio são divididos em grupos de:

- Contratos que são onerosos;
- Contratos que não apresentam uma possibilidade significativa de se tornarem posteriormente onerosos;
- Restantes contratos do portfólio.

A VICTORIA-Seguros, S.A. aplicou a metodologia anteriormente referida para os contratos de resseguro cedido, conforme previsto no normativo. Neste âmbito, a VICTORIA-Seguros, S.A. definiu os seguintes portfólios IFRS 17:

- Bouquet;
- Acidentes de trabalho;
- Auto;
- Incêndio e outros danos e Incêndio e outros danos CAT;
- Caução;
- Bens em leasing;
- Facultativos (IOD, Obras, Marítimo, RC);
- Fronting SMA RC;
- Marine XL;
- Obras;
- Perdas pecuniárias;
- Saúde;
- Decenal;
- IGPSaude;
- Assistências;

- Responsabilidade civil.

A norma IFRS 17 não permite que sejam incluídos num mesmo portfólio contratos emitidos com mais de um ano de intervalo. Neste sentido, cada portfólio deverá ser desagregado em *cohorts* anuais, ou *cohorts* que consistem em períodos inferiores a um ano.

A VICTORIA-Seguros, S.A. separa os seus contratos em *cohorts* anuais, que têm por base o ano civil (1 de janeiro a 31 de dezembro).

Separação de componentes

O normativo exige que a VICTORIA-Seguros, S.A. separe as componentes de investimento distintas do contrato de seguro de acolhimento. A VICTORIA-Seguros, S.A. não detém, ao momento, componentes de investimento distintas pelo que não necessita de efetuar esta separação. A VICTORIA-Seguros, S.A. também não identificou componentes de investimento não distintas relevantes.

De notar, que no caso dos tratados de resseguro em que estão previstas comissões *sliding scale*, a comissão máxima que poderá ser obtida será considerada pela VICTORIA-Seguros, S.A. como uma componente de investimento não distinta.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Reconhecimento inicial

A VICTORIA-Seguros, S.A. reconhece um dado grupo de contratos de seguro por si emitidos a partir da primeira das seguintes ocorrências:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data em que o primeiro pagamento de um tomador de seguro do grupo se torna exigível;
- data em que o grupo se torna oneroso, no caso de grupos de contratos onerosos.

No caso dos grupos de contratos de resseguro cedidos a VICTORIA-Seguros, S.A. reconhece-os a partir da primeira das seguintes datas:

- o início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro cedidos;
- a data em que a entidade reconhece um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes. No entanto, se a VICTORIA-Seguros, S.A. celebra um contrato de resseguro conexo cedidos no grupo de contratos de resseguro cedidos reconhece-o nessa data ou antes.

Modelos de mensuração

O normativo introduz três modelos de mensuração, o modelo geral de mensuração, o modelo de imputação dos prêmios e o modelo

da comissão variável. O intuito dos mesmos é que os proveitos de contratos de seguro sejam reconhecidos em ganhos e perdas ao longo do tempo, à medida que os serviços vão sendo prestados. Os modelos têm por base o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros, um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro e também uma margem de serviços contratuais que representa o lucro ainda não realizado.

Atendendo ao tipo de produtos detidos pela VICTORIA-Seguros, S.A. e também aos requisitos de aplicabilidade de cada um dos modelos de mensuração, a VICTORIA-Seguros, S.A. irá aplicar o modelo geral de mensuração e a abordagem da imputação dos prêmios.

De salientar que a VICTORIA-Seguros, S.A., ao analisar os seus portfólios, concluiu que nenhum cumpria com as três condições de elegibilidade definidas no normativo para aplicar o modelo da comissão variável.

A alocação dos modelos de mensuração aos produtos da VICTORIA-Seguros, S.A. foi efetuada da seguinte forma:

IFRS 17 Portfolios	Modelo de mensuração
Seguro direto	
Acidentes de Trabalho	Abordagem de imputação dos prémios
Saúde (Grupo e Individual)	
Acidentes Pessoais	
Automóvel (Frotas e Individual)	
Avaria de Máquinas	
Caução	
Incêndio e outros danos - Habitação e condomínios	
Incêndio e outros danos - Multirriscos empresarial	
Incêndio e outros danos - Bens em leasing	
Incêndio e outros danos - Outros	
Marítimo e Transportes	
Perdas pecuniárias	Abordagem de imputação dos prémios
Responsabilidade Civil	
Obras	Modelo geral de mensuração
Decenal	
Resseguro	
Bouquet	Abordagem de imputação dos prémios
Auto	
Caução	
Facultativos Eng	
Facultativos IOD	
Facultativos Marítimo	
Facultativos RC	
Fronting SMA RC	
MarineXL	
Perdas Pecuniárias	
Saúde	

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

IFRS 17 Portfolios	Modelo de mensuração
Decenal	
IGPSAUDE	
Assistências	
Incêndios e Outros Danos CAT	
Responsabilidade Civil	Modelo geral de mensuração
Acidentes de Trabalho	
Incêndio e Outros Danos	
Obras	

Fronteiras Contratuais

O normativo prevê que a VICTORIA-Seguros, S.A. inclua, no cálculo dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos de seguro e dos contratos de resseguro detido, as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro dos limites de cada contrato do grupo. Os fluxos de caixa inscrevem-se dentro dos limites de um contrato de seguro se decorrem de direitos e obrigações de caráter substantivo existentes durante o período de relato por via dos quais a VICTORIA-Seguros, S.A. pode obrigar o tomador de seguro a pagar os prêmios ou a VICTORIA-Seguros, S.A. tem uma obrigação material de prestar serviços de contratos de seguro ao tomador de seguro.

As fronteiras contratuais definidas pela VICTORIA-Seguros, S.A. estão alinhadas com o período de cobertura dos contratos/tratados.

Uma obrigação material de prestação de serviços de contratos de seguro termina quando:

- a VICTORIA-Seguros, S.A. tiver a possibilidade prática de reavaliar os riscos do tomador de seguro, pelo que pode fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente esses riscos; ou
- estiverem preenchidos ambos os seguintes critérios:
 - i. a VICTORIA-Seguros, S.A. tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos da carteira de contratos de seguro que contém o contrato e, consequentemente, puder fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente o risco dessa carteira; e
 - ii. a tarificação dos prêmios até à data em que os riscos são reavaliados não tem em conta os riscos que dizem respeito a períodos posteriores à data de reavaliação.

No caso dos contratos de resseguro cedidos, a obrigação substantiva de receber serviços termina quando o ressegurador tem a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

possibilidade prática de reavaliar os riscos de seguro que lhe foram transferidos e, conseqüentemente, puder definir o preço ou o nível de benefícios que reflitam esse mesmo risco, ou quando o ressegurador tiver o direito substantivo de cessar a cobertura.

A VICTORIA-Seguros, S.A. não reconhece ativos ou passivos relativos a prêmios ou sinistros que não estejam inseridos nas fronteiras contratuais – estes montantes dizem respeito a contratos de seguro futuros.

Aplicação dos modelos de mensuração aos contratos de seguro

1. Modelo geral de mensuração

Mensuração no reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, a VICTORIA-Seguros, S.A. para mensurar os portfólios de contratos de seguro considera o produto resultante da soma:

- dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos, que compreendem:
 - i. as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro das fronteiras contratuais;
 - ii. um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros; e

- iii. um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro

- e da margem de serviços contratuais.

Estimativa dos fluxos de caixa futuros

A metodologia seguida pela VICTORIA-Seguros, S.A. para apurar o valor das estimativas dos fluxos de caixa futuros:

- incorpora, de uma forma imparcial, todas as informações razoáveis e justificáveis disponíveis sem custos ou esforços indevidos sobre a quantia, a calendarização e a incerteza desses fluxos de caixa futuros;
- reflete a perspectiva da VICTORIA-Seguros, S.A., desde que as estimativas das variáveis de mercado relevantes sejam coerentes com os preços de mercado observáveis para aquelas variáveis;
- é corrente - as estimativas refletem as condições existentes à data de mensuração, incluindo os pressupostos para o futuro vigentes nessa data
- é explícita - a VICTORIA-Seguros, S.A. calcula o ajustamento para os riscos não financeiros separadamente das outras estimativas. Adicionalmente, a VICTORIA-Seguros, S.A. também estima os fluxos de caixa separadamente do ajustamento para o valor temporal do dinheiro e para o risco financeiro.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

De notar que a VICTORIA-Seguros, S.A. também inclui nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros do grupo de contratos de resseguro cedidos o efeito de qualquer risco de desempenho do emitente do contrato de resseguro, incluindo os efeitos das cauções e das perdas resultantes de litígios.

Taxa de desconto

A VICTORIA-Seguros, S.A. mensura o valor temporal do dinheiro através da utilização de taxas de desconto que reflitam as características de liquidez dos contratos de seguro e que sejam coerentes com os preços de mercado correntes observáveis. As taxas de desconto excluem o efeito de fatores que

influenciam esses preços de mercado observáveis, mas não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

A VICTORIA-Seguros, S.A., para apurar a taxa de desconto, aplica a abordagem *top-down*. Seguindo esta abordagem, a taxa de desconto que a VICTORIA-Seguros, S.A. aplica resulta da *yield curve* de um portfólio de ativos subjacentes, ou seja de um portfólio de referência, ajustado de forma a refletir as características das responsabilidades.

De notar que as curvas de desconto utilizadas pela VICTORIA-Seguros, S.A. para o resseguro são idênticas às utilizadas no seguro direto.

As taxas de desconto apuradas são as seguintes:

2024	Moeda	1 ano	5 anos	10 anos	20 anos	30 anos
Direto LRC - Obras e Decenal	EUR	1,03%	0,95%	1,20%	1,37%	1,37%
Direto LIC - AT Pensões	EUR	3,05%	2,97%	3,23%	3,40%	3,39%
Direto LIC - AT Assistências Vitalícias	EUR	1,03%	0,95%	1,20%	1,37%	1,37%
Direto LIC - Outros portfólios (*)	EUR	0,60%	0,52%	0,77%	0,94%	0,94%
Resseguro - AT Pensões	EUR	3,05%	2,97%	3,23%	3,40%	3,39%
Resseguro - Resp. Civil e IOD	EUR	2,62%	2,53%	2,79%	2,96%	2,96%
Resseguro - Obras	EUR	3,05%	2,97%	3,23%	3,40%	3,39%
2023	Moeda	1 ano	5 anos	10 anos	20 anos	30 anos
Direto LRC - Obras e Decenal	EUR	3,94%	3,02%	3,13%	3,38%	3,46%
Direto LIC - AT Pensões	EUR	3,94%	3,02%	3,13%	3,38%	3,46%
Direto LIC - Outros portfólios (*)	EUR	0,62%	0,64%	0,74%	0,98%	1,07%
Resseguro - AT Pensões	EUR	3,94%	3,02%	3,13%	3,38%	3,46%
Resseguro - Resp. Civil e IOD	EUR	3,54%	2,65%	2,76%	3,00%	3,09%
Resseguro - Obras	EUR	3,94%	3,02%	3,13%	3,38%	3,46%

(*) Curva de desconto real convertida a partir da curva nominal através da metodologia da avaliação de Fisher

De um modo geral, as taxas de desconto verificaram uma descida, com principal destaque para o portfólio de Obras e Decenal, onde este movimento foi mais

acentuado decorrente da revisão de pressupostos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ajustamento de risco

O ajustamento de risco reflete a compensação que a VICTORIA-Seguros, S.A. exige para suportar a incerteza sobre o montante e a ocorrência dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A norma não prevê uma metodologia específica para o cálculo do ajustamento de risco, ditando que deverá ser utilizado julgamento por parte de cada entidade para determinar qual a técnica mais adequada para estimar esta métrica.

Neste sentido, a VICTORIA-Seguros, S.A. optou por utilizar o método do *Value at Risk* para apurar o ajustamento de risco. Esta metodologia permite a seleção, à priori, do nível de confiança pretendido pela VICTORIA-Seguros, S.A. para o nível de prudência a considerar no cálculo das responsabilidades com os grupos de contratos, obtendo assim um ajustamento de risco que implicitamente corresponderá ao nível de confiança definido. O nível de confiança definido pela VICTORIA-Seguros, S.A. é de 75%.

Margem de serviços contratuais

A margem de serviços contratuais corresponde aos lucros não realizados que a VICTORIA-Seguros, S.A. reconhecerá ao prestar serviços relativos a contratos de seguro no futuro.

A VICTORIA-Seguros, S.A. mensura a margem de serviços contratuais no reconhecimento inicial de um grupo de contratos de seguro

como a quantia que corresponde à ausência de rendimentos ou gastos resultantes:

- do reconhecimento inicial de uma quantia de fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos;
- de quaisquer fluxos de caixa decorrentes dos contratos do grupo nessa data;
- do desreconhecimento na data do reconhecimento inicial de:
 - I. qualquer ativo para fluxos de caixa de aquisição de seguro; e
 - II. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.

Nos portfólios de contratos de resseguro cedidos não existe um lucro não realizado, mas sim um custo líquido ou um lucro líquido na aquisição do resseguro. Assim, no reconhecimento inicial, a VICTORIA-Seguros, S.A. reconhece qualquer custo líquido ou ganho líquido na compra do grupo de contratos de resseguro cedidos como uma margem de serviços contratuais mensurada por um montante igual à soma do seguinte:

- os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos;
- a quantia desreconhecida nessa data de qualquer ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

relacionados com o grupo de contratos de resseguro cedidos;

- quaisquer fluxos de caixa que surjam nessa data; e
- qualquer rendimento reconhecido nos lucros ou perdas.

Contratos onerosos

A VICTORIA-Seguros, S.A. classifica, na data do reconhecimento inicial, um contrato de seguro como sendo oneroso se os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos a ele imputados, acrescidos de quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros previamente reconhecidos e de quaisquer fluxos de caixa dele decorrentes nessa data de reconhecimento inicial, representarem uma saída líquida de fluxos de caixa.

Quando o fluxo de caixa associado a um grupo de contratos de seguro é negativo, a VICTORIA-Seguros, S.A. reconhece uma componente de perda em ganhos e perdas que leve a que a quantia escriturada de passivo do grupo seja igual aos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos e a que a margem de serviços contratuais do grupo seja igual a zero.

Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente a quantia escriturada de um grupo de contratos de seguro no final de cada período de relato corresponde à soma dos passivos de cobertura

remanescente e dos passivos para sinistros ocorridos. Os passivos de cobertura remanescente correspondem aos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à prestação de serviços futuros imputados ao grupo nessa data e à margem de serviços contratuais do grupo de contratos nessa data. Os passivos para sinistros ocorridos compreendem os fluxos de caixa relativos a sinistros incorridos, incluindo eventos que já ocorreram para os quais ainda não foram reportados sinistros e outras despesas de seguro incorridas.

Estimativa dos fluxos de caixa futuros

A VICTORIA-Seguros, S.A. atualiza os valores dos fluxos de caixa futuros estimados no final de cada período de relato, tendo em conta atualizações nas estimativas para os mesmos, para a taxa de desconto e para o ajustamento de risco para risco não financeiro.

Margem de serviços contratuais

O valor da margem de serviços contratuais para um portfólio de contratos de seguro sem participação nos resultados no final do período de relato é igual à quantia escriturada no início do período de relato, ajustada para refletir:

- o efeito de quaisquer novos contratos acrescentados ao portfólio;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- os juros acrescidos sobre a quantia escriturada da margem de serviços contratuais durante o período de referência, mensurados de acordo com as taxas de desconto especificadas no normativo;
- as alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à prestação de serviços futuros exceto na medida em que:
 - I. esses aumentos dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos excedam a quantia escriturada da margem de serviços contratuais, dando origem a uma perda; ou
 - II. essas diminuições dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos sejam imputadas à componente de perda do passivo de cobertura remanescente
- o efeito de quaisquer variações cambiais sobre a margem de serviços contratuais; e
- a quantia reconhecida como receita de seguros devido à transferência de serviços de contratos de seguro no período, determinada pela imputação da margem de serviços contratuais remanescente no fim do período de relato.

As alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com serviços futuros anteriormente referidas incluem:

- ajustamentos em função da experiência resultantes dos prêmios recebidos no período que dizem respeito a serviços futuros;
- alterações nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente mensuradas com recurso às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial, com exceção daquelas que se referem ao efeito do valor temporal do dinheiro e a ajustes no risco financeiro;
- diferenças entre qualquer componente de investimento não distinta com vencimento previsto no período e as componentes de investimento não distintas que efetivamente vençam no período;
- diferenças entre qualquer empréstimo a um tomador de seguro que se prevê que se torne reembolsável no período e o empréstimo efetivo a um tomador de seguro que se torna reembolsável no período.
- alterações no ajustamento pelo risco para o risco não financeiro relativos a serviços futuros.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

O valor da margem de serviços contratuais inerente a um dado portfólio é reconhecido pela VICTORIA-Seguros, S.A. nos lucros ou perdas de cada período de reporte para refletir os serviços de contratos de seguro prestados no âmbito desse grupo nesse período. O valor é apurado mediante:

- identificação das unidades de cobertura do grupo. O número de unidades de cobertura de um grupo é a quantidade de serviços de contratos de seguro previstos pelos contratos do grupo, determinada pela análise, para cada contrato, da quantidade das prestações previstas no quadro de um contrato e do período esperado da sua cobertura.
- a imputação da margem de serviços contratuais no final do período (antes do reconhecimento de quaisquer quantias nos resultados, para refletir os serviços de contratos de seguro prestados no período), por igual, a cada unidade de cobertura prevista no atual período e para o futuro.
- reconhecimento nos resultados da quantia afetada a unidades de cobertura previstas no período.

Contratos onerosos

A VICTORIA-Seguros, S.A. conclui que um grupo de contratos de seguro se torna oneroso (ou mais oneroso) na mensuração subsequente se as seguintes quantias excederem a quantia

escriturada na margem de serviços contratuais: alterações desfavoráveis relativas a serviço futuro nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos imputados ao grupo resultantes de alterações nas estimativas dos fluxos de caixa e do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro.

Abordagem da imputação dos prémios

Esta abordagem é uma abordagem simplificada pelo que importa salientar que a VICTORIA-Seguros, S.A. apenas a aplicou porque foram preenchidos os requisitos descritos na norma.

Estes requisitos referem que uma VICTORIA-Seguros, S.A. só pode aplicar esta abordagem se:

- tiver razões para crer que esta simplificação conduzirá a uma mensuração do passivo de cobertura remanescente do grupo que não será significativamente diferente daquela que seria obtida pela aplicação do modelo geral de mensuração;
- o período de cobertura de cada contrato do grupo (incluindo os serviços de contratos de seguro decorrentes de todos os prémios dentro dos limites contratuais) é igual ou inferior a um ano.

Mensuração no reconhecimento inicial

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

No reconhecimento inicial, para apurar a quantia escriturada do passivo a VICTORIA-Seguros, S.A. considerou:

- os prêmios eventualmente recebidos no reconhecimento inicial, se for o caso;
- menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros nessa data; e
- mais ou menos qualquer quantia decorrente do desreconhecimento nessa data do seguinte:
 - I. quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros;
 - II. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.
- a quantia escriturada no início do período do relato;
- mais os prêmios recebidos durante o período;
- menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- mais quaisquer quantias respeitantes à amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidas como gastos no período de relato;
- mais qualquer ajustamento de uma componente de financiamento;
- menos o montante reconhecido como crédito de seguros por serviços prestados nesse período;
- menos qualquer componente de investimento paga ou transferida para o passivo para sinistros ocorridos.

Os fluxos de caixa de aquisição anteriormente referidos, podem ser diferidos ao longo do período de cobertura dos contratos ou reconhecidos como gastos quando incorridos. A VICTORIA-Seguros, S.A. optou por diferir os custos de aquisição ao longo da duração dos contratos.

Mensuração subsequente

Para mensurar a quantia escriturada do passivo no final de cada período de relato subsequente, a VICTORIA-Seguros, S.A. teve em consideração:

Conforme mencionado no normativo, não é imperativo ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro se a entidade tiver a expectativa de que esses fluxos de caixa irão ser pagos ou recebidos no espaço de um ano ou menos a contar da data de participação dos sinistros.

No caso da VICTORIA-Seguros, S.A. os fluxos de caixa futuros não são ajustados pelo efeito do valor temporal do dinheiro e dos riscos financeiros, uma vez que o período entre o recebimento do prêmio e a prestação do serviço não é superior a um ano.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

À luz do normativo a VICTORIA-Seguros, S.A. teria de mensurar os passivos para sinistros ocorridos do grupo de contratos de seguro como os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com sinistros ocorridos, em linha com a metodologia que é aplicada para o modelo geral de mensuração. No entanto, a norma prevê uma exceção em que não é necessário ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro se o período entre a data de ocorrência dos sinistros e a liquidação dos mesmos for igual ou inferior a um ano. Como na VICTORIA-Seguros, S.A. a diferença entre a data de ocorrência dos sinistros e a liquidação dos mesmos nem sempre é inferior a um ano, a VICTORIA-Seguros, S.A. considera o efeito do valor temporal do dinheiro para mensurar os passivos para sinistros ocorridos.

Para os contratos de resseguro cedido a aplicação desta abordagem é efetuada em linha com o procedimento acima descrito. Os fluxos de caixa futuros não são ajustados pelo efeito do valor temporal do dinheiro e dos riscos financeiros, e os fluxos de caixa relativos a serviços passados são apurados através de uma percentagem dos fluxos de caixa relativos a serviços passados do seguro direto.

Adicionalmente, a VICTORIA-Seguros, S.A. apura o ajustamento relativo ao risco de incumprimento da contraparte com base nas probabilidades de *default* definidas pela EIOPA,

à semelhança do que já é aplicado atualmente em Solvência II.

As curvas de desconto utilizadas pela VICTORIA-Seguros, S.A. são idênticas às utilizadas no seguro direto.

Contratos onerosos

Se, ao longo ao período de cobertura, surgirem factos ou circunstâncias que indiquem que um grupo de contratos de seguro é oneroso, a VICTORIA-Seguros, S.A. apura a diferença entre:

- a quantia escriturada do passivo de cobertura remanescente; e
- os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à cobertura remanescente do grupo. No entanto, se não proceder ao ajustamento do passivo para sinistros ocorridos, para o valor temporal do dinheiro e para os efeitos do risco financeiro, a VICTORIA-Seguros, S.A. não deve incluir esses ajustamentos nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos.

Rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE)

Os rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE) compreendem a variação do valor contabilístico de grupos de contratos de seguros decorrentes do:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- efeito do valor temporal do dinheiro e das suas respectivas variações; e
- efeito do risco financeiro e respectivas variações.

O normativo define que, neste âmbito, uma entidade faça uma opção da política contabilística quanto à necessidade de desagregar os rendimentos ou gastos financeiros do período entre os resultados e outro rendimento integral. A política contabilística selecionada pela entidade deve ser aplicada a portfólios de contratos de seguro. De acordo com a IAS 8.13, a escolha da política contabilística deve ser aplicada de forma consistente a portfólios similares de contratos de seguro.

A VICTORIA-Seguros, S.A. optou pela opção de desagregar o impacto do valor temporal do dinheiro e do risco financeiro entre resultados e outro rendimento integral.

Transição e respetivos impactos

A norma IFRS 17 'Contratos de seguro' substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro.

As seguintes tabelas têm o intuito de demonstrar o impacto que a abordagem aplicada à transição tem sobre a margem de serviços contratuais e os proveitos de contratos de seguros no período subsequente, conforme previsto no parágrafo 114 do normativo.

O impacto nos contratos de seguro, na margem de serviços contratuais pode ser analisada como segue:

	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
Seguro direto			
CSM a 01 de dezembro de 2024	1.158.634	377.315	1.535.949
Alterações que digam respeito a serviços atuais			
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	(791.737)	(317.873)	(1.109.610)
Alterações que digam respeito a serviços futuros			
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	(730.439)	(109.611)	(840.050)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	283.627		283.627
Ajustamentos de experiência	1.204.920	296.388	1.501.308
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	43.673	2.710	46.383
Total reconhecido em rendimento integral	10.044	(128.386)	(118.342)
CSM a 31 de dezembro de 2024	1.168.678	248.929	1.417.607

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
Seguro direto			
CSM a 31 de dezembro de 2022	877.430	513.379	1.390.809
Alterações que digam respeito a serviços atuais			
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	(458.076)	(398.673)	(856.749)
Alterações que digam respeito a serviços futuros			
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	(524.858)	(156.893)	(681.751)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	498.408		498.408
Ajustamentos de experiência	715.505	416.452	1.131.957
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	50.225	3.050	53.275
Total reconhecido em rendimento integral	281.204	(136.064)	145.140
CSM a 31 de dezembro de 2023	1.158.634	377.315	1.535.949

O impacto em proveitos de contratos de seguro pode ser analisada como segue:

2024	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
Réditos de contratos de seguro	111 063 749	583 259	111 647 008
Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	108 996 286		108 996 286
Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	2 067 463	583 259	2 650 722
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis	450 901	160 993	611 894
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	353 199	57 496	410 695
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	791 737	317 873	1 109 610
Alocação dos gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro	471 626	46 897	518 523

2023	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
Réditos de contratos de seguro	101 245 121	770 855	102 015 976
Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	100 007 353		100 007 353
Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	1 237 768	770 855	2 008 623
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis	270 534	236 252	506 786
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	280 811	68 893	349 704
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	458 076	398 673	856 749
Alocação dos gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro	228 347	67 037	295 384

O impacto nos contratos de resseguro, na margem de serviços contratuais pode ser analisada como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
Resseguro cedido			
CSM a 01 de janeiro de 2024	(367.805)	(3.791.278)	(4.159.083)
Alterações que digam respeito a serviços atuais			
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços e efetuados	2.527.360	2.553.353	5.080.713
Alterações que digam respeito a serviços futuros			
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	220.089	(3.703)	216.386
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(9.064.390)		(9.064.390)
Ajustamentos de experiência	560.031	485.536	1.045.567
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	(322.511)	(10.140)	(332.651)
Total reconhecido em rendimento integral	(6.079.421)	3.025.046	(3.054.375)
CSM a 31 de dezembro de 2024	(6.447.226)	(766.232)	(7.213.458)

	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
Resseguro cedido			
CSM a 31 de dezembro de 2022	-	(5.757.856)	(5.757.856)
Alterações que digam respeito a serviços atuais			
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços e efetuados	81.379	3.046.354	3.127.733
Alterações que digam respeito a serviços futuros			
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	(28.066)	143.051	114.985
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(398.078)		(398.078)
Ajustamentos de experiência	(9.263)	(1.215.464)	(1.224.727)
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	(13.777)	(7.363)	(21.140)
Total reconhecido em rendimento integral	(367.805)	1.966.578	1.598.773
CSM a 31 de dezembro de 2023	(367.805)	(3.791.278)	(4.159.083)

O impacto nos contratos de resseguro pode ser analisada como segue:

2024	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
Gastos de contratos de resseguro	(58.698.573)	(9.734.645)	(68.433.218)
Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	(52.818.736)		(52.818.736)
Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	(5.879.837)	(9.734.645)	(15.614.482)
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis	(3.124.754)	(7.047.542)	(10.172.296)
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	(227.723)	(133.750)	(361.473)
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	(2.527.360)	(2.553.353)	(5.080.713)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

2023	Novos contratos e contratos mensurados sob a abordagem retrospectiva total na transição	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição	Total
Gastos de contratos de resseguro	(47 014 944)	(9 443 766)	(56 458 710)
Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	(46 931 294)		(46 931 294)
Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	(83 650)	(9 443 766)	(9 527 416)
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis	(2 245)	(6 459 822)	(6 462 067)
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	(26)	62 410	62 384
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	(81 379)	(3 046 354)	(3 127 733)

Terrenos e edifícios

Relativamente aos investimentos em terrenos e edifícios, a Companhia considera terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da Companhia em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação, se positivas, e em Resultados, se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Os imóveis encontram-se a ser valorizados pelo modelo de revalorização, sendo objeto de avaliação externa independente.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

operacional e financeira da entidade. controle é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, embora não detenha o seu controle. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Reconhecimento inicial

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos seus termos contratuais e do modelo de negócio para a gestão dos instrumentos tal como descrito abaixo. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos na data da transação e mensurados pelo seu justo valor. Com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor, os custos de transação são adicionados a este valor.

Categorias de mensuração

A Companhia classifica todos os seus ativos financeiros com base no modelo de negócio para a gestão dos ativos e nos termos contratuais do ativo.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia determina o seu modelo de negócio ao nível que melhor reflete a forma como gere os grupos de ativos financeiros para atingir o seu objetivo de negócio.

A Companhia detém ativos financeiros para gerar retornos e fornecer uma base de capital para a regularização de sinistros à medida que estes surgem. A Companhia considera o momento, o montante e a volatilidade dos requisitos de fluxos de caixa para suportar as carteiras de responsabilidades de seguros na determinação do modelo de negócio para os ativos, bem como o potencial para maximizar o retorno para os acionistas e o desenvolvimento futuro do negócio.

O modelo de negócio da Companhia não é avaliado instrumento a instrumento, mas a um nível agregado. A frequência, o valor e o momento previstos para a venda de ativos são também aspetos importantes da avaliação.

Os modelos de negócio previstos são:

- HTC (Hold to Collect) - Deter os ativos até à maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais (capital e juros).
- HTC&S (Hold to Collect & Sale) - Modelo de gestão híbrido de deter os ativos até à maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais (capital e juros) e vender sempre que exista oportunidades de mercado ou necessidade para fazer face a responsabilidades no âmbito de compromissos assumidos com clientes.
- Outros Modelos de Negócio - Opção de Justo Valor (títulos pertencentes a carteiras unit-linked ou de trading).

Teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest)

Como segundo passo do processo de classificação, a Companhia avalia os termos contratuais dos ativos para identificar se estes cumprem o teste SPPI.

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de dívida são tipicamente a consideração do valor temporal do dinheiro e o risco de crédito. Para fazer a avaliação do SPPI, a Companhia aplica o seu julgamento e

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

considera fatores relevantes, tais como a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período para o qual a taxa de juro é definida.

As categorias são as seguintes:

- Custo amortizado
- Justo valor através de reservas (FVOCI)
- Justo valor através de resultados (FVPL).

I. Instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado

Os instrumentos de dívida são detidos ao custo amortizado se ambas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Os instrumentos são detidos no âmbito de um modelo de negócio com o objetivo de deter o instrumento para receber os fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do instrumento de dívida dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida, ou seja, cumprem o estabelecido no denominado Teste SPPI.

Esta categoria corresponde aos ativos anteriormente classificados como HTM – Deter até à maturidade (IAS 39) e que agora são classificados como Custo Amortizado (CA), assumindo explicitamente um modelo de negócio segregado dos demais ativos e o objetivo de manutenção dos mesmos até à

maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais.

II. Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas

A Companhia aplica a nova categoria ao abrigo da IFRS 9 para instrumentos de dívida mensurados ao FVOCI quando ambas as condições seguintes são cumpridas:

- O instrumento é detido no âmbito de um modelo de negócio, cujo objetivo é tanto a recolha de fluxos de caixa contratuais como a venda de ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro cumprem o teste SPPI.

Estes instrumentos incluem maioritariamente instrumentos de dívida que tinham sido anteriormente classificados como disponíveis para venda ao abrigo da IAS 39. Os instrumentos de dívida nesta categoria são aqueles que se destinam a ser detidos para receber fluxos de caixa contratuais e que podem ser vendidos em resposta a necessidades de liquidez ou em resposta a alterações nas condições de mercado.

III. Ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados

Os ativos financeiros desta categoria são os que são geridos segundo um modelo de negócio de justo valor, ou que foram designados pela gestão no momento do reconhecimento inicial, ou que são obrigados a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

ser mensurados ao justo valor nos termos da IFRS 9. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida cujas características de fluxos de caixa não cumprem o critério SPPI ou não são detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em receber fluxos de caixa contratuais, ou em receber fluxos de caixa contratuais e vender.

Mensuração subsequente

I. Instrumentos de dívida ao custo amortizado

Após a mensuração inicial, os instrumentos de dívida são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva (TJE), menos a provisão para imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e as comissões ou custos que são parte integrante da TJE. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas na demonstração de resultados quando os investimentos estão em imparidade.

II. Instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas

Os instrumentos de dívida registados ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) são subsequentemente mensurados ao justo valor com os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor reconhecidos em OCI. Os rendimentos de juros e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos nos resultados da mesma forma

que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, tal como adiante. O cálculo da ECL para instrumentos de dívida ao FVOCI é também explicado mais adiante. Quando a Empresa detém mais do que um investimento no mesmo título, considera-se que estes são alienados numa base de “FIFO”. Aquando do desreconhecimento, os ganhos ou perdas acumuladas anteriormente reconhecidos no OCI são reclassificados de OCI para ganhos e perdas.

III. Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados na demonstração da posição financeira pelo justo valor. As variações do justo valor são registadas nos resultados. Os juros vencidos relativos a ativos obrigatoriamente mensurados ao justo valor através de resultados são registados à taxa de juro contratual. Os rendimentos de dividendos de instrumentos de capital próprio mensurados ao FVPL são registados nos resultados como outros juros e proveitos similares quando o direito ao pagamento tiver sido estabelecido.

Reclassificação dos ativos e passivos financeiros

A Companhia não procede à reclassificação dos seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, salvo em circunstâncias excecionais em que a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Companhia adquire, aliena ou encerra um ramo de atividade.

Desreconhecimento

Desreconhecimento que não seja por modificação substancial

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou
- A Companhia transferiu o seu direito de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na totalidade e sem atrasos materiais a um terceiro segundo um acordo de “passagem”; e ou:
 - a) Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
 - b) (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

A Companhia considera que o controle é transferido se, e apenas se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem impor restrições adicionais à transferência.

Quando a Empresa não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios e reteve o controle do ativo, o ativo continua a ser reconhecido apenas na medida do envolvimento continuado da Empresa, caso em que a Empresa reconhece também um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve.

Desreconhecimento devido a modificação substancial dos termos e condições

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os termos e condições foram renegociados ao ponto de, substancialmente, se tornar um novo instrumento, sendo a diferença reconhecida como um ganho ou perda de desreconhecimento. No caso de instrumentos de dívida ao custo amortizado, os empréstimos recém-reconhecidos são classificados como Stage 1 para efeitos de mensuração de perdas de crédito esperadas.

Ao avaliar se deve ou não desreconhecer um instrumento, a Companhia considera, entre outros, os seguintes fatores:

- Alteração da moeda do instrumento de dívida;
- Introdução de uma característica de capital próprio;
- Alteração da contraparte;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- Se a modificação for tal que o instrumento deixe de cumprir o critério SPPI.

Se a modificação não resultar em fluxos de caixa que sejam substancialmente diferentes, a modificação não resulta no desreconhecimento. Com base na alteração dos fluxos de caixa descontados à TIR original, a Companhia registra um ganho ou perda de modificação.

Imparidade de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos nos termos do contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados à taxa de juro efetiva adequada.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas fases. Relativamente às posições em risco de crédito para as quais não se registou um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são fornecidas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento que são possíveis nos próximos 12 meses (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

Para as posições em risco de crédito relativamente às quais se registou um aumento

significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é exigida uma provisão para perdas relativamente às perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da posição em risco, independentemente do momento do incumprimento (uma ECL até ao vencimento).

A Companhia considera que um ativo financeiro está em situação de incumprimento (com imparidade de crédito) quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Empresa pode também considerar que um ativo financeiro está em situação de incumprimento quando informações internas ou externas indicam que é pouco provável que a Empresa receba os montantes contratuais em dívida. Um ativo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Cálculo das perdas de crédito esperadas (ECL)

A IFRS 9 altera o critério de determinação de imparidade, introduzindo o conceito de perda esperada que substitui a perda incorrida. As perdas por imparidade deverão ser reconhecidas para todos os ativos ao custo amortizado e para instrumentos de dívida ao justo valor através de OCI e não apenas quando as perdas de crédito são incorridas.

O cálculo de imparidade não é aplicável para instrumentos de capital, ou instrumentos de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

dívida mensurados ao justo valor por resultados.

Neste enquadramento de imparidade deixa de ser necessário ocorrer um evento de perda para que sejam reconhecidas perdas por imparidade. Deverão ser reconhecidas perdas esperadas de crédito desde a data da aquisição dos ativos financeiros e atualizá-las em cada data de reporte de forma a refletir adequadamente as alterações no risco de crédito dos instrumentos financeiros.

O reconhecimento de imparidade deverá basear-se em informações históricas e atuais, bem como estimativas futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Em particular, o reconhecimento das perdas esperadas de crédito é dependente de qual das três Stages um instrumento financeiro específico se encontra.

Os diferentes estados de imparidade:

- Stage1 – Performing - Ativos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito. Para estes ativos a imparidade corresponde à perda esperada a 12 meses, ou seja, o valor de perdas esperadas até ao final do contrato que resultam de eventos de default que venham a ocorrer nos

próximos 12 meses após a data do reporte (visão forward looking).

- Stage 2 – Underperforming - Ativos financeiros para os quais se observa um aumento significativo de risco face ao momento de aquisição. Neste caso, a perda esperada é apurada até à data de vencimento do ativo (lifetime expected loss).
- Stage 3 – Not Performing - Os ativos financeiros com evidência objetiva de imparidade. Para estes ativos existe a evidência objetiva de incumprimento/default, devendo a entidade registar a perda total estimada.

A classificação de um ativo diretamente no Stage2, ou a passagem de Stage1 para Stage2 deverá ser efetuada tendo por base critérios que demonstrem a detioração do nível de risco. Mais à frente no documento são concretizados os critérios definidos internamente pela companhia.

Determinação da perda estimada (ECL – Expected Credit Loss)

$$ECL = \sum_{t=1}^T PD_t \times LGD_t \times EAD_t \times D_t$$

- PD = Probabilidade de Default
- LGD (Loss Given Default) = Perda esperada em caso de default
- EAD = Exposição ao ativo
- D = Taxa de Desconto

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

A norma estabelece algumas recomendações, das quais se destaca, a necessidade da probabilidade de default ter em conta as perspetivas económicas, numa visão forward looking. Adicionalmente, a ECL deverá ter em conta a exposição inicial, assim como os juros numa base descontada.

Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral

A ECL relativas a instrumentos de dívida mensurados pelo FVOCI não reduzem a quantia escriturada destes ativos financeiros na demonstração da posição financeira, que permanece pelo justo valor. Em vez disso, é reconhecida no OCI como um débito correspondente no resultado. O ganho acumulado reconhecido no OCI é reciclado para os lucros ou prejuízos aquando do desreconhecimento dos ativos.

Informação prospetiva

No seu modelo ECL, a Companhia baseia-se numa vasta gama de informações prospetivas de dados económicos.

Ajustamento de recibos por cobrar

As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. A IFRS 17, vem de um modo geral introduzir semelhante conceito, uma vez que

se baseia em cash-flows e neste sentido, as responsabilidades assumidas têm em consideração os prémios recebidos.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se ainda necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos.

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridos.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas 12,5% a 25%
- Equipamento informático 25% e 33%
- Instalações interiores 10% a 16,66%

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de

crédito, exceto os valores que não estejam associados a uma natureza de investimento.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registradas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por

um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

De acordo com a legislação em vigor, o Plano Individual de Reforma constituído tem garantia de capital.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na

proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros ao justo valor por reservas e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de

conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

Locações

A Companhia classifica como ativos sob direito de uso, os contratos de locação sobre o qual é transmitido o direito de usar e controlar um ativo, por um período superior a um ano.

Estes contratos de locação são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que corresponde ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

As componentes de locação variável, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

As amortizações do ativo são registadas em gastos do exercício, de forma linear e constante ao longo do período do contrato.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

As locações que não cumpram com o critério definido para Ativo sob direito de uso, são

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

registradas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de cinco ou pelo prazo de recuperação dos prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por

contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Passivos de contratos de seguro

A introdução da IFRS 17 obriga a julgamentos quer na fase de transição, com a necessidade de avaliar/classificar todos os produtos em carteira, quer no decurso normal da atividade, nomeadamente com o lançamento de novos produtos.

Da análise efetuada, verificou-se que os produtos comercializados cumprem com o preconizado no normativo e como tal, os produtos no âmbito da IFRS 4 ficam no âmbito da IFRS 17. O reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro é efetuado tendo em consideração os contratos de seguro com riscos similares e que são geridos de forma conjunta, garantindo dessa forma uma visão verdadeira do desempenho da empresa.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Os passivos por contratos de seguros incluem passivos por serviços futuros, que representam estimativas de cash-flows relativamente aos contratos em carteira, e passivos por serviços passados, relacionados com os sinistros reportados e/ou estimados, determinados de acordo com princípios atuariais.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido nos resultados. A Companhia estabelece provisões para

pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Os passivos de contratos de seguro não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV - GESTÃO DE RISCOS

Em 2024, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comitês específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, integrou no ano em análise a Direção Financeira e de Gestão de Riscos, tendo como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão

e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comitês que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comitês participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- Manutenção do reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em

termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;

- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

1. RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.

A Companhia realiza um conjunto de ações de forma a mitigar este risco, tal como a manutenção de um planeamento estratégico a médio prazo, com a construção de um orçamento a cinco anos. A curto prazo, a Companhia define o plano anual de ações estratégicas a desenvolver e implementar. A estratégia é definida tendo em conta a realidade da Companhia, nomeadamente a sua capacidade de aceitar os riscos delineados, bem como o contexto do mercado segurador e financeiro envolvente.

O acompanhamento da evolução das ações definidas e do orçamento anual é realizado com uma periodicidade mensal, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e, em caso de necessidade, implementar medidas de mitigação.

Dada a importância que a estratégia delineada assume na organização, esta é apresentada na reunião anual, por forma a garantir que a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

mesma é do conhecimento e é seguida por todos os colaboradores.

2. RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional corresponde ao risco de perdas originadas por eventos adversos, que possam afetar negativamente a imagem da Companhia perante os seus Stakeholders (clientes, fornecedores e restantes partes interessadas). As perdas resultantes deste risco podem refletir-se através da diminuição da receita, do aumento de custos operacionais, da perda de capital e/ou da destruição do valor do acionista.

Dado este risco assumir particular relevância na atividade seguradora - sector em que a “confiança” é um dos valores chave – a Companhia tem monitorizado periodicamente a sua evolução através da análise dos indicadores de mercado, bem como através da análise do relatório trimestral da evolução das

reclamações (por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta).

De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores, nomeadamente os indicadores de mercado, bem como o relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta.

3. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

A análise sobre os diversos cenários pode ser observada nos quadros seguinte:

I - Contratos de seguro

	Impacto em Capital	Impacto em Resultados	Margem de Serviços Contratuais
Cenário Base	4 760 937	5 026 658	(5 795 851)
Taxa de Sinistralidade +5%	(794 430)	(788 443)	-
Taxa de juro +1%	2 543 595	16 580	-
Taxa de juro -1%	(2 804 993)	(16 580)	-
Longevidade+5%	(241 252)	(304 961)	-
Sinistros +5% e despesas +10%	(187 378)	(188 144)	352 378
Inflação +10%*	(311 886)	(19 950)	-
Inflação -10%*	564 841	25 433	-

* As análises de sensibilidade à variável de risco inflação foram efetuadas para a responsabilidade relativa a serviços passados dos produtos que não Acidentes de Trabalho.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

II - Ativos financeiros

Impacto de subida de 100 p.b. nas taxas de juro			
Titulos	Valor de balanço	Impacto na Reserva de Reavaliação	Impacto no Resultado de Investimentos
Titulos de Rendimento Fixo	94 305 839	- 3 096 135	-
De Dívida Pública	24 346 797	- 1 088 515	-
De Outros Emissores Públicos	7 187 852	- 146 749	-
De Outros Emissores	62 771 190	- 1 860 871	-
Titulos de Rendimento Variável	17 951 127	-	- 89 708
Partes de Capital em Associadas	11 993 304	-	-
Ações cotadas	-	-	-
Unidades de Participação em fundos de investimento	5 957 823	-	- 89 708
Total	112 256 966	- 3 096 135	- 89 708

Impacto de descida de 100 p.b. nas taxas de juro			
Titulos	Valor de balanço	Impacto na Reserva de Reavaliação	Impacto no Resultado de Investimentos
Titulos de Rendimento Fixo	94 305 839	2 225 992	-
De Dívida Pública	24 346 797	214 652	-
De Outros Emissores Públicos	7 187 852	147 950	-
De Outros Emissores	62 771 190	1 863 390	-
Titulos de Rendimento Variável	17 951 127	-	- 89 708
Partes de Capital em Associadas	11 993 304	-	-
Ações cotadas	-	-	-
Unidades de Participação em fundos de investimento	5 957 823	-	- 89 708
Total	112 256 966	2 225 992	- 89 708

3.1 Políticas de Subscrição

Relativamente às políticas de subscrição, formalizadas na Política de Subscrição e Provisionamento publicada, mantêm-se os critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

3.2 Tarificação

A VICTORIA tem como objetivo a prática de tarifas sustentáveis, ou seja, garantir a adequação dos prémios praticados relativamente aos riscos assumidos.

O desenvolvimento de novas tarifas é efetuado pelo departamento técnico, com o suporte da área atuarial.

Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

3.3 Provisionamento

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um nível de adequação considerado prudente. Com uma periodicidade trimestral mantiveram-se as revisões aos processos em aberto, de forma a se detetarem possíveis desvios do valor expectável face ao provisionado. Após esta análise, sempre que necessário procede-se ao respetivo ajustamento do valor provisionado.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

3.4 Resseguro

A VICTORIA manteve uma política de resseguro clara e rigorosa, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao perfil da carteira.

Estes tratados têm como principal objetivo mitigar o risco do impacto de grandes sinistros/eventos catastróficos, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como

proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Por outro lado, efetua também uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras realizando uma análise da respetiva capacidade financeira.

O quadro seguinte apresenta um resumo dos tratados de 2024, baseados em tratados proporcionais e não proporcionais:

Ramo	Tipo de Resseguro
Incêndio e outros danos	Proporcional
Incêndio e outros danos (Proteção retenção - catástrofe)	Não Proporcional
Automóvel	Não Proporcional
Marítimo, aéreo e transportes	Proporcional
	Não Proporcional
Acidentes Pessoais	Proporcional
	Não Proporcional
Acidentes de Trabalho	Não Proporcional
Responsabilidade Civil	Proporcional
	Não Proporcional
Engenharia	Proporcional
	Não Proporcional
Construção (decenal)	Proporcional
	Não Proporcional
Saúde	Proporcional
	Não Proporcional
Diversos (perda de rendas)	Proporcional

O quadro seguinte apresenta a cedência por linha de negócio:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ramos	Prémios 2024			Prémios 2023		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Tx cedência	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Tx cedência
Saúde	54 938	37 021	67%	46 112	32 219	70%
Incêndio e outros danos	20 603	14 584	71%	20 014	13 913	70%
Automóvel	14 351	1 713	12%	13 623	1 655	12%
Acid Trabalho	7 727	400	5%	8 070	352	4%
Acid Pessoais	3 074	2 182	71%	2 652	1 885	71%
Marítimo e transportes	9 685	6 930	72%	9 837	7 089	72%
Responsabilidade Civil	3 961	2 804	71%	3 693	2 623	71%
Outros	50	22	45%	50	26	52%
Total	114 389	65 656	57%	104 050	59 762	57%

(valores em milhares de euros)

3.5 Risco de prémios

O risco de prémios está associado ao facto da Companhia não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos. Atualmente, e numa base de IFRS 17, esta insuficiência pode ser analisada através da existência de uma componente de perda. Para a necessária avaliação dos fatores que conduzem à existência deste indicador, temos

de ter em consideração o valor presente da projeção de prémios e sinistros futuros (incluindo despesas), ao qual se adiciona o ajustamento de risco, uma vez que uma das componentes deste cálculo (valor dos fluxos de caixa futuros) considera os prémios esperados. O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado, operacional e de despesas, por linha de negócio:

Ramos	2024	2023
Saúde	(164 831)	359 268
Incêndio e outros danos	26 898	88 430
Automóvel	(242 163)	250 653
Acid Trabalho	-	0
Acid Pessoais	-	-27 806
Marítimo e transportes	25 761	41 957
Responsabilidade Civil	-	0
Outros	-	0
Total	(354 335)	712 502

(valores em milhares de euros)

3.6 Risco de provisões

O cálculo das provisões de Não Vida segue princípios prudentes de forma a garantir a suficiência de provisões para cumprir as

responsabilidades assumidas. Periodicamente e numa base trimestral, procede-se a revisões aos processos em aberto, de forma a se detetarem possíveis desvios do valor

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

4. RISCO DE MERCADO

A gestão de investimentos da VICTORIA é efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Vie, pertencente também ao grupo SGAM. No ano corrente manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e

alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos, a 31 de dezembro 2024 e comparativamente com o período homólogo, por tipo de ativos (valores de balanço):

Titulos	2024	2023	Var %
Nacionais	15 405 228	3 372 747	356,8%
Titulos de Rendimento Fixo	3 411 924	3 372 517	1,2%
De Dívida Pública	3 411 924	3 372 517	1,2%
Titulos de Rendimento Variável	11 993 304	230	5214380,0%
Partes de Capital em Associadas	11 993 304	230	5214380,0%
Estrangeiros	97 692 981	90 905 151	7,5%
Titulos de Rendimento Fixo	91 735 158	85 276 505	7,6%
De Dívida Pública	21 014 328	19 672 932	6,8%
De Outros Emissores Públicos	7 199 059	3 330 907	116,1%
De Outros Emissores	63 521 771	62 272 667	2,0%
Titulos de Rendimento Variável	5 957 823	5 628 645	5,8%
Unidades de Participação em fundos de investimento	5 957 823	5 628 645	5,8%
Total	113 098 209	94 277 897	20,0%

O Risco de Mercado é composto pelos riscos apresentados nos seguintes pontos.

4.1.1 Risco de variação de preços no mercado de capitais, Risco de taxa de juro e Risco imobiliário

Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de

curto e médio prazo, o risco de mismatching assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA assume uma posição de muito rigor procurando que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, mitigando desta forma, os riscos decorrentes de eventuais oscilações de mercado. Em dezembro de 2024, a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 151,0% (2023: 135,4%).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
AT	32 634,2	26 355,0	123,8%
NL	71 463,0	53 908,8	132,6%
Total Seguros Afectos	104 097,2	80 263,8	129,7%
Livres	17 118,2	n.a.	0,0%
TOTAL SEGUROS	121 215,4	80 263,8	151,0%

(Un: Milhares de euros)

Obs.: entenda-se AT e NL como acidentes de trabalho e restantes ramos não vida, respetivamente.

4.1.2 Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

A gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de ativos com elevado grau de liquidez.

A projeção dos cash-flows da carteira de investimentos indica que aproximadamente 17,7 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2025.

Durante o ano, a exposição a ativos conservadores e de elevada liquidez manteve-se um foco importante. Neste contexto, a exposição a Dívida Pública manteve-se como

um ativo importante: no final do exercício a exposição era de 24,4 milhões de euros (2023: 23,0) que correspondem a 21,6% da carteira de ativos (2023: 24,4%). Cerca de 86% destes títulos correspondem a Dívida emitida por França e como tal com um nível de risco reduzido, sendo o restante uma posição de 3,4 milhões de euros em Obrigações do Tesouro nacionais. Face ao ano anterior a exposição a unidades de participação de fundos de investimento desceu para 6,0 milhões de euros (2023: 5,6), representando 5,3% da carteira de investimentos (2023: 6,0%). A exposição a unidades de participação é composta essencialmente por fundos de mercado monetário.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Maturidades	2024	%	2023	%
< 1 ano	21 071 274	17,8%	26 519 823	25,9%
1 a 2 anos	26 076 094	22,1%	10 908 602	10,6%
3 a 5 anos	28 333 429	24,0%	38 910 879	38,0%
6 a 10 anos	15 960 383	13,5%	11 491 978	11,2%
> 10 anos	8 777 832	7,4%	9 023 785	8,8%
sem maturidade	17 951 127	15,2%	5 628 645	5,5%
Total Geral	118 170 138	100,0%	102 483 713	100,0%

4.2 Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

4.2.1 Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às

suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

Rating Médio	2024	%	2023	%
AAA	-	0,0%	-	0,0%
AA	38 543 653	32,6%	32 597 428	31,8%
A	38 866 892	32,9%	34 216 542	33,4%
BBB	14 276 940	12,1%	17 721 679	17,3%
BB	183 208	0,2%	1 333 235	1,3%
B	935 441	0,8%	-	0,0%
NR	25 364 003	21,5%	16 614 830	16,2%
Total	118 170 138	100,0%	102 483 713	100,0%

Em 2024 o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador o que se reflete numa elevada qualidade de crédito: cerca de 77,6%

da carteira possui qualidade de *investment grade* (2023: 82,5%). A exposição à Dívida Pública dos países europeus periféricos era no

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

final do exercício de 3,0% da carteira global (2023: 3,6%) e corresponde a obrigações emitidas pelo Estado Português.

O valor relativo a Imparidade de Crédito, ou seja, a perda esperada para o investimento em ativos financeiros é a 31 de dezembro de 63 mil euros, ou seja 0,06% da carteira de ativos, o que representa uma melhoria ligeira face a 2023: 75 mil euros e 0,08% da carteira de ativos.

4.2.2 Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento contínuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. De assinalar que em 2024, o número de mediadores com poderes de cobrança subiu ligeiramente e representa 38% do total de agentes (2023: 31%).



Rácio do nº de mediadores com poder de cobrança

Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de

resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% do valor planos em incumprimento;
- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 90% para o montante dos restantes saldos em dívida;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- Para os planos de pagamento em vigor a percentagem de provisionamento é determinada com base no risco de incumprimento e varia entre 45% e 90%.

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

4.2.3 Tomadores de Seguros

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente e calculados pela Direção Financeira:

(Un: Milhares de euros)

Indicadores de Cobrança			
	2024	2023	Var.
Total de Prémios Brutos Emitidos	114 389	104 050	10 339
Pendentes / PBES	4,5%	4,5%	-0,1%
Total de Prémios Pendentes com mais de 3 meses	1 733	1 755	-22
Pendentes + 3 meses / Total de Pendentes	33,9%	37,3%	-3,4%
Provisão para recibos por cobrar	1 567	1 573	-6
Provisão para recibos por cobrar / Total Pendentes	30,7%	33,4%	-2,8%

Comparando com o ano transato o total de prémios emitidos subiu 10 milhões de euros para 114 milhões de euros (2023: 104 milhões de euros), relativamente ao indicador de cobrança “Pendentes / PBEs” este manteve-se inalterado face ao ano passado, em 4,5%. A antiguidade dos prémios por cobrar evoluiu em conformidade com o descrito acima, tendo o total de prémios pendentes com antiguidade superior a 3 meses fechado o ano com um volume de 1.733 milhares de euros (2023: 1.755 milhares de euros).

O valor provisionado para prémios por cobrar, respeita a contratos temporários com prazo inferior a 1 ano cujo período de risco já se

encontra ultrapassado, é de 1.567 EUR (2023: 1.573 EUR).

4.2.4 Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado trimestralmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2024, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

O quadro seguinte indica os valores dos ativos de contratos de resseguro de acordo com os ratings:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Rating	2024	%	2023	%
AA	3 612 891	13,8%	4 208 356	16,7%
A	22 184 870	84,5%	20 547 348	81,6%
BB		0,0%		0,0%
NR	454 361	1,7%	435 848	1,7%
Total	26 252 122	100,0%	25 191 552	100,0%

Medidas para mitigação do Risco de mercado

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco, e como tal, agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

O indicador abaixo referido é monitorizado diariamente ao nível da Companhia.

- “Risk-based capital”: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

4.3 Risco de Concentração

O risco de concentração corresponde à exposição da Companhia a possíveis perdas

originadas por uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, nomeadamente categorias de ativos.

A Direção Financeira, em particular a área de Investimentos em conjunto com a entidade gestora do grupo analisa periódica e detalhadamente a estrutura a nível de carteira de ativos identificando e mitigando atempadamente este risco. Por outro lado, existe também um acompanhamento mensal da política de investimentos seguida vs. estrutura da carteira por parte do Comité de Investimentos e ALM.

Além deste acompanhamento, é também validado pela área de investimentos que as várias carteiras respeitam os limites legalmente estipulados pela ASF e no caso de desvios existe uma comunicação à entidade SMA Vie, a qual responde de imediato à resolução do mesmo.

5. MARGEM DE SOLVÊNCIA

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

No regime de Solvência II salienta-se a avaliação dos ativos e passivos de uma forma consistente e baseada em princípios económicos, o maior alinhamento das exigências regulamentares de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas de seguros e a promoção de uma cultura de gestão baseada nos riscos.

O regime de Solvência II tem uma estrutura de três pilares, em que cada um governa um aspeto diferente. A saber:

Pilar I

Compreende os requisitos quantitativos, nomeadamente no que se refere às provisões técnicas, aos investimentos e ao apuramento de dois níveis de requisitos de capital – o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta os riscos aos quais a empresa de seguros se encontra exposta, designadamente os riscos de mercado, os riscos de contraparte, os riscos específicos e os riscos operacionais.

O MCR corresponde ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob

pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora.

Pilar II

O O segundo Pilar compreende os requisitos qualitativos, com enfoque na implementação de um sistema de governação robusto, o qual deve incluir mecanismos de gestão dos riscos, de controlo interno, as funções-chave (gestão de riscos, compliance, atuarial e auditoria interna) e o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA).

No exercício ORSA, realizado com uma periodicidade mínima anual, a Companhia efetua uma análise prospetiva da suficiência do capital, tendo em conta o seu perfil de risco, o qual é apurado com base nos objetivos de negócio definidos a curto e médio prazo. Neste exercício são igualmente analisados os resultados obtidos em cenários de stress, o que permite avaliar a resiliência da Companhia face a cenários adversos.

Este Pilar é também composto pelas disposições relativas ao processo de supervisão baseado nos riscos.

Pilar III

O terceiro e último Pilar compreende a transparência e a disciplina de mercado, através dos requisitos de prestação pública de informação e de reporte às entidades de supervisão e ao público. De forma sumária, este Pilar visa assegurar que a informação a respeito da solvência e situação financeira das empresas de seguros é clara, objetiva e útil

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

para assegurar a tomada de decisões informadas por parte dos consumidores.

Neste âmbito, a Companhia reportou à ASF, de forma extraordinária, a informação de abertura de Solvência II referente a 1/1/2016. Desde então, a Companhia tem efetuado o reporte trimestral e anual dos modelos quantitativos, bem como o reporte dos relatórios narrativos, de entre os quais o :

Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira - relatório anual, disponibilizado no segundo trimestre e certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar o rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios

(Un: Milhares de euros)

	2024	2023
SCR	19 162 362	18 121 063
Rácio de Cobertura SCR	336,2%	312,7%
MCR	5 745 901	5 708 965
Rácio de Cobertura MCR	1121,1%	992,6%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	64 415 061	56 666 725
Fundos Próprios Elegíveis MCR	64 415 061	56 666 725

Os dados relativos a 2024 poderão ser alvo de alteração, dado que o processo de certificação

se encontra em curso à data da realização do presente relatório.

6. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2024 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trianual definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na base de dados;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos através das fichas de risco;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- Preparação da base de dados para efetuar o upload da informação na ferramenta eFront;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;

7. RISCO DE CONFORMIDADE

No âmbito da verificação da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada na Direção de Operações, visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação e regulamento em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2024 consubstanciaram-se nos seguintes procedimentos:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos Departamentos das informações e matérias específicas nos quais possam ter impacto e a toda a empresa, em matérias transversais, através de e-mail, sempre com o conhecimento da área de Gestão de Riscos;
- Divulgação das medidas restritivas, tendo em vista a sua publicação no Portal de Agentes, cumprindo assim as orientações da ASF;
- Acompanhamento das iniciativas legislativas e colaboração para a implementação na VICTORIA dos diplomas publicados;
- Representação da VICTORIA nas comissões e grupos de trabalho criados na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), prestando os seus contributos, nomeadamente, nas Consultas Públicas lançadas pela ASF;
- Acompanhamento dos diversos pedidos de informação e questionários endereçados pela ASF, dando o devido suporte às Áreas sempre que se mostrou necessário;
- Monitorização e Controlo periódico do “Reporte Externo”;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
- Controlo mensal das atividades da Autoridade de Supervisão ou outras entidades públicas, relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e quaisquer ações implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
- Participação no Comité de Risco Operacional, com periodicidade trimestral;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- Em virtude da indisponibilidade do software “E-front”, os registros de Incidentes foram sendo efetuados numa base de dados alternativa. Após a sua compilação, os Incidentes registados foram alvo de confirmação pela função-chave de verificação do cumprimento;
- Confirmação anual da informação constante do Registo Central do Beneficiário Efetivo da sociedade;
- Elaboração dos Relatórios de Avaliação Anual e de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em abril e outubro de 2024, respetivamente;
- Reporte mensal ao MENAC, dando cumprimento à Recomendação n.º 7/2024;
- Controlo diário dos Parceiros face à lista de pessoas/ entidades sancionadas, através de query;
- Reporte mensal à UIF/DCIAP das situações previstas na Portaria n.º 310/2018, de 4 de dezembro;
- Controlo trimestral das operações previstas no Regulamento do IMPIC n.º 603/2021, de 2 de julho;
- Monitorização trimestral às apólices de risco elevado e a diligências simplificadas, aos PEP e pagamentos/recebimentos para/do estrangeiro;
- Atualização periódica da Matriz de Avaliação de Risco de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, nomeadamente devido à alteração de jurisdições não cooperantes e outros fatores de risco quando se justificou;
- Ações de formação (e-learning e online) em matéria de Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- Envio de mailing de atualização de dados para os Clientes (Know Your Client);
- Articulação e reporte de informação para a organização de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo constituída no Grupo SMA.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	2024	2023
CAIXA E EQUIVALENTES	6.121	5.656
DEPÓSITOS À ORDEM	1.698.362	2.800.532
	1.704.483	2.806.188

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, quando existem, encontram-se

refletidos em Outros Credores por Outras Operações. A existência destes saldos deve-se na sua generalidade, ao desfasamento no reconhecimento de algumas operações.

NOTA 2 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo número de anos de vida útil

atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

Terrenos e Edifícios	Exerc. última avaliação	Valor Aquisição	Valor de Avaliação	Variação Justo Valor	Vida útil
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2024	357.333	181.000	(117.915)	75
Av. Bons Amigos, 67 A – Cacém	2024	268.008	245.000	14.136	70
Av. Brasil 6 – Oeiras	2024	166.737	312.700	159.808	70
Total		792.078	738.700	56.029	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Terrenos e Edifícios	Saldo Inicial		Aquisições / Transf ^a	Reavaliações	Alienações / Transf ^a	Amortizações	Saldo final Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações					
De Uso Próprio	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	140.250	-	-	(19.750)	-	-	120.500
Edifícios	420.750	-	-	(41.675)	-	5.875	373.200
Total	561.000	-	-	(61.425)	-	5.875	493.700
De Rendimento	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	63.700	-	-	(5.020)	-	-	58.680
Edifícios	191.100	-	-	(4.780)	-	-	186.320
Total	254.800	-	-	(9.800)	-	-	245.000
Total de Terrenos e Edifícios	815.800	-	-	(71.225)	-	5.875	738.700

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente

credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade..

NOTA 3 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

No início de dezembro de 2014, a VICTORIA – Seguros, S.A adquiriu uma quota representativa de 23% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos. Em outubro de 2024, através da operação de aumento de capital da sociedade SELICOMI Portugal, Lda para 20.328.244 Euros, a percentagem de participação no capital social passou de 23% para 59%, sendo a quota atualmente detida no montante de Euros 11.993.304 (2023: Euros 230).

Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades.

O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, Lisboa, adquirido pelo montante de Euros 14.904.239. De acordo com avaliação efetuada no fim do exercício, o valor do imóvel ascende a Euros 24.070.000 (2023: Euros 19.255.719). O edifício encontra-se em fase de reestruturação profunda com o objetivo de alterar significativamente o seu posicionamento no mercado, estando prevista a obtenção de Certificação Gold.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

A carteira de ativos mensurados ao justo valor por ganhos e perdas apresenta a seguinte composição:

	2024			2023		
	Custo aquisição	Valias não realizadas	Valor Balanço	Custo aquisição	Valias não realizadas	Valor Balanço
Instrumentos de capital e Unid Participação	5 856 747	101 076	5 957 823	5 381 320	247 325	5 628 645
Total	5 856 747	101 076	5 957 823	5 381 320	247 325	5 628 645

Em 31 de dezembro de 2024 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com cotações de mercado ou informações fornecidas por 'providers'.

De acordo com as normas IFRS 7 e IFRS 13, os ativos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor são direta ou indiretamente observáveis

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não são observáveis.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

A carteira de ativos mensurados ao justo valor por reservas apresenta a seguinte composição:

	2024			2023		
	Custo de Aquisição	Reserva de justo valor	SaldoFinal	Custo de Aquisição	Reserva de justo valor	SaldoFinal
Instrumentos de capital e Unid Participação	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida	92 484 609	(720 721)	91 763 888	87 139 943	(1 863 437)	85 276 505
Dívida Pública	21 194 575	(191 220)	21 003 355	19 700 641	(46 968)	19 653 673
De Outros Emissores Públicos	7 113 523	74 329	7 187 852	4 085 303	36 773	4 122 076
De Outros Emissores	63 375 020	(603 830)	62 771 190	62 660 091	(1 853 242)	60 806 849
Acréscimos de Juros	801 491	-	801 491	693 908	-	693 908
Total	92 484 609	(720 721)	91 763 888	87 139 943	(1 863 437)	85 276 505

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Sectores	2024					2023				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	6,5%	5.998.401	5.998.401	-	-	4,6%	3.903.790	3.903.790	-	-
Bens Consumo, Não Cíclicas	11,8%	10.837.981	10.837.981	-	-	19,6%	16.736.886	16.736.886	-	-
Industrial e Matérias Primas	4,2%	3.858.744	3.858.744	-	-	4,0%	3.425.000	3.425.000	-	-
Utilities	3,5%	3.189.567	3.189.567	-	-	2,8%	2.345.427	2.345.427	-	-
Energia	1,4%	1.293.095	1.293.095	-	-	2,4%	2.074.907	2.074.907	-	-
Comunicações e Tecnologia	7,0%	6.406.627	6.406.627	-	-	7,5%	6.385.834	6.385.834	-	-
Financeiro	32,4%	29.752.624	29.752.624	-	-	41,2%	35.147.198	26.941.119	-	8.206.079
Dívida Soberana	33,2%	30.426.849	30.426.849	-	-	27,5%	23.463.542	23.463.542	-	-
Total Geral	100%	91.763.888	91.763.888	-	-	100%	85.276.505	85.276.505	-	8.206.079

NOTA 6 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

	2024			2023		
	Custo amortizado	Imparidade	Valor de Balanço	Custo amortizado	Imparidade	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	3.383.194	257	3.382.937	3.372.517	264	3.372.253
Dívida Pública	3.343.442	257	3.343.185	3.332.873	264	3.332.609
De Outros Emissores Públicos	-	-	-	-	-	-
De Outros Emissores	-	-	-	-	-	-
Acréscimos de Juros	39.752	-	39.752	39.644	-	39.644
Empréstimos e contas a receber	5.077.260	5.074	5.072.186	8.206.080	8.643	8.197.437
Empréstimos concedidos	5.000.000	5.074	4.994.926	7.959.610	8.643	7.950.967
Acréscimos de Juros	77.260	-	77.260	246.470	-	246.470
Total	8.460.454	5.331	8.455.123	11.578.597	8.907	11.569.690

No decurso de 2024 não houve alterações nos ativos classificados nesta categoria. A variação positiva no justo valor deveu-se à evolução positiva registada pelas obrigações de Dívida Pública Nacionais que representam a totalidade deste investimento.

Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta categoria de investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-se verificado que a companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao final de 2025, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

O montante reconhecido em Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados à sociedade VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. no montante de Eur. 5.000.000. Este empréstimo tem a natureza de empréstimo subordinado, concedido com a finalidade de reforço dos fundos próprios elegíveis para efeitos de Solvência II.

Em 2023, o montante reconhecido em Empréstimos, no montante de Eur 2.959.610, respeitava a suprimentos efetuados à sociedade SELICOMI Portugal, Lda., que na sequência da operação referida na Nota 3, foi amortizado. Fez igualmente parte desta

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

operação o perdão de juros referentes à anuidade em curso.

NOTA 7 – AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

	2024			
	Seguros Acid Trabalho	Outros Seguros	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	16.255	1.688.228	-	1.704.483
Terrenos e Edifícios		738.700	-	738.700
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	11.993.304	11.993.304
Outros investimentos financeiros	32.617.644	68.439.383	5.119.807	106.176.834
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	5.072.186	5.072.186
Empréstimos concedidos - outros	-	-	5.072.186	5.072.186
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3.382.937	-	-	3.382.937
Títulos de Dívida	3.382.937	-	-	3.382.937
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	26.572.776	65.191.112	-	91.763.888
Títulos de Dívida	26.572.776	65.191.112	-	91.763.888
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	2.661.931	3.248.271	47.621	5.957.823
Instrumentos de Capital e Unid Participação	2.661.931	3.248.271	47.621	5.957.823
TOTAL	32.633.899	70.866.311	17.113.111	120.613.321

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	14.609	2.782.818	8.761	2.806.188
Terrenos e Edifícios		815.800		815.800
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	230	-	-	230
Outros investimentos financeiros	33.972.715	63.385.886	5.124.882	102.483.483
Empréstimos concedidos e contas a receber	3.128.819	-	5.077.261	8.206.080
Empréstimos concedidos - outros	3.128.819	-	5.077.261	8.206.080
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3.372.253	-	-	3.372.253
Títulos de Dívida	3.372.253	-	-	3.372.253
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	24.415.168	60.861.337	-	85.276.505
Títulos de Dívida	24.415.168	60.861.337	-	85.276.505
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	3.056.475	2.524.549	47.621	5.628.645
Instrumentos de Capital e Unid Participação	3.056.475	2.524.549	47.621	5.628.645
TOTAL	33.987.554	66.984.504	5.133.643	106.105.701

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

NOTA 8 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Os outros ativos tangíveis são analisados como segue:

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	(valor líquido)
EQUIPAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	531.738	(499.923)	134	-	-	(492)	(8.747)	492	23.202
Máquinas e ferramentas	44.376	(40.372)	-	-	-	-	(1.058)	-	2.946
Equipamento informático	1.457.064	(1.214.204)	469.661	-	(162.744)	(48.959)	(169.933)	208.319	539.204
Instalações interiores	139.707	(139.707)	-	-	-	(633)	-	633	-
Outro Equipamento	1.346.356	(1.346.356)	-	-	-	-	-	-	-
Sub-Total	3.519.241	(3.240.562)	469.795	-	(162.744)	(50.084)	(179.738)	209.444	565.352
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	8.366	-	-	-	-	-	-	-	8.366
TOTAL	3.527.607	(3.240.562)	469.795	-	(162.744)	(50.084)	(179.738)	209.444	573.718

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 9 – ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Da análise efetuada aos contratos existentes na Companhia, os ativos sob direito de uso estão classificados, da seguinte forma:

ATIVOS SOB DIREITO USO	Saldo Inicial	Entradas/Ajuste	Saídas/Ajuste	Amortizações	Saldo Final	Juros Suportados
Ativos tangíveis						
Veículos	207.299	-	(14.719)	(127.169)	65.411	(30.959)
Total	611.442	-	(14.719)	(127.169)	65.411	(30.959)

A componente variável destes contratos totalizou 57.241 Euros (2023: 50.254 Euros), os quais se encontram registados em resultados do ano.

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

A análise é efetuada através do seguinte quadro:

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Despesas de Desenvolvimento	169.388	(169.388)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Aplicações Informáticas	29.325.023	(24.725.637)	37.998	-	2.444.759	-	(1.703.909)	-	5.378.234
Activos intangíveis em curso	2.018.110	-	1.880.354	-	(2.444.759)	-	-	-	1.453.705
Outros	1.068.396	(1.068.396)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	32.580.917	(25.963.421)	1.918.352	-	-	-	(1.703.909)	-	6.831.939

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em 2024, a implementação da Norma Contabilística IFRS17 foi ainda o projeto com desenvolvimentos, tendo-se verificado um investimento que representou 29% do total do ano. Outros desenvolvimentos que se

salientaram em 2024, respeitam a projetos relacionados com a evolução tecnológica das plataformas digitais, representando 42% do total.

NOTA 11 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

A companhia tem vindo a efetuar um desenvolvimento de ferramentas, nomeadamente através da sua página na internet, que possibilitam uma maior proximidade com o cliente e o mediador, bem como ao nível dos processos por forma a

alcançar uma maior eficácia na cobrança de prémios, incentivando a utilização do canal bancário através dos protocolos de Débito Direto e SEPA.

O saldo desta conta é analisado como se segue:

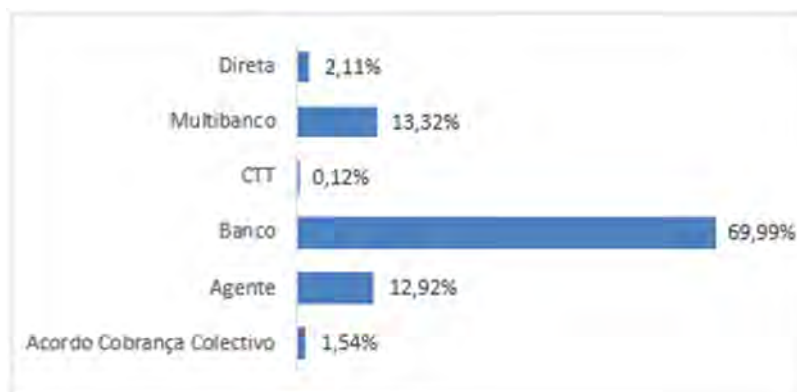
	2024	2023
Tomadores de Seguros	3.950.915	3.902.686
Mediadores de Seguros	3.853.031	3.473.296
Co-Seguradores	494.814	196.148
Outros Devedores	-	-
Imparidade	(4.669.647)	(4.532.840)
Sub-Total	3.629.113	3.039.290
Resseguradores e Ressegurados	3.014.576	6.667.346
Imparidade	(15.504)	(234)
Sub-Total	2.999.072	6.667.112
Outros Devedores	5.161.424	4.513.902
Imparidade	(63.007)	(63.007)
Sub-Total	5.098.417	4.450.895
TOTAL	11.726.602	14.157.297

Nos termos na norma IFRS17, a mensuração das responsabilidades com contratos de seguro engloba o reconhecimento dos valores a receber relativos a contratos de seguros, que em 2024 representa Euros 2.546.060 (2023:

Euros 2.318.827). A rubrica Tomadores de Seguros encontra-se afetado nesses valores.

A distribuição da cobrança pelos diferentes canais, foi a seguinte:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023



Em Operações de Seguro Direto, o risco de não cobrança de prémios dos Tomadores de seguros, está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de Euros 1.566.561 (2023: Euros 1.572.832). Relativamente à rubrica de Mediadores, para além dos saldos de conta corrente, encontram-se também reconhecidos os montantes relativos a acordos de pagamento, sobre os quais foi registado um

ajustamento no montante de Euros 2.532.730 (2023: Euros 2.492.940).

Em operações de Resseguradores, o montante registado em 2023 estava influenciado pelo sinistro de ponta e pela cadência de regularização do mesmo.

Em Outras Operações encontram-se ainda registados, entre outros, os saldos entre as empresas do grupo conforme demonstrado na Nota 18.

NOTA 12 – ATIVOS E PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados. Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e

atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano à ASF, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. No decurso da alteração do

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo

de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus. O saldo da conta apresenta-se da seguinte forma:

	2024	2023
Benefícios de pós emprego	1.112.167	1.045.518
Outros Benefícios de longo prazo	(311.791)	(291.867)
	800.376	753.651

Dado o elevado nível de financiamento do Plano de Benefício Definido, e com autorização concedida a 12 de junho de 2024 pela ASF, a Companhia procedeu a alteração do contrato constitutivo do Fundo de Pensões VICTORIA, através da inclusão da cláusula 22ª, a qual permite a transferência de valores do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida, de acordo e para fazer face às contribuições periódicas constantes do Plano de Pensões. Esta procedimento produzirá efeitos em 2025.

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 30.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

- Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

conta individual foi afeto ao respectivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com

o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

O plano de contribuição definida abrange participantes e ex-participantes.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos últimos exercícios, são como segue:

	2024	2023	2022	2021
	Pensões	Pensões	Pensões	Pensões
Responsabilidade por benefícios	1.396.594	1.265.645	1.085.572	1.083.226
Justo valor dos activos do fundo	1.396.594	1.265.645	1.085.572	1.083.226
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	-	-	-	-

A variação dos ativos do plano contribuição definida em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é analisada como se segue:

	2024	2023
Ativos do Plano a 01 de janeiro	1.265.645	1.085.572
Contribuições do empregador	128.410	119.335
Rendimentos e Ganhos financeiros	75.958	76.367
Entradas e saídas por transferência	-	26.166
Benefícios pagos	(65.217)	(34.408)
Perdas financeiras	(120)	(292)
Outras receitas/encargos	(8.082)	(7.095)
Ativos do Plano a 31 de dezembro	1.396.594	1.265.645

A taxa de rendimento bruta de encargo de gestão obtida em 2024 foi de 5,3% (6,1% em 2023).

As contribuições do empregador seguem o estipulado no CCT e são efetuadas mensalmente.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	6	8.788€	1.465 €	78

Entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia reconhece para a generalidade dos colaboradores, a responsabilidade com os prémios de permanência em conformidade com o estabelecido pelo CCT, bem como os

benefícios de índole particular como são a atribuição de prémios de antiguidade.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2024 e 2023, são como segue:

	2024			2023		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidade por benefícios	96.234	320.914	417.148	105.029	302.214	407.243
Justo valor dos activos do fundo	1.217.524	-	1.217.524	1.160.894	-	1.160.894
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	1.121.290	(320.914)	800.376	1.055.865	(302.214)	753.651

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

	2024			2023		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro	105.029	302.214	407.243	106.725	292.221	398.946
Custo do serviço corrente	-	10.972	10.972	-	9.858	9.858
Custo de juros	3.476	9.295	12.771	4.312	2.119	6.431
(Ganhos) e perdas actuariais	(4.341)	(1.567)	(5.908)	2.806	(1.984)	822
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(7.930)	-	(7.930)	(8.814)	-	(8.814)
Alteração do Plano-CCT	-	-	-	-	-	-
Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro	96.234	320.914	417.148	105.029	302.214	407.243

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida, a prémio único, junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, MetLife

(anteriormente ALICO) e GNB Seguros de Vida (anteriormente BES-Vida).

A variação do Fundo de Pensões em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é analisada como se segue:

	2024	2023
	Fundo	Fundo
Activos do plano em 01 de Janeiro	1.160.894	1.104.952
Retorno esperado dos activos	26.932	46.629
Ganhos e (perdas) actuariais	37.628	18.127
Contribuições do empregador		
Benefícios pagos	(7.930)	(8.814)
Alteração do Plano-CCT		
Activos do plano em 31 de Dezembro	1.217.524	1.160.894

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

A taxa de rendimento bruta de encargo de gestão obtida em 2024 foi de 6,1% (5,8% em 2023).

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são como segue:

	2024			2023		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente	-	10.972	10.972	-	9.858	9.858
Custo de juros	3.476	9.295	12.771	4.312	2.119	6.431
Retorno esperado dos activos	(26.932)	-	(26.932)	(46.629)	-	(46.629)
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas actuariais	-	-	-	-	-	-
Total do custo do ano	(23.456)	20.267	(3.189)	(42.317)	11.977	(30.340)

O justo valor dos ativos que constituem o plano 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	2024		2023	
Fundos de Investimento Imobiliários	0,00%	-	0,00%	-
Fundos de Investimento em Acções	10,42%	126.890	10,32%	119.755
Fundos de Investimento em Obrigações	75,67%	921.239	72,96%	846.977
Obrigações de Taxa Variável	0,00%	-	0,00%	-
Obrigações de Taxa Fixa	10,92%	132.943	14,76%	171.381
Mercado Monetário	2,99%	36.451	1,96%	22.771
Total	100,00%	1.217.524	100,00%	1.160.883

O retorno real dos ativos foi de Euros 64.560.

Os ganhos e perdas actuariais em 2024 e 2023 reconhecidos em Reservas, são analisadas como segue:

	2024			2023		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro	31.727	38.658	70.385	16.406	36.674	53.080
Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades	4.342	1.567	5.909	(2.806)	1.984	(822)
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	37.628	-	37.628	18.127	-	18.127
Redução por alteração do Plano-CCT	-	-	-	-	-	-
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	73.697	40.225	113.922	31.727	38.658	70.385

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a outros benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em

reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	3,555%	3,310%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

A duração das responsabilidades com pensões em pagamento é de 9 anos.

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2024	2023	2022	2021	2020
Responsabilidade por benefícios	417.148	407.243	398.946	495.679	521.983
Justo valor dos activos do fundo	1.217.524	1.160.894	1.104.952	1.241.673	1.231.733
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	800.376	753.651	706.006	745.994	709.750

NOTA 13 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o

rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

	Activos		Passivos		Líquido	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Investimentos Financeiros	364.608	600.693	(215.481)	(198.246)	149.127	402.447
Benefícios a empregados	70.153	65.670	(252.290)	(237.570)	(182.137)	(171.900)
Provisões	617.366	631.475			617.366	631.475
Imóveis	50.630	73.791	(39.137)	(78.324)	11.493	(4.533)
Outros Passivos	-	-	-	-	-	-
Reserva componente seguros	-	-	(755.518)	(1.058.346)	(755.518)	(1.058.346)
Transição IFRS 9 / IFRS17	-	-	(909.269)	(1.022.928)	(909.269)	(1.022.928)
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	1.102.757	1.371.629	(2.171.695)	(2.595.414)	(1.068.938)	(1.223.785)

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024			2023		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros	1.141	(254.461)	(253.320)	-	(577.983)	(577.983)
Benefícios a empregados	(10.238)	-	(10.238)	(234.984)	-	(234.984)
Provisões	(14.109)	-	(14.109)	(27.999)	-	(27.999)
Imóveis	3.803	12.223	16.026	(10.897)	(42.363)	(53.260)
Outros Passivos	-	-	-	(20.003)	-	(20.003)
Reserva componente seguros	-	302.828	302.828	-	284.787	284.787
Transição IFRS 9 / IFRS17	113.659	-	113.659	113.659	-	113.659
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	94.256	60.590	154.846	(180.224)	(335.559)	(515.783)

A constituição IDA por prejuízos fiscais é prudencial, e para a avaliação e reconhecimento de IDA, a VICTORIA tem em consideração o facto de aplicar o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, uma vez que integra o perímetro

fiscal da empresa mãe, VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2024 e 2023 é analisado como segue:

	2024	2023
Imposto Corrente	(1.565.612)	(923.506)
Imposto Diferido	94.256	(180.224)
Imposto Exercício	(1.471.356)	(1.103.730)

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	2024	2023	Variação
Imposto Diferido	(643.489)	(704.079)	60.590
Investimentos Financeiro	149.127	402.447	(253.320)
Imóveis	(35.957)	(48.180)	12.223
Componente financeira contratos seguros	(756.659)	(1.058.346)	301.687
Total imposto reconhecido reservas	(643.489)	(704.079)	60.590

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
RESULTADO ANTES IMPOSTO	4 929 389	3 246 978
Taxa Imposto	21,00%	21,00%
Imposto Calculado com base taxa imp	(1 035 172)	(681 865)
Derrama e Derrama Estadual	(160 563)	(51 650)
Outros proveitos e custos excluídos tributação		(31 183)
Outros prov e custos não reconhecidos anteriormente	(146 094)	(237 570)
Benefícios fiscais e Rendimento Art. 946 e 51		23 050
Imposto Autonomo (Trib. Autonomia)	(129 527)	(124 511)
Imposto sobre o rendimento	(1 471 356)	(1 103 730)
	29,85%	33,99%

NOTA 14 – ATIVOS E PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

Os ativos e passivos de contratos de seguro e estabelecido na tabela 1 da ASF, são os resseguro, segmentados em linha com o seguintes:

	2024		2023	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Contratos de seguro emitidos				
Acidentes pessoais		1.610.329		1.065.479
Acidentes de trabalho		26.084.980		26.354.984
Saúde		18.970.986		16.129.482
Incêndio e outros danos		17.819.702		15.953.470
Automóvel		11.678.426		12.395.765
Marítimo e aéreo		1.400.211		1.476.742
Mercadorias transportadas		2.669.829		2.009.695
Responsabilidade civil		5.169.252		4.553.941
Diversos		198.103		324.224
Total		85.601.818		80.263.782
Contratos de resseguro cedidos				
Acidentes pessoais	795.659		575.673	
Acidentes de trabalho				
Saúde	7.510.594		6.705.268	
Incêndio e outros danos	11.899.042		12.297.164	
Automóvel	541.620		605.134	
Marítimo e aéreo	684.211		792.217	
Mercadorias transportadas	1.665.749		1.284.457	
Responsabilidade civil	3.041.323		2.764.325	
Diversos	113.925		167.314	
Total	26.252.123		25.191.552	
Total	26.252.123	85.601.818	25.191.552	80.263.782

Para o apuramento das responsabilidades dos contratos de seguro, são tidos em consideração os seguintes princípios:

A metodologia de apuramento dos Passivos de contratos de seguro - De serviços passados (LIC)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

A determinação destas responsabilidades, não difere entre o PAA e o GMM, e tem por base uma estimativa dos fluxos de caixa futuros relativos a serviços passados, descontados a uma curva de rendimentos que reflete as características das responsabilidades, sendo adicionado ainda um ajustamento de risco, para refletir a incerteza inerente à estimativa dos fluxos de caixa futuros e decorrente de riscos não financeiros.

De acordo com o parágrafo 59(b) da IFRS 17, na determinação dos Passivos de contratos de seguro - De serviços passados (LIC) para grupos de contratos de seguro mensurados pelo PAA, não será necessário ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro se o período entre a data de ocorrência dos sinistros e a liquidação dos mesmos for igual ou inferior a um ano. Por outro lado, considerando o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros na determinação dos Passivos de contratos de seguro - De serviços passados (LIC), este efeito financeiro pode ser desagregado entre Ganhos e Perdas (P&L) e Outro Rendimento Integral (OCI).

Uma vez que a diferença entre a data de ocorrência dos sinistros e a liquidação dos mesmos nem sempre é inferior a um ano, a VICTORIA Seguros considera o efeito do valor temporal do dinheiro na determinação dos Passivos de contratos de seguro - De serviços passados (LIC).

Para Acidentes de Trabalho a análise foi desagregada entre AT gerais, a AT pensões que

inclui Assistência Vitalícia; Provisões Matemáticas e Provisões para FAT:

Acidentes de Trabalho – Provisão para Assistência Vitalícia

Esta provisão é apurada numa ótica de Vida, ou seja, com base numa renda com as seguintes bases técnicas:

- Tabela de mortalidade TV88/90;
- Encargos de Gestão 0%;
- Custo médio de 780€ (por pensionista).

O custo médio de Assistência Vitalícia foi apurado com base na média de pagamentos efetuados só tendo em conta os pensionistas com assistência vitalícia constituída a 31/12/2024.

Acidentes de Trabalho – Provisões Matemáticas

Esta provisão é apurada numa ótica de Vida, segundo as seguintes bases técnicas:

- Tabela de mortalidade TV88/90;
- Encargos de Gestão das pensões não remidas 2%;
- Encargos de Gestão das pensões remidas 0%;
- Acidentes de Trabalho – Provisão para FAT

O cálculo do montante a pagar ao FAT corresponde a uma percentagem aplicada ao capital de remissão de pensões em pagamento calculado com bases técnicas idênticas às aplicadas para obtenção do cálculo das provisões matemáticas, acrescido do risco de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

revisão de 4%. A fórmula de cálculo encontra-se definida por diploma legal.

Foram projetados os pagamentos futuros à evolução das responsabilidades não remíveis.

Para as provisões matemáticas do portfolio de Acidentes de trabalho, foi considerada a curva nominal de taxa de juro.

Provisão de IBNR&NER para o AT Life: para os sinistros declarados, mas ainda não reportados ou ainda não provisionados corretamente, a respetiva provisão foi apurada em função do histórico verificado.

Provisão para Custos de Gestão Imputados (ULAE): a provisão para custos de gestão imputados dos ramos não vida (exceto Saúde) foi calculada usando uma estimativa de sinistros pendentes para cada ano futuro e um custo médio que foi calculado a partir dos custos imputados à função sinistros e do número de sinistros geridos em 2024. Considerou-se uma inflação de custos de 2,0% (considerando a informação do Banco de Portugal) e foi descontada à taxa técnica de juro sem inflação. A provisão para custos de gestão imputados ao ramo Saúde é calculada,

de acordo com o peso dos custos imputados à função sinistros com fees no ano n , sobre os montantes pagos no ano n acrescido da inflação do ano $n+1$, multiplicando este valor pelo total de provisões.

A metodologia de apuramento dos Passivos de contratos de seguro - De serviços futuros (LRC)

Cenários económicos futuros e pressupostos financeiros: o apuramento da evolução futura esperada da carteira de ativos foi baseado numa abordagem determinística. Tendo por base a composição dos portfólios de ativos em 31 de dezembro de 2024, os rendimentos futuros foram derivados a partir de cenários estocásticos gerados para cada classe de ativos.

Taxa de inflação: o pressuposto da taxa de inflação a ser considerado no fecho de 31 de dezembro de 2024 foi revisto, conforme divulgado no Boletim Económico de outubro 2024, pelo Banco de Portugal:

Ano	Taxa de inflação	
	31.12.2024	31.12.2023
2024	2,60%	2,90%
2025	2,00%	2,00%
2026	2,00%	2,00%
2027	2,00%	2,00%
2028	2,00%	2,00%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Face ao ano anterior, houve uma redução da inflação estimada para o ano de 2024, em que reduziu de 2,9% para 2,6%.

Despesas/custos unitários por apólice e portfólio: na avaliação das responsabilidades em IFRS 17, a imputação de custos tem por base um modelo de custos unitários por apólice para o total de custos de aquisição e de administração, em conformidade com o montante relativo às despesas atribuíveis da Companhia.

Rácio de sinistralidade: com base no histórico de sinistralidade dos últimos anos, na ausência de histórico estima-se um valor mínimo.

Risk adjustment: os pressupostos apurados têm como princípio os valores estimados, para

prêmios futuros, rácio de sinistralidade e custos para o cohort em análise e por portfólio.

As seguintes tabelas têm o intuito de conciliar os montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados conforme previsto nos parágrafos 100 e 101 do normativo. A VICTORIA-Seguros, S.A. dividiu as reconciliações efetuadas por segmento de negócio (seguro direto e resseguro cedido).

A evolução dos passivos de contratos de seguro direto em 2024, é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de Janeiro de 2024	20.118.397	989.260	1.443.422	56.112.519	1.600.184	80.263.781
Receitas de seguros	(111.647.008)					(111.647.008)
Gastos de serviços de seguros						
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros			860.820	76.567.770		77.428.591
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			2.476.576	(771.115)	(153.221)	1.552.240
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas		(418.087)				(418.087)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	16.893.208					16.893.208
Resultado de serviços de seguros	(94.753.800)	(418.087)	3.337.396	75.796.655	(153.221)	(16.191.056)
Resultado da componente financeira de serviços de seguro	160.293	3.322	51.580	1.766.404	38.970	2.020.569
Total reconhecido em rendimento integral	(94.593.507)	(414.764)	3.388.976	77.563.058	(114.250)	(14.170.487)
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	114.161.773					114.161.773
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos			(860.820)	(76.567.770)		(77.428.591)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(17.224.659)					(17.224.659)
Total fluxos de caixa	96.937.114	-	(860.820)	(76.567.770)	-	19.508.524
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2024	22.462.005	574.495	3.971.578	57.107.807	1.485.933	85.601.818

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Contratos de seguro emitidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	18 828 428	345 188	918 532	52 332 621	2 030 965	24 230 454
Receitas de seguros	(102 015 976)					(102 015 976)
Gastos de serviços de seguros						
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros		(68 230)	579 100	72 850 180	(380 013)	72 881 267
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			329 343	11 842 848	(178 540)	11 792 629
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas		712 300				712 300
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	13 585 597					13 585 597
Resultado de serviços de seguros	(86 430 379)	644 152	908 453	84 292 056	(458 613)	(3 043 381)
Resultado da componente financeira de serviços de seguros	125 828		15 755	1 244 748	47 832	1 434 163
Total reconhecido em rendimento integral	(86 304 551)	644 152	924 208	85 536 754	(410 781)	290 182
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	300 823 892					300 823 892
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos			(399 713)	(81 761 836)		(82 161 575)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(18 029 372)					(18 029 372)
Total fluxos de caixa	87 804 520		(399 713)	(81 761 836)		5 642 945
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	26 118 387	989 260	1 443 421	56 112 538	1 900 184	80 263 782

A evolução dos ativos de contratos de resseguro cedido em 2024, pode ser analisada como se segue:

Contratos de resseguro cedidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 1 de Janeiro de 2024	(8.223.475)	-	(5.676.200)	(11.279.621)	(12.255)	(25.191.552)
Receitas de resseguro	68.433.219					68.433.219
Gastos de serviços de resseguro						
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguros			(5.961.190)	(28.237.066)	8.982	(34.189.274)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			853.300	(3.943.810)	(33.305)	(3.123.815)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro	(24.590.656)					(24.590.656)
Resultado de serviços de resseguros	43.842.563	-	(5.107.890)	(32.180.876)	(24.323)	6.529.474
Resultado da componente financeira de serviços de resseguro	(202.538)	-	(41.956)	(95.058)	(74)	(339.626)
Total reconhecido em rendimento integral	43.640.025	-	(5.149.846)	(32.275.933)	(24.397)	6.189.848
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos de contratos de resseguro cedidos	(65.656.223)					(65.656.223)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos			5.961.190	28.237.066		34.198.256
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	24.207.548					24.207.548
Total fluxos de caixa	(41.448.675)	-	5.961.190	28.237.066	-	(7.250.419)
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2024	(6.032.126)	-	(4.864.856)	(15.318.489)	(36.652)	(26.252.123)

o ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de resseguro cedidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	(8 053 502)		(2 641 603)	(13 775 875)	(200 581)	(22 669 571)
Receitas de resseguro	36 458 720					36 458 720
Gastos de serviços de resseguro						
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguros			(16 558 199)	(27 017 269)	144 862	(43 430 606)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			666 504	1 687 158	40 125	2 393 787
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro	(21 097 718)					(21 097 718)
Resultado de serviços de resseguros	15 360 982	-	(15 891 695)	(25 330 111)	184 787	(15 634 027)
Resultado da componente financeira de serviços de resseguro	(61 234)	-	49 724	47 927	3 548	39 134
Total reconhecido em rendimento integral	15 299 748	-	(15 841 971)	(25 282 184)	188 336	(15 634 087)
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos de contratos de resseguro cedidos	(39 762 413)					(39 762 413)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos			12 805 374	27 778 417		40 583 811
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	22 290 704					22 290 704
Total fluxos de caixa	(17 471 709)	-	12 805 374	27 778 417	-	1 132 182
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2023	(8 223 475)	-	(5 676 200)	(13 279 622)	(12 255)	(25 191 552)

Em 2024, as responsabilidades por serviços futuros e serviços passados de contratos de

seguro mensurados pelo modelo geral de mensuração, é analisada como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Contratos de seguro emitidos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de janeiro de 2024	2.548.139	537.642	1.535.949	4.621.730
Alterações que digam respeito a serviços atuais				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados			(1.109.610)	(1.109.610)
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados		(427.484)		(427.484)
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	201.964			201.964
Alterações que digam respeito a serviços futuros				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	450.136	389.914	(840.050)	-
Alterações nas estimativas que resultem em perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	26.166	19.830		45.996
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(664.486)	380.859	283.627	-
Ajustamentos em função da experiência	(1.108.196)	(412.210)	1.501.309	(19.097)
Alterações que digam respeito a serviços passados				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	2.509.060	(32.484)	-	2.476.576
Resultado de serviços de seguros	1.414.642	(81.575)	(164.724)	1.168.344
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	159.398	9.415	46.383	215.195
Total reconhecido em rendimento integral	1.574.040	(72.160)	(118.342)	1.383.538
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	2.887.795			2.887.795
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	(860.820)			(860.820)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(586.105)			(586.105)
Total fluxos de caixa	1.440.870	-	-	1.440.870
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2024	5.563.048	465.482	1.417.607	7.446.138

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	1.858.561	226.368	1.390.809	3.475.738
Alterações que digam respeito a serviços atuais				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados			(856.749)	(856.749)
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados		(363.235)		(363.235)
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	(161.887)			(161.887)
Alterações que digam respeito a serviços futuros				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	282.387	399.364	(681.751)	-
Alterações nas estimativas que resultem em perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	45.521	50.952		96.473
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(795.506)	297.098	498.408	(0)
Ajustamentos em função da experiência	(1.018.858)	(113.099)	1.131.957	-
Alterações que digam respeito a serviços passados				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	491.680	17.455		509.135
Resultado de serviços de seguros	(1.156.663)	288.535	91.865	(776.263)
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	65.569	22.739	53.275	141.583
Total reconhecido em rendimento integral	(1.091.094)	311.274	145.140	(634.680)
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	2.814.304			2.814.304
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	(399.719)			(399.719)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(633.913)			(633.913)
Total fluxos de caixa	1.780.672	-	-	1.780.672
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	2.548.139	537.642	1.535.949	4.621.730

Em 2024, as responsabilidades por serviços futuros e serviços passados de contratos de

resseguro mensurados pelo modelo geral de mensuração, é analisada como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Contratos de resseguro cedidos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 1 de Janeiro de 2024	(7.078.915)	(160.386)	(4.159.083)	(11.398.383)
Alterações que digam respeito a serviços atuais				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados			5.080.713	5.080.713
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados		361.474		361.474
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	(848.534)			(848.534)
Alterações que digam respeito a serviços futuros				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	(28.392)	(187.994)	216.386	28.392
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	9.962.916	(898.526)	(9.064.390)	0
Ajustamentos em função da experiência	(1.045.568)	-	1.045.568	-
Alterações que digam respeito a serviços passados				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	846.979	6.321	-	853.300
Resultado de serviços de resseguro	8.887.403	(718.726)	(2.721.724)	5.475.344
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de resseguro cedidos	115.249	(27.092)	(332.652)	(244.494)
Total reconhecido em rendimento integral	9.002.652	(745.818)	(3.054.375)	5.202.459
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos de contratos de resseguro cedidos	(11.765.136)			(11.765.136)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos	5.961.190			5.961.190
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	4.263.671			4.263.671
Total fluxos de caixa	(1.540.275)	-	-	(1.540.275)
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2024	383.461	(906.203)	(7.213.458)	(7.736.200)

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de resseguro cedidos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	(1.170.610)	28.440	(5.757.856)	(6.909.026)
Alterações que digam respeito a serviços atuais				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	-	-	3.127.734	3.127.734
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados	-	(62.384)	-	(62.384)
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	(9.829.406)	-	-	(9.829.406)
Alterações que digam respeito a serviços futuros				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	28.073	(343.081)	135.009	-
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	398.127	(49)	(398.078)	-
Ajustamentos em função da experiência	1.224.726	25	(1.224.751)	-
Alterações que digam respeito a serviços passados				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	(3.099.841)	15.529	-	(3.084.312)
Resultado de serviços de resseguro	(12.270.321)	(389.960)	1.639.914	(9.048.368)
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de resseguro cedidos	8.464	1.135	(21.141)	(11.542)
Total reconhecido em rendimento integral	(11.269.857)	(388.825)	1.598.773	(9.859.910)
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos de contratos de resseguro cedidos	(11.750.272)			(11.750.272)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos	12.805.374			12.805.374
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	4.315.450			4.315.450
Total fluxos de caixa	5.370.552	-	-	5.370.552
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2023	(7.078.915)	(160.385)	(4.159.083)	(11.398.383)

A seguinte tabela tem o objetivo de demonstrar o efeito sobre a demonstração da posição financeira do reconhecimento de novo

negócio, em linha com o requerido no parágrafo 108 do normativo.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Contratos de seguro emitidos	2024	2023
	Rentáveis	
Estimativas do valor presente das saídas de caixa futuras excluindo o montante dos fluxos de caixa de aquisição de seguros	-	-
Estimativa para os montantes dos fluxos de caixa de aquisição de	(586.105)	(633.913)
Estimativas do valor presente das saídas de caixa futuras	(586.105)	(633.913)
Estimativas do valor presente das entradas de caixa futuras	1.250.592	1.429.419
Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	(380.859)	(297.098)
Margem de serviços contratuais	(283.627)	(498.408)
Aumento nos passivos de contratos de seguro de contratos reconhecidos no	-	0

Contratos de resseguro cedidos	2024	2023
	Rentáveis	
Estimativa para os montantes dos fluxos de caixa de aquisição de seguros	(3.812.767)	
Estimativas do valor presente das saídas de caixa futuras	13.775.683	(398.126)
Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	(898.526)	48
Margem de serviços contratuais	(9.064.390)	398.078
Aumento nos ativos de contratos de resseguro de contratos reconhecidos no período	0	-

Nota: Em 2024 e 2023 não houve contratos onerosos.

A tabela seguinte reflete, 31 de dezembro de 2024, a liberação da margem de serviços

contratuais ao longo do tempo, conforme previsto no parágrafo 109 do normativo.

	Até 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Contratos de seguro emitidos	789.846	444.505	134.126	22.656	5.596	20.877	1.417.607
Contratos de resseguro cedido	(2.659.896)	(2.404.486)	(2.149.076)	-	-	-	(7.213.458)
CSM líquida de resseguro	(1.870.050)	(1.959.981)	(2.014.949)	22.656	5.596	20.877	(5.795.851)

NOTA 15 – OUTROS CREDITORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta conta é analisado como segue:

	2024	2023
Tomadores de Seguros	4.334.855	4.041.466
Mediadores de Seguros	469.484	423.054
Co-Seguradores	352.709	335.283
Sub-total	5.157.048	4.799.803
Ressseguradores	1.525.469	384.570
Outros Credores	1.447.007	1.349.470
TOTAL	8.129.524	6.533.843

Nos termos na norma IFRS17, a mensuração das responsabilidades com contratos de seguro engloba o reconhecimento dos valores a pagar

relativos a contratos de seguros, que em 2024 representa Euros 297.707 (2023: Euros

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

250.358). A rubrica Mediadores de Seguros encontra-se afetada nesses valores.

Em Outras Operações, encontram-se registados os montantes de saldos credores

das contas de Depósitos à Ordem, quando existem, conforme mencionado na Nota 1

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Depósitos recebidos de resseguradores

Os montantes registados em depósitos recebidos de resseguradores é de Eur 6.216.031 (2023 Eur 2.227.378). A variação verificada está relacionada com o aumento das

responsabilidades por serviços passados de resseguro.

Passivos de locação:

Os passivos resultantes dos ativos sob direito de uso, são os seguintes:

PASSIVOS DE LOCAÇÃO	2024	2023
Ativos tangíveis	65.097	184.665
	65.097	184.665

Os compromissos assumidos na componente variável destes contratos, não incluídos na mensuração do passivo de locação, totaliza

Euros 25.818 e tem a seguinte distribuição temporal:

2025	2026	2027
15 453	9 506	859

NOTA 17 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e

rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

	2024	2023
Rendas e alugueres	4.249	3.889
Outros acréscimos e diferimentos	136.342	159.941
Total	140.591	163.830

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Acréscimos e diferimentos no Passivo

	2024	2023
Férias e subsídio de férias	1.074.407	1.002.187
Outros encargos com pessoal	265.916	248.042
Incentivos comerciais	1.571.603	1.600.012
Outros acréscimos e diferimentos	1.840.564	1.746.228
Total	4.752.490	4.596.469

NOTA 18 – CAPITAL PRÓPRIO

I. Capital

A VICTORIA - Seguros, S.A., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2012, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 17.850.000 através da emissão de 3.400.000 novas ações subscritas integralmente pela acionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.

Na sequência desta operação a VICTORIA-Seguros, S.A. passou a ter um capital social de Euros 34.850.000, representado por 6.970.000 ações, de valor nominal de Euros 5 cada.

II. Reservas de Reavaliação

No que respeita à Reserva de Reavaliação, a movimentação é analisada como segue:

- Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros:

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
Por ajustamentos de Activos Financeiros	(1 863 437)	975 555	167 161	(720 721)
Títulos de Dívida	(1 863 437)	975 555	167 161	(720 721)
Dívida Pública	(36 945)	(76 796)	(67 456)	(181 197)
De Outros Emissores Públicos	16 862	52 979	2 425	72 266
De Outros Emissores	(1 843 354)	999 372	232 192	(611 790)
Por ajustamentos de Terrenos e Edifícios	214 133	(54 325)	-	159 808
Provisão para perdas de créditos	66 140	4 823	(13 029)	57 934
Títulos de Dívida	66 140	4 823	(13 029)	57 934
Dívida Pública	1 494	1 275	(1 073)	1 696
De Outros Emissores Públicos	263	350	(61)	552
De Outros Emissores	64 383	3 198	(11 895)	55 686
Total	(1 583 164)	926 052	154 133	(502 979)

NOTA 19 – RESERVA LEGAL E OUTRAS RESERVAS

De acordo com a Legislação Portuguesa, a VICTORIA-Seguros, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o

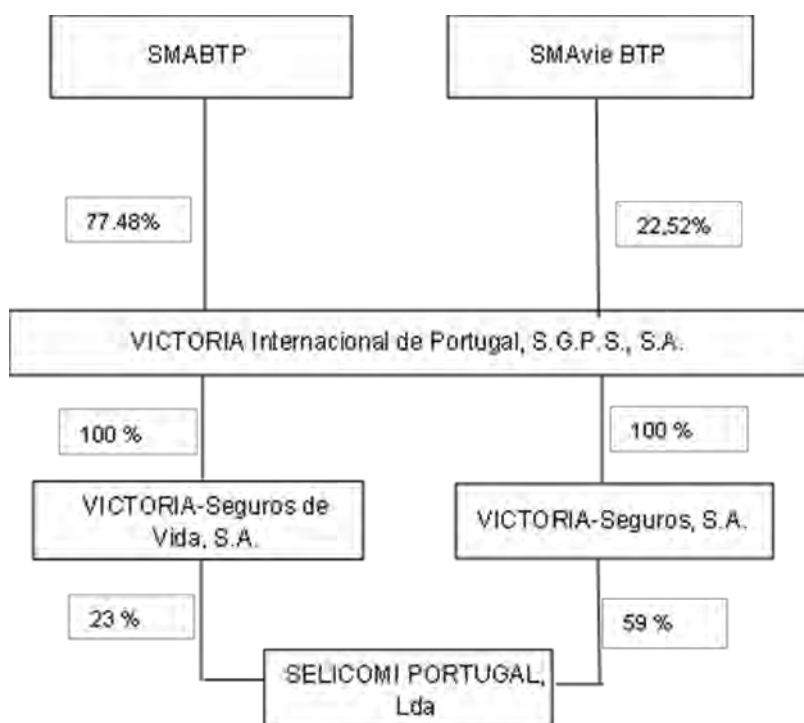
resultado líquido anual, até à concorrência do Capital Social.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em Outras Reservas encontram-se registados prémios de emissão no montante de Euros 8.400.463.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

No decurso de 2024, as entidades relacionadas da Companhia podem ser analisadas como se segue:



A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

GANHOS E PERDAS	Victoria Internacional - SGPS	Victoria-Seg Vida	Selicomi	SMABTP	ASEFA	SMA Vie	Investimo
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite	-	-	-	-	-	-	-
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido	-	-	-	(48.781.193)	(164)	-	-
Rendimentos de investimento	1.184.900	200.548	-	-	-	-	-
Total dos Provéitos	1.184.900	200.548	-	(48.781.193)	(164)	-	-
Custos e gastos de exploração - comissões resseguradores	-	-	-	(17.382.637)	-	-	-
Custos com sinistros - parte dos resseguradores	-	-	-	(29.008.316)	(461)	-	-
Outros Gastos Gerais e Administrativos	382.838	-	-	-	-	71.075	10.000
Total dos Custos	382.838	-	-	(46.390.953)	(461)	71.075	10.000
Líquido Provéitos/ (Custos) 2024	802.062	200.548	-	(2.390.240)	297	(71.075)	(10.000)
Líquido Provéitos/ (Custos) 2023	(453.182)	200.000	259.177	346.624	859	(70.751)	(10.000)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

BALANÇO	Victoria Internacional - SGPS	Victoria-Seg Vida	Selicomi	SMABTP	ASEFA	SMA Vie	Investimo
Ativo	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	5.000.000	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	-	-	-	-	-	-	-
Outros Devedores por operações de seguro	-	-	-	1.619.431	1.076	-	-
Outros Devedores por outras operações	2.382.494	1.776.089	-	-	-	-	-
Total do Ativo	2.382.494	6.776.089	-	1.619.431	1.076	-	-
Passivo	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	3.038.782	-	-	-
Outros Credores por operações de seguro	-	-	-	-	-	-	-
Outros Credores por outras operações	-	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo	-	-	-	3.038.782	-	-	-
Líquido Ativo / (Passivo) 2024	2.382.494	6.776.089	-	(1.419.351)	1.076	-	-
Líquido Ativo / (Passivo) 2023	2.304.594	6.721.032	2.959.610	(2.006.797)	18	-	-

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, S.A e VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

Em 2024, a VICTORIA – Seguros, SA procedeu à distribuição de dividendos no montante de EUR 1.184.900.

As transações efetuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere às entidades SMAVie e Investimo, desenvolvem a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

Em 2024, a entidade SELICOMI realizou um aumento de capital, conforme mencionado na nota 3.

NOTA 21 – ELEMENTOS EXTRA PATRIMONIAIS

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2024 e 2023, são analisadas como segue:

Natureza da Garantia	2024	2023
Avaes, fianças e outras garantias de crédito		
APCC	14.589	14.589
Total	14.589	14.589

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

VI – NOTAS AO GANHOS E PERDAS

Relativamente aos contratos de seguros dos Ramos Não Vida, a informação de réditos, sinistros ocorridos e outros gastos segmentados por linha de negócio, correspondente aos anos de 2024 e 2023 pode ser analisada do seguinte modo:

2024	Réditos	Sinistros e outros gastos atribuíveis		Gastos de aquisição	Saldo de Resseguro
		Prestações	Outros gastos		
SEGURO DIRETO	-	-	-	-	-
ACIDENTES E DOENÇA	63.745.429	45.617.134	4.259.445	8.976.791	183.101
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	20.332.581	8.951.432	1.931.705	3.467.023	(4.064.702)
AUTOMÓVEL	13.983.502	9.113.356	1.760.512	1.573.048	(1.609.620)
MARÍTIMO E AÉREO	1.871.398	1.791.816	210.582	347.210	851.428
MERCADORIAS TRANSPORTADAS	7.757.117	2.418.923	695.464	1.658.501	(403.887)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3.906.761	304.099	372.432	866.751	(1.438.473)
CRÉDITO E CAUÇÃO	46.532	-	2.548	2.862	(45.545)
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-
DIVERSOS	3.688	-	143	1.022	(1.776)
TOTAL	111.647.008	68.196.760	9.232.831	16.893.208	(6.529.474)

2023	Réditos	Sinistros e outros gastos atribuíveis		Gastos de aquisição	Saldo de Resseguro
		Prestações	Outros gastos		
SEGURO DIRETO	-	-	-	-	-
ACIDENTES E DOENÇA	55.440.974	37.869.722	4.045.498	7.889.039	677.581
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	19.435.355	17.390.068	2.174.000	3.236.076	8.818.644
AUTOMÓVEL	13.724.331	9.886.268	1.657.732	1.542.107	(3.000.448)
MARÍTIMO E AÉREO	1.858.403	4.447.555	296.326	323.562	1.080.602
MERCADORIAS TRANSPORTADAS	7.893.839	2.645.012	785.106	1.818.489	(854.793)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3.612.383	371.206	463.105	772.093	(1.046.532)
CRÉDITO E CAUÇÃO	45.371	117.942	7.443	2.779	1.555
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-
DIVERSOS	5.320	-	4.592	1.451	(2.592)
TOTAL	102.015.976	72.727.773	9.433.802	15.585.596	5.674.017

Nas notas seguintes, efetua-se a análise das componentes do resultado de contratos de seguros, de acordo com os modelos de

mensuração preconizados pela norma e de aplicação pela Companhia.

NOTA 22 – RÉDITOS DE CONTRATOS DE SEGURO

A análise efetuada aos proveitos de contratos de seguro ao nível do modelo de mensuração, é analisada como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

2024	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de seguro	2 650 722	108 996 286	111 647 008
<i>Contratos não mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	611 894		611 894
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	410 695		410 695
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	1 109 610		1 109 610
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	518 523		518 523
<i>Proveitos de contratos de seguro mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		108 996 286	108 996 286

2023	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de seguro	2.008.623	100.007.353	102.015.976
<i>Contratos não mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	506.785		506.785
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	349.704		349.704
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	856.749		856.749
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	295.384		295.384
<i>Proveitos de contratos de seguro mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		100.007.353	100.007.353

NOTA 23 – GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO

A análise efetuada aos gastos de contratos de seguro ao nível do modelo de mensuração, é analisada como se segue:

2024	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Gastos de contratos de seguro	(3 819 065)	(91 636 887)	(95 455 952)
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	(860 820)	(76 567 770)	(77 428 591)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(518 523)	(16 374 686)	(16 893 208)
Alterações relativas a serviços passados	(2 476 576)	924 336	(1 552 240)
Alterações relativas a serviços futuros	36 854	381 233	418 087

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

2023	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Gastos de contratos de seguro	(1.232.360)	(99.739.635)	(100.971.995)
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	(399.719)	(81.761.856)	(82.161.575)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(295.384)	(15.290.212)	(15.585.596)
Alterações relativas a serviços passados	(509.135)	(2.071.537)	(2.580.672)
Alterações relativas a serviços futuros	(28.122)	(616.030)	(644.152)

NOTA 24 – RESULTADO DE CONTRATOS DE RESSEGURO

A análise efetuada ao resultado de contratos de resseguro ao nível do modelo de mensuração, é analisada como se segue:

2024	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de resseguro	10 167 530	51 736 215	61 903 744
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	11 020 829,58	47 768 082,03	58 788 912
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	-	-	-
Alterações relativas a serviços passados	(853 299,80)	3 968 132,62	3 114 833
Alterações relativas a serviços futuros	-	-	-
Gastos de contratos de resseguro	(15 614 482)	(52 818 736)	(68 433 219)
<i>Contratos não mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	(10 172 296)		(10 172 296)
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	(361 474)		(361 474)
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	(5 080 713)		(5 080 713)
Gastos de contratos de resseguro - mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios		(52 818 736)	(52 818 736)
Resultado de contratos de resseguro	(5 446 953)	(1 082 522)	(6 529 474)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

2023	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de resseguro	19.375.784	42.756.943	62.132.727
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	16.291.473	45.390.057	61.681.530
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	-	-	-
Alterações relativas a serviços passados	3.084.312	(2.633.114)	451.198
Alterações relativas a serviços futuros	-	-	-
<i>Proveitos de contratos de resseguro mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		-	-
Gastos de contratos de resseguro	(9.527.417)	(46.931.294)	(56.458.710)
<i>Contratos não mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	(6.462.067)		(6.462.067)
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	62.384		62.384
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	(3.127.734)		(3.127.734)
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	-		-
<i>Gastos de contratos de resseguro - mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		(46.931.294)	(46.931.294)
Resultado de contratos de resseguro	9.848.368	(4.174.351)	5.674.017

NOTA 25 – COMPONENTE FINANCEIRA DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

- I. Os resultados da componente financeira com impacto em resultado, são analisados como segue:

	Modelo geral de mensuração	
	2024	2023
Perdas da componente financeira de contratos de seguro	517 256	145 042
Valor atual estimado dos fluxos de caixa	462 354	71 936
Margem de serviços contratual	46 383	53 275
Ajustamento de risco	8 520	19 831
Perdas da componente financeira de contratos de seguro reconhecida em outro rendimento integral	1 503 312	1 289 121
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto <i>locked-in</i>	1 503 312	1 289 121
Perdas da componente financeira de contratos de resseguro	(182 218)	63 334
Valor atual estimado dos fluxos de caixa	177 225	82 066
Margem de serviços contratual	(332 652)	(21 140)
Ajustamento de risco	(26 792)	2 408
Perdas da componente financeira de contratos de resseguro reconhecida em outro rendimento integral	(157 408)	(23 400)
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto <i>locked-in</i>	(157 408)	(23 400)

- II. Os resultados da componente financeira com impacto em Capital, são analisados como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Modelo geral de mensuração	Contratos seguro	Contratos resseguro
Perdas da componente financeira 01.01.2023	(6 105 090)	135 609
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto locked-in	1 289 121	(23 400)
Perdas da componente financeira 31.12.2023	(4 815 968)	112 209
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto locked-in	1 503 312	(157 408)
Perdas da componente financeira 31.12.2024	(3 312 656)	(45 199)

NOTA 26 – RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2024	2023
Terrenos e Edifícios	14.304	13.478
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjunto	-	59.117
Outros investimentos financeiros	2.393.263	2.111.482
Empréstimos concedidos e contas a receber	205.011	359.707
Depósitos	4.463	1.688
Empréstimos concedidos - outros	200.548	358.018
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	107.278	106.652
Títulos de Dívida	107.278	106.652
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	2.062.229	1.618.840
Títulos de Dívida	2.062.229	1.618.840
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	18.745	26.283
Instrumentos de Capital e Unid Participação	18.745	26.283
TOTAL	2.407.567	2.184.076

Os rendimentos de investimentos em associadas, respeitam a lucros distribuídos no ano pela sociedade SELICOMI Portugal, Lda.

NOTA 27 – GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS

I. **Investimentos financeiros ao justo valor sem impacto em ganhos e perdas**

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	2024	2023
Títulos de Dívida	(5 128)	(18 281)
Mensurados ao justo valor através de reservas	(5 128)	(18 281)
Mensurados ao custo amortizado	-	-
Terrenos e Edifícios	(16 900)	48 432
Total	(22 028)	30 151

II. **Investimentos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas**

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	2024		2023	
	valias realizadas	variações justo valor	valias realizadas	variações justo valor
Instrumentos de Capital e Unid Participação	390 859	53 454	387 482	247 325
Total	444 313		634 807	

NOTA 28 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS

O saldo é como segue:

	2024	2023		2024	2023
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	15.455	23.791	Por gestão Co-Seguro	22.619	14.429
Por outros	-	-	Por outros	13.066	13.175
TOTAL	15.455	23.791	TOTAL	35.685	27.604

NOTA 29 – OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram

descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais.

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização/Transf	Saldo final
Outras Provisões	59.771	-	54.169	-	5.602

NOTA 30 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

O saldo é como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023		2024	2023
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Donativos	56.050	59.125	Restituição impostos		
Multas e penalidades	1.000		Outros rendimentos e ganhos	98.318	128.494
Quotizações diversas	-	-			
Outros gastos e perdas	174.471	49.455			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	15	1.256	Juros obtidos	1.576	18.325
Diferenças de câmbio	99	-	Diferenças de câmbio		
Outros gastos e perdas	104.658	43.708	Outros rendimentos e ganhos	37.693	
Ajustamentos			Outros	280	
De recibos por cobrar			Ajustamentos		
De créditos de cobrança duvidosa	158.348	100.820	De recibos por cobrar	6.271	231.220
Perdas em activos tangíveis	342	3.267	De créditos de cobrança duvidosa		84.925
			Ganhos em activos tangíveis	10.623	5.346
Sub-total	494.983	257.631		154.761	468.310
TOTAL	(340.222)	210.679			

NOTA 31 – GASTOS POR NATUREZA E FUNÇÃO

A composição dos gastos por natureza são analisados como se segue:

	2024	2023
Despesas com Pessoal	11.482.129	10.594.839
Fornecimento e Serviços Externos	4.981.069	5.053.668
Impostos e Taxas	434.431	409.116
Amortizações do Exercício	2.016.691	1.963.720
Juros Suportados	30.959	30.383
Comissões	99.937	99.474
Remunerações de mediação	14.431.590	13.662.081
Total	33.476.806	31.813.281

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários do Revisor Oficial de Contas e da sua rede, e apresenta a seguinte distribuição (valores sem IVA):

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 59.240 Euros

-Serviços de certificação dos elementos de informação para efeitos de Solvência II, no montante de 25.463 Euros;

Para efeitos da norma IFRS 17, os gastos são repartidos entre:

Atribuíveis: são parte integrante do passivo de contrato de seguro, uma vez que fazem parte

da projecção dos fluxos de caixa futuros e correspondem a:

- Gastos de aquisição - relacionados com a aquisição de novos contratos de seguro; e
- Outros gastos de seguro - relacionados com a prestação de negócios de seguro, nomeadamente gastos administrativos e de gestão de sinistros;

Não atribuíveis: são gastos relacionados com o cumprimento de negócios de seguro existentes ou que não podem ser diretamente atribuídos aos portfólios, pelo que são excluídos da projecção dos fulfilment cash flows, tais como:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

- Gastos excluídos do âmbito - gastos de desenvolvimento de produto e gastos com formação; eventos e outros custos relacionados com marketing; despesas com corporate governance, nomeadamente as relacionadas com o suporte para cumprimento de reporte estatutário e regulamentar.

Para a concretização deste objetivo, os custos são analisados por natureza e posteriormente por função/centro de custos ou seja, no caso de despesas com o pessoal é avaliada a função do recurso e o contributo na gestão do contrato de seguro, e nas restantes despesas

através da estrutura de centros de custo, é avaliada essa mesma contribuição na gestão dos contratos de seguro.

Em simultâneo, a afetação pelas diferentes funções, isto é, sinistros, aquisição, administrativo e investimentos, é efetuada de acordo com o contributo de cada função e centro de custos no desempenho de cada área.

A análise por função dos contratos de seguros, desagregada entre gastos atribuíveis e não atribuíveis a contratos de seguro, é analisada da seguinte forma:

	2024		2023	
	Contratos de Seguro		Contratos de Seguro	
	Atribuíveis	Não Atribuíveis	Atribuíveis	Não Atribuíveis
Custos com sinistros	2 600 523	855 148	2 376 129	760 819
Custos de aquisição	17 272 009	2 146 176	16 064 455	1 903 679
Custos administrativos	6 631 308	3 218 925	7 057 672	2 778 881
Custos com investimentos	-	752 717	-	871 646
Custos Gestão Fundos de Pensões	-	-	-	-
Total	26 503 840	6 972 966	25 498 256	6 315 025

NOTA 32 – GASTOS COM O PESSOAL

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do

C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve em média 216 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados	
	2024	2023
Quadros superiores	33	33
Quadros médios	12	13
Profissionais altamente qualificados	78	76
Profissionais qualificados	100	94
Profissionais semi – qualificados	10	0
Estagiários e aprendizes	0	0
Total	233	216

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são analisados como segue:

Rubricas	2024	2023
Remunerações		
dos órgãos sociais	281.728	239.085
do pessoal	8.504.917	7.900.318
Encargos sobre remunerações	2.034.032	1.913.400
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	128.410	119.335
Planos de benefício definido	(23.114)	(41.837)
Outros benefícios a longo prazo dos	19.924	11.498
Benefícios de cessação de emprego	2.160	75.000
Seguros obrigatórios	232.741	179.814
Gastos de acção social	40.471	30.283
Outros gastos com pessoal	260.860	167.943
Total de custos com pessoal	11.482.129	10.594.839

Na sequência do processo de reestruturação mencionado no ponto I, a rubrica despesas com o pessoal, já evidencia essa realidade.

Os órgãos da Companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da Companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de

acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Financeiro
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Informática
- Operações
- Técnico

Sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Orgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Comissão Executiva	2	276.008	279.597
Diretores	11	448.807	792.438
Responsáveis	24	536.724	1.012.480
	37	1.261.539	2.084.515

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

Governo da Sociedade

Os órgãos sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades do Grupo SMA, e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável.

Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

O Conselho Executivo é composto pelo Administrador-Delegado e por um

Administrador, os únicos membros do Conselho de Administração com funções executivas. Ambos sustentam a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável.

A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

			2024	2023
Conselho de Administração			280.653	239.286
Presidente	Jacques Chanut	Outras remunerações	27.666	-
Vogal e Presidente da Comissão Executiva	Francisco Campilho	Outras remunerações	-	-
		Bónus Anual	-	-
Vogal	Carlos Suárez	Outras remunerações	190.101	181.191
		Bónus Anual	62.886	58.095
Conselho Fiscal			16.000	16.000
Presidente	João de Lara Everard	Outras remunerações	16.000	16.000
Vogal	Célia Maria Custódio	Outras remunerações	-	-
Vogal	Eduardo Roque Rêgo	Outras remunerações	-	-

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Após a adoção das normas contabilísticas IFRS 17 e IFRS 9 em 2023, 2024 foi o primeiro ano de consolidação e otimização de processos, sistemas informáticos, bases de dados e até mesmo das equipas de trabalho diretamente envolvidas. Nos anos subsequentes, o processo tenderá a estabilizar, a consolidar-se ainda mais, atingindo patamares de maturidade superiores. Desta forma, o mercado segurador ficará dotado de uma capacidade acrescida em reforçar a transparência, a consistência e a comparabilidade das demonstrações financeiras, e, por conseguinte, em providenciar informação mais adequada sobre o negócio, possibilitando aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliarem o efeito dos contratos de seguro sobre a posição financeira da entidade, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

Outros eventos que não estejam relacionados com o normativo contabilístico, mas que também influenciam significativamente a atividade das empresas, em particular a atividade seguradora, encontram-se abaixo descritos.

O conflito na Ucrânia, iniciado em finais de fevereiro de 2022, após a invasão por tropas russas, persiste como uma realidade de perspectivas de resolução bastante remotas. A nova administração norte-americana parece empenhada e envolvida num conjunto de

ações que possam conduzir ao desejado fim do conflito. Contudo, dois anos após o seu início, é difícil prever em que data e, sobretudo, de que forma, poderá a paz ser alcançada. O conflito entre Israel e o Hamas na Palestina, iniciado em 2023, apesar de ter registado alguma evolução positiva recentemente, parece estar ainda longe do fim. Entretanto, em 2024, o regime sírio liderado por Bashar al-Assad chegou ao fim. Atualmente, o país encontra-se envolto num contexto de forte incerteza sobre o rumo que o processo de estabilização social venha a tomar num futuro próximo. Por fim, e não menos relevante, Donald Trump assume a presidência dos EUA. As mudanças substanciais na política económica e na política de negócios estrangeiros do país geraram perplexidade global. As "eternas" parcerias internacionais foram colocadas em xeque, sobretudo através da introdução de barreiras alfandegárias a produtos provenientes de vários países, com destaque para os vizinhos México e Canadá. A ameaça de intensificação destas medidas gerou um clima de expectativa, apreensão e desconfiança a nível global. Parece estar a delinear-se uma nova ordem mundial, com a China, os EUA e a Rússia como principais intervenientes. A Europa, onde nos inserimos, parece querer definir a sua posição de forma contundente, fazendo jus ao seu passado

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

histórico monumental. Os mercados acionistas começam a demonstrar sinais claros de que as medidas implementadas poderão resultar num abrandamento da atividade económica e do crescimento. Neste contexto, a evolução das taxas de juro permanece incerta.

No caso da VICTORIA, o ambiente de incerteza poderá implicar alguma volatilidade no preço dos ativos financeiros detidos. A incerteza em torno do ritmo de crescimento económico, bem como sobre a evolução do nível de preços, torna a atividade da companhia mais desafiante, sendo expectável que as linhas de negócio mais sensíveis à atividade económica apresentem indicadores de crescimento mais incertos. Neste contexto, manter uma

disciplina financeira rigorosa e apertada constitui um desafio adicional. Atualmente, a empresa considera que os ativos intangíveis registados, nomeadamente projetos informáticos em curso, permanecem relevantes e continuam a ser viáveis.

A temática das Finanças Sustentáveis continuará a ser uma prioridade para o exercício, durante o qual serão implementadas um conjunto de iniciativas que visam materializar a estratégia de longo prazo do Conselho de Administração.

Por parte do Conselho de Administração, não se perspetivam alterações de políticas que possam impactar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA - Seguros, S.A. são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito
Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, ativos financeiros mensurados ao justo valor através ganhos e perdas

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES DE NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES

IX.I Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

IX.II - Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas

contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024:

Os impactos da aplicação pela primeira vez das normas acima descritas podem ser analisados

na nota **Transição e respetivos impactos** deste anexo.

IX.III - Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações

financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios
-----------------------	--

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	iniciados em ou após	
Emendas à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com <i>covenants</i>	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes, analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com <i>covenants</i> clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente. A data de aplicação das emendas foi adiada para 1 de janeiro de 2024.
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – Passivo de locação numa transação de venda e relocação	1-jan-24	Esta emenda publicada pelo IASB clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda.
Emenda às normas IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa - e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – <i>Supplier Finance Arrangements</i>	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2023 incluem requisitos de divulgação adicional de informação qualitativa e quantitativa sobre acordos de financiamento de fornecedores.

Os impactos da aplicação pela primeira vez das normas acima descritas podem ser analisados na nota **Transição e respetivos impactos** deste anexo.

IX.III - Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio – <i>Lack of exchangeability</i>	1-jan-25	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2024, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não

se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeira.

IX.IV - Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não

se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1-jan-26	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	1-jan-26	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui <i>guidance</i> e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)	1-jan-26	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	1-jan-27	Esta norma substitui a norma IAS 1, inclui requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras para as entidades que reportam de acordo com IFRS.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

IFRS 19 – Subsidiárias sem 1-jan-27 responsabilidade pública: divulgações	Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.
---	--

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (*Empresa*) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda

não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	unitário	Valor de balanço		
								Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	Selicomi, Lda		11.993.304			11.993.304		11.993.304		
	sub-total		11.993.304			11.993.304		11.993.304		
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total		11.993.304			11.993.304		11.993.304		
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total									
	total		11.993.304			11.993.304		11.993.304		
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTCON4OE0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	63,34		18.179	98,11	28.158	571	4,000%
zPTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25		500.000	99,87		499.355	99,87	499.355	3.033	2,875%
zPTOTETOEO0012	O.T. JUL TF 16/26		2.860.000	99,44		2.844.087	99,44	2.844.087	36.720	2,875%
	sub-total		3.388.701			3.361.622		3.371.601	40.323	

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.1.3 - De outros emissores									
	sub-total		3.388.701			3.361.622		3.371.601	40.323	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
	sub-total	0				-		-	-	
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total	0				-		-	-	
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	sub-total	0				-		-	-	
	2.1.2.4 - Outros									
	FUNDO COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	41.381					1,1508	47.621		
	sub-total	0	3.388.701			3.361.622		3.371.601	40.323	
	sub-total	0	-			-		-	-	
	total	0	3.388.701			3.361.622		3.371.601	40.323	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		500.000	98,98		494.877	96,30	481.480	123	0,250%
FR0014007TY9	FRANCE O.A. TF 21/25		5.000.000	99,48		4.973.872	99,59	4.979.350	-	0,000%
FR001400BKZ3	FRANCE O.A.T. 21/32		700.000	93,06		651.394	92,91	650.398	1.381	2,000%
FR0011008705	FRANCE O.A.T. I/L TF 10/27		1.300.000	126,91		1.649.872	139,64	1.815.288	14.135	1,850%
FR0013154044	FRANCE O.A.T. TF 15/36		1.900.000	82,13		1.560.433	80,91	1.537.347	14.185	1,250%
FR0013286192	FRANCE O.A.T. TF 17/28		200.000	99,17		198.339	94,44	188.878	904	0,750%
FR0013451507	FRANCE O.A.T. TF 18/29		750.000	99,76		748.235	87,95	659.633	-	0,000%
FR0014002WK3	FRANCE O.A.T. TF 21/31		1.500.000	98,95		1.484.291	82,22	1.233.225	-	0,000%
FR001400QMF9	FRANCE O.A.T. TF 23/34		2.840.000	98,81		2.806.240	98,36	2.793.424	8.403	3,000%
FR0128379502	FRENCH T-BILL24/25(CUP ZERO)		6.000.000	98,42		5.905.368	98,88	5.932.500	-	0,000%
FR0128690684	FRENCH TBILL 24/25(CUP ZERO)		710.000	99,08		703.476	99,11	703.674	-	0,000%
	sub-total		21.400.000			21.176.395		20.975.196	39.132	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0014007RB1	CAISSE D'AMORT DETTE SOC TF 22/32		100.000	99,90		99.897	84,17	84.172	427	0,450%
FR001400DCH4	CAISSE DES DEPOTS ET CON TF 22/27		3.000.000	99,55		2.986.554	101,32	3.039.720	8.877	3,000%
EU000A3KTGV8	EUROPEAN UNION TF 21/26		4.000.000	95,68		3.827.273	96,73	3.869.240	-	0,000%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		200.000	99,90		199.799	97,36	194.720	1.904	1,250%
	sub-total		7.300.000			7.113.523		7.187.852	11.207	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS2637963146	ABN AMRO BANK NV TF 23/26		800.000	99,85		798.796	102,22	817.784	849	3,875%
FR001400DCB7	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 22/33		500.000	99,52		497.603	101,62	508.120	14.822	3,500%
FR001400I822	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 23/33		1.000.000	99,42		994.166	100,56	1.005.570	20.342	3,375%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,98		99.983	99,28	99.278	723	1,250%
XS2444281260	ALFA LAVAL TREASURY TF 22/26		300.000	99,89		299.683	97,81	293.433	2.274	0,875%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1878191219	AMADEUS IT GROUP TF 18/26		500.000	99,95		499.729	98,26	491.275	2.137	1,500%
FR001400CSG4	ARVAL SERVI TF 22/26		1.500.000	99,83		1.497.402	101,32	1.519.800	16.438	4,000%
XS2575952424	BANCO SANTANDER TF 23/26		2.000.000	99,84		1.996.861	101,16	2.023.240	71.721	3,750%
XS2634826031	BANCO SANTANDER TF 23/30		200.000	99,90		199.798	105,64	211.282	4.704	4,250%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		600.000	99,69		598.139	93,82	562.926	8.371	1,750%
FR0014009A50	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 22/25		300.000	99,99		299.972	99,14	297.432	1.825	1,000%
FR0014007PV3	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 22/27		200.000	99,67		199.347	93,38	186.758	144	0,625%
FR001400KO38	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 23/30		400.000	103,31		413.229	104,46	417.836	4.701	4,125%
FR001400N6I8	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 24/34		200.000	99,33		198.656	101,36	202.720	7.152	3,750%
FR0014006XE5	BANQUE FED CREDIT MUTUEL TF 21/25		700.000	99,99		699.927	99,43	696.031	57	0,010%
XS2447561403	BMW FINANCE TF 22/25		400.000	99,99		399.942	99,59	398.360	1.710	0,500%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		200.000	99,89		199.776	98,94	197.870	575	0,500%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		100.000	99,19		99.193	99,08	99.078	1.991	2,125%
FR0014007LK5	BNP PARIBAS 22/30		400.000	99,21		396.846	89,54	358.148	1.659	0,875%
XS1419646317	BNP PARIBAS TF 16/28		800.000	93,97		751.759	96,11	768.848	7.207	1,500%
FR001400I4X9	BNP PARIBAS TF 23/33		800.000	98,86		790.892	105,37	842.960	19.981	4,125%
XS2621007660	BOOKING HOLDINGS INC TF 23/33		300.000	99,49		298.484	105,26	315.765	7.900	4,125%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		600.000	99,94		599.641	97,31	583.878	1.439	0,250%
FR0014007VF4	BPCE SA TF 22/26		100.000	99,90		99.900	97,28	97.282	341	0,375%
FR0014009YD9	BPCE SA TF 22/27		1.400.000	99,70		1.395.833	97,41	1.363.712	16.714	1,750%
FR001400HACO	BPCE SA TF 23/26		100.000	99,83		99.830	100,92	100.922	2.562	3,625%
FR001400NDS8	BPCE SA TF 24/36		200.000	99,32		198.645	102,55	205.096	7.221	3,875%
FR001400I1V7	BPI FRANCE SACA TF 23/33		1.000.000	100,31		1.003.053	99,48	994.750	18.836	3,125%
FR001400DXK4	BPI FRANCE TF 22/26		3.700.000	99,56		3.683.537	100,88	3.732.708	34.060	3,000%
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		200.000	99,96		199.924	97,86	195.714	1.164	1,200%
FR0013370129	BUREAU VERITAS SA TF 18/25		400.000	100,02		400.074	99,98	399.928	7.377	1,875%
XS2434702424	CAIXABANK SA 22/28		900.000	99,61		896.477	95,75	861.732	5.302	0,625%
FR0014003Z81	CARREFOUR BANQUE TF 21/25		200.000	100,00		200.000	98,76	197.522	117	0,107%
XS2405875480	COLGATE PALMOLIVE TF 21/29		700.000	99,82		698.723	89,49	626.458	293	0,300%
XS2895051212	COMPASS GROUP PLC TF 24/33		300.000	99,26		297.775	99,83	299.493	2.832	3,250%
XS2550081454	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 22/28		800.000	99,25		794.027	103,44	827.536	34.270	4,625%
XS2613658041	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 23/29		1.000.000	100,04		1.000.387	103,86	1.038.570	28.993	4,233%
FR0014007ML1	CREDIT AGRICOLE SA 22/28		300.000	99,71		299.127	95,31	285.921	1.814	0,625%
FR001400N2M9	CREDIT AGRICOLE SA TF 24/34		500.000	99,53		497.626	101,92	509.580	17.623	3,750%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	99,98		199.969	100,08	200.158	3.793	3,250%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		800.000	99,98		799.820	98,87	790.952	904	1,375%
XS1752475720	DEUTSCHE BAHN FINANCE GMBH TF 18/27		500.000	99,84		499.195	95,98	479.880	192	1,000%
XS2433244089	E ON SE TF 22/26		300.000	99,86		299.579	97,66	292.992	357	0,125%
FR0011225143	ELECTRICITE DE FRANCE TF 12/27		400.000	108,98		435.911	102,84	411.376	12.703	4,125%
FR001400D6M2	ELECTRICITE DE FRANCE TF 22/27		500.000	99,89		499.446	101,76	508.820	18.740	3,875%
BE0002596741	ELIA SYSTEM OP TF 18/28		400.000	98,68		394.709	95,37	381.480	1.923	1,500%
FR0013504677	ENGIE SA TF 20/28		300.000	99,87		299.625	96,39	289.170	4.013	1,750%
XS2345996743	ERICSSON LM TF 21/29		200.000	99,72		199.433	91,00	182.008	1.200	1,000%
FR0013463650	ESSILORLUXOTTICA TF 19/25		800.000	99,95		799.595	98,92	791.360	597	0,125%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		1.100.000	99,94		1.099.332	83,99	923.846	11.595	2,250%
XS1554373677	FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27		225.000	99,85		224.673	98,92	222.570	4.363	2,125%
XS1681519184	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26		1.400.000	99,98		1.399.742	97,43	1.364.006	4.219	1,000%
BE0002876572	GRP BRUXELLES LAMBERT S.A. TF 22/29		500.000	99,53		497.670	101,36	506.795	4.966	3,125%
BE0002595735	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 18/25		300.000	99,95		299.838	99,54	298.614	3.005	1,875%
XS2147977479	HEINEKEN TF 20/25		200.000	99,98		199.970	99,61	199.218	2.458	1,625%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		1.200.000	99,99		1.199.889	99,80	1.197.648	9.611	0,875%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		100.000	99,96		99.961	95,89	95.894	453	2,625%
XS2697483118	ING BANK NV TF 23/26		400.000	99,93		399.732	102,45	409.788	4.068	4,125%
XS2673808726	INTESA SANPAOLO SPA TF 23/31		600.000	99,36		596.184	110,31	661.842	10.447	5,125%
XS2856698126	JOHN DEERE CAPITAL CORP TF 24/32		1.200.000	99,73		1.196.757	102,38	1.228.536	19.055	3,450%
XS2461234622	JP MORGAN 22/30		700.000	99,56		696.919	95,66	669.634	10.654	1,963%
BE0002832138	KBC GROUP 21/27		700.000	99,62		697.345	97,14	679.973	1.462	0,250%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		500.000	99,97		499.842	99,33	496.635	2.277	0,625%
FR001400HX73	L' OREAL SA TF 23/25		500.000	99,95		499.751	100,00	500.020	9.675	3,125%
FR00140087C4	LA BANQUE POSTALE 22/28		1.200.000	99,50		1.194.005	95,61	1.147.332	10.689	1,000%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		900.000	99,98		899.804	98,53	886.779	15.164	3,000%
FR001400HO22	LA BANQUE POSTALE TF 23/28		1.100.000	99,92		1.099.175	103,18	1.135.002	29.173	4,000%
FR001400NU45	LA BANQUE POSTALE TF 24/30		1.900.000	99,39		1.888.322	101,10	1.920.843	36.621	3,500%
XS2463961321	LINDE PLC TF 22/27		600.000	99,86		599.140	96,30	577.770	4.521	1,000%
FR001400HUE7	LVMH MOET HENNESSY VUITT TF 23/25		400.000	99,97		399.892	100,47	401.892	2.626	3,375%
XS2462321212	NESTLE FINANCE INTL LTD TF 22/27		1.820.000	99,94		1.818.883	96,68	1.759.612	12.086	0,875%
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		200.000	99,87		199.750	98,31	196.620	1.689	1,125%
FR0013241676	ORANGE SA TF 17/27		400.000	99,82		399.298	97,12	388.480	1.858	1,500%
FR0013396520	ORANGE SA TF 19/29		200.000	99,93		199.869	97,11	194.220	3.836	2,000%
FR0013323326	PEUGEOT TF 18/25		200.000	99,99		199.972	99,75	199.498	3.134	2,000%
XS2802891833	PORSCHE AUTO HOLDING SE TF 24/29		1.500.000	99,17		1.487.622	99,67	1.494.975	14.640	3,750%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		300.000	99,90		299.708	99,29	297.864	1.402	1,875%
XS1789751531	RICHEMONT INT TF 18/26		1.200.000	99,81		1.197.662	98,11	1.177.344	9.205	1,000%
FR001400SZ78	RTE RESEAU DE TRANSPORT TF 24/36		500.000	99,38		496.912	99,51	497.570	4.315	3,500%
FR0014002G44	SAFRAN SA TF 21/26		500.000	99,81		499.069	96,96	484.800	497	0,125%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		200.000	99,56		199.117	91,77	183.544	247	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		200.000	99,89		199.777	98,76	197.522	2.979	1,875%
FR0013324340	SANOFI TF 18/26		600.000	99,94		599.638	98,11	588.678	4.685	1,000%
FR0014009K56	SANOFI TF 22/25		600.000	99,99		599.953	99,41	596.472	3.869	0,875%
DE000A2G8VT5	SAP SE TF 18/26		200.000	99,97		199.938	98,13	196.260	1.605	1,000%
FR001400A4J6	SFIL SA TF 22/32		500.000	87,69		438.431	89,36	446.790	6.185	1,500%
XS1986416268	SIKA CAPITAL BV TF 19/27		300.000	99,92		299.747	95,57	286.713	1.769	0,875%
FR0013311503	SOCIETE GENERALE TF 18/25		200.000	100,00		199.996	99,86	199.722	2.109	1,125%
FR001400KZP3	SOCIETE GENERALE TF 23/26		1.000.000	99,92		999.159	102,30	1.023.020	10.945	4,250%
XS2203996132	SODEXO TF 20/28		300.000	99,83		299.476	93,78	281.334	1.373	1,000%
XS2827693446	SWISSCOM FINANCE TF 24/26		600.000	99,86		599.181	101,22	607.332	12.427	3,500%
XS2827697272	SWISSCOM FINANCE TF 24/36		300.000	98,91		296.740	101,65	304.953	953	3,625%
FR0014006TQ7	TDF INFRASTR TF 21/29		500.000	99,76		498.787	90,88	454.375	719	1,750%
FR0013534500	TEREGA SA TF 20/30		100.000	99,42		99.425	86,91	86.914	252	0,875%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		300.000	99,74		299.218	92,20	276.612	1.578	0,625%
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		400.000	99,91		399.653	94,60	378.384	921	0,250%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	unitário	Valor de balanço		
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO							Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		200.000	100,88		201.752	100,16	200.314	662	2,875%
XS2937308497	TOTAL ENERGIES SE 4.12 PERP		200.000	100,03		200.053	100,97	201.940	948	4,120%
XS2937308737	TOTAL ENERGIES SE 4.5 PERP		100.000	100,02		100.020	101,67	101.672	518	4,500%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		600.000	99,99		599.939	99,75	598.488	4.763	3,369%
XS2338955805	TOYOTA MOTOR CRED CORP TF 21/27		1.100.000	99,80		1.097.818	92,67	1.019.414	211	0,125%
CH1142231682	UBS GROUP AG 21/26		1.300.000	99,99		1.299.825	97,70	1.270.061	516	0,250%
BE0002784651	UCB SA TF 21/28		400.000	99,88		399.525	93,24	372.956	3.025	1,000%
XS2450200824	UNILEVER FINANCE TF 22/26		600.000	99,96		599.751	97,94	587.634	3.775	0,750%
XS1654192191	UNILEVER NV TF 17/25		200.000	99,97		199.946	98,85	197.702	734	0,875%
XS2147133495	UNILEVER NV TF 20/25		440.000	100,00		439.994	99,56	438.051	4.234	1,250%
FR001400SG71	VEOLIA ENVIRONMENT SA TF 24/34		300.000	99,99		299.958	100,36	301.089	3.317	3,571%
XS1586555945	VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27		200.000	99,74		199.472	97,06	194.112	2.836	1,875%
	sub-total		63.585.000			63.375.020		62.771.190	750.581	
	sub-total		92.285.000			91.664.938		90.934.238	800.920	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Ações									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010199075	BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC	25.400			35,70	906.780	35,64	905.256	-	
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	84			10.459,89	878.631	10.510,33	882.868	-	
FR0010529743	OSTRUM ISR CASH EONIA-I	104			11.472,67	1.193.158	11.535,03	1.199.643	-	
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	8.395			131,03	1.099.911	134,98	1.133.090	-	
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	13.155			114,21	1.502.491	114,87	1.511.146	-	
FR0014001001	CPR MONETAIRE SR-SI	12			21.252,14	255.026	21.387,58	256.651	-	
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	1			20.750,64	20.751	21.547,54	21.548	-	
	sub-total	47.151				5.856.747		5.910.202	-	
	2.2.2.4 - Outros									
	sub-total	47.151								
	total	47.151	92.285.000			97.521.685		96.844.440	800.920	
	3 - TOTAL GERAL	47.151	107.667.005			112.876.611		112.209.345	841.243	

Two thick, parallel blue curved lines that sweep from the bottom left towards the top right, framing the text.

3. Relatórios de Fiscalização

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da VICTORIA – Seguros, S.A. (“Companhia”), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 168.593.140 euros e um total de capital próprio de 58.111.875 euros, incluindo um resultado líquido de 3.458.033 euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da VICTORIA – Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Mensuração das responsabilidades por serviços passados de contratos de seguros dos ramos não vida (Notas III e 14)

As responsabilidades com contratos de seguro dos ramos não vida registadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 ascendem a 85.601.818 euros, conforme detalhadas na Nota 14 do Anexo às demonstrações financeiras, sendo determinadas conforme descrito nas políticas contabilísticas apresentadas nesse Anexo. Estes passivos incluem responsabilidades por serviços passados mensuradas pela abordagem da alocação do prémio no valor de 58.593.741 euros, que correspondem a estimativas dos montantes a pagar por sinistros já ocorridos e ainda não regularizados à data das demonstrações financeiras. A determinação destas responsabilidades requer a aplicação pelo Conselho de Administração de julgamentos significativos ao nível das metodologias de cálculo a utilizar e dos pressupostos a assumir (taxas de desconto, taxa de inflação, expectativa de concretização dos sinistros), estando assim as estimativas sujeitas a subjetividade e incerteza. Desta forma, alterações nas metodologias utilizadas ou nos pressupostos assumidos podem ter impacto nas estimativas dos passivos de contratos de seguro registados para cada portfólio, e consequentemente no montante apurado das responsabilidades a registar pela Companhia.	Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram: - Entendimento do processo de apuramento e registo dos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida, e do respetivo ambiente de controlo interno implementado pela Companhia neste âmbito; - Análise da razoabilidade da aplicação dos requisitos da norma <i>IFRS 17 – Insurance Contracts</i>, nomeadamente ao nível das políticas contabilísticas utilizadas, dos critérios de agregação de contratos, dos modelos de mensuração aplicados e das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Companhia para o cálculo das responsabilidades; - Análise da integridade, exatidão e reconciliação dos dados utilizados no cálculo das referidas responsabilidades com referência ao final do exercício; - Análise da metodologia e dos dados utilizados pela Companhia na determinação dos principais pressupostos a considerar no apuramento das responsabilidades; - Teste ao montante das responsabilidades apuradas pela Companhia para os portfólios mais significativos; - Leitura do relatório atuarial interno, preparado pela Companhia, e análise dos resultados e conclusões apresentados relativamente à mensuração dos passivos de contratos de seguro registados pela Companhia;
--	---

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Mensuração das responsabilidades por serviços passados de contratos de seguros dos ramos não vida (Notas III e 14) (cont.)

Por outro lado, as estimativas de responsabilidades com serviços passados dependem de informação sobre o volume, montante e padrão atual e histórico de pagamentos de indemnizações, que é utilizada para formar expectativas relativamente a indemnizações futuras. Caso a informação utilizada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados ou para a definição dos principais pressupostos não seja adequada, o montante das responsabilidades reconhecidas pela Companhia pode ser afetado por distorções materiais. Tendo em conta os fatores descritos acima relativamente à dimensão e à relevância das responsabilidades registadas pela Companhia, e que eventuais alterações nas metodologias e pressupostos utilizados para a sua determinação podem ter impactos relevantes no apuramento dos passivos de contratos de seguro, bem como a necessidade de utilização de julgamentos, a mensuração dos passivos de contratos de seguro foi definida como uma matéria relevante de auditoria.	Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.
--	---

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Companhia a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota III do Anexo, os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade. As demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de ativos, passivos, gastos e rendimentos totais. Conforme indicado na Nota III do Anexo, a Companhia encontra-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas.

PA

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados Revisores Oficiais de Contas da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de novembro de 2022, para concluir o mandato compreendido entre 2020 e 2022. Na assembleia geral de acionistas realizada em 17 de abril de 2023 fomos nomeados para um segundo mandato compreendido entre 2023 e 2025;



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 7 de abril de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Nos termos do artigo 420º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas da VICTORIA-Seguros, S.A. ("Companhia"), relativos ao ano de 2024, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2024 ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité de Risco Operacional;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos;
- Participou em reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, através nas quais acompanhou a atividade da Companhia a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis tendo obtido do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Companhia as informações e os esclarecimentos solicitados;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, da qual obteve os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisou o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida na modalidade de opinião sem reservas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com a qual concordou e dá aqui como integralmente reproduzida;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;

- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Finalmente, o Conselho Fiscal examinou as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2024, as quais compreendem a demonstração da posição financeira, a conta de ganhos e perdas, a demonstração rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2024, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

2. PARECER

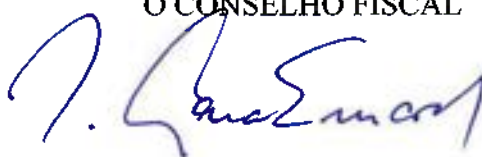
Face ao exposto, tendo em consideração o trabalho realizado, e após considerada a Certificação Legal das Contas, somos de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e,
- Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- Proceda à apreciação geral da gestão e fiscalização da Companhia.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 08 de abril de 2025

O CONSELHO FISCAL



João de Lara Everard
Presidente



Célia Maria Pedro Custódio
Vogal



Eduardo Roque do Rosario Rêgo
Vogal